

The image features a decorative background of various-sized hexagons in shades of blue and grey. A prominent dark blue horizontal banner spans the middle of the page, containing the title text in white. The overall design is clean and modern, typical of a corporate report cover.

Relatório de Gestão

2019



Tribunal Regional Eleitoral do Acre

Relatório
de
Gestão

2019

Tribunal Regional Eleitoral do Acre

1977



1975



1997



2013



SUMÁRIO

Mensagem da Presidente.....5	Materialidade.....8	Conhecendo a Justiça Eleitoral acreana	Resultados da Gestão	Conformidade e Eficiência da Gestão
Boas Vindas.....7		1	2	3
		1.1 O Processo Eleitoral no Brasil e no Acre.....10	Declaração do Diretor Geral.....31	3.1 Da Gestão Orçamentária e Financeira.....54
		1.2 Planejamento Estratégico.....11	2.1 Cadeia de Valor do TRE-AC.....32	3.2 Da Gestão de pessoas.....64
		1.3 Governança e Estrutura Organizacional.....14	2.1.1 Do Processo Eleitoral 33	3.3 Da Gestão de Licitações e Contratos.....69
		1.4 Conformidade e Eficiência da Governança e da Gestão.....20	2.1.2 Da Prestação Jurisdicional.....34	3.4 Gestão da Tecnologia da Informação.....70
		1.5 Gestão de Riscos e Controles Internos.....26	2.1.3 Da Conscientização Política39	3.5 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura.....74
Demonstrações Contábeis	Anexos	Créditos.....107		
4	5			
4.1 Informação acerca do setor de contabilidade.....76	• Siglas.....106			
4.2 Demonstrações Contábeis.....77				
4.3 Desempenho Financeiro e Informações Contábeis.....86				
4.4 Notas Explicativas.....88				

MENSAGEM DA PRESIDENTE

A gestão de um órgão público tem sido, atualmente, uma missão desafiadora para qualquer administrador. Aliás, quando da minha escolha para conduzir o Tribunal Regional Eleitoral do Acre, sabia da tarefa árdua, sobretudo no tocante à preparação das eleições municipais de 2020.

Aceitei o desafio com o mesmo vigor e coragem que perfizeram minha trajetória como magistrada acreana, desde 9 de dezembro de 1993, quando abracei esse compromisso como um verdadeiro sacerdócio, consciente da tarefa de servir à sociedade com justiça, responsabilidade e respeito.

De forma coesa, o corpo funcional imbuu-se nas tarefas de monitoramento, controle e execução das ações estratégicas. Esse espírito colaborativo permeou todas as fases de produção deste relatório, desde as primeiras reuniões até a finalização de sua última versão, fruto de um trabalho em equipe que envolveu magistrados, servidores e demais colaboradores, todos empenhados para que este documento fosse elaborado em conformidade com a Estrutura Internacional para Relato Integrado do *International Integrated Reporting Council (IIRC)*.

Dessa forma, construiu-se um relatório colaborativo, cujos resultados foram substancialmente satisfatórios, demonstrando que o trabalho de todos é importante e representa a saúde das relações interpessoais no ambiente corporativo, proporcionado pela gestão adequada do processo produtivo do órgão.

Em relação ao resultado da gestão, destacou-se, no exercício, a gestão socioambiental, que reduziu o consumo de papel, copos descartáveis, água e energia elétrica, elevando o índice de gestão ambiental TRE-AC de 50% em 2018 para 83% em 2019.

No tocante à prestação jurisdicional, tanto no primeiro quanto no segundo grau, o Tribunal alcançou os índices de cumprimento das Metas Nacionais do CNJ: Meta 1 (julgar mais processos que os distribuídos), 122,07%; Meta 2 (julgar os processos antigos), 100,47%; e Meta 4 (identificar e julgar até 21/12/2019, 90% dos processos referentes às eleições de 2016 e 75% dos processos de candidatos eleitos nas eleições 2018, distribuídos até 31/12/2018, que possam importar na perda de mandato eletivo), com percentuais de cumprimento de 114,94%, no 1º Grau e de 133,33%, no 2º Grau de jurisdição. No que diz respeito ao processo eleitoral, elaborou-se, ainda em 2019, com mais de um ano de antecedência, o Planejamento Integrado das Eleições 2020, visando ao aprimoramento das contratações e dos demais serviços pertinentes ao pleito de 2020.



do

Merece também destaque o índice alcançado pelo portal da transparência do Tribunal, que, de 57,66% em aferição anterior, atingiu o percentual de 92,62% na última avaliação realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), garantindo ao TRE-AC a sétima colocação entre 93 tribunais e conselhos avaliados. Nessa mesma direção, é preciso falar das melhorias implementadas no aplicativo e-Título (título na mão), que possibilitaram ao eleitor o acesso, via smartphones, de seus dados eleitorais, além da emissão de certidões de quitação e criminais eleitorais.

Avanços também ocorreram na construção da nova sede do TRE-AC, que recebeu investimento de mais de 14 milhões de reais no exercício, aproximando-se cada vez mais de sua conclusão.

Em relação à conscientização política, diversas foram as atividades altamente impactantes para a sociedade em geral, principalmente ao jovem eleitor, que recebeu a visita da Escola Judiciária Eleitoral nas escolas, despertando nos participantes o espírito crítico e a consciência acerca da importância da participação política.

A estagnação do orçamento do Tribunal, reflexo das regras decorrentes do Novo Regime Fiscal instituído pela Emenda Constitucional n. 95/2016, exigiu esforços no sentido de reduzir as despesas discricionárias do órgão, em especial as destinadas a custear as suas atividades.

Não obstante, orientado por um bom Plano Estratégico Institucional, em nível macro, pelos instrumentos de planejamento dele decorrentes, em nível mais detalhado, e por medidas tendentes a otimizar as despesas, foi possível concluir o exercício, e continuar oferecendo os serviços necessários ao cidadão, sem redução de sua qualidade.

Por fim, declaro, junto aos órgãos de controle interno e externo, como representante máxima da governança deste Tribunal Regional Eleitoral, nos termos das regras instituídas pela Resolução TRE-AC n. 1.732, de 25 de julho de 2018, que reconheço minha responsabilidade por assegurar a integridade deste relatório integrado, reafirmando a aplicação do pensamento coletivo na sua preparação e apresentação.

Desembargadora Denise Castelo Bonfim
Presidente do TRE-AC
gapres@tre-ac.jus.br

BOAS-VINDAS

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre, por meio deste Relatório Integrado, apresenta o resultado da Gestão do exercício 2019, pautado nas exigências legais¹ e no intuito de demonstrar ao cidadão o papel da Justiça Eleitoral do Acre como geradora de valores sociais e institucionais na condução dos recursos públicos.

O documento será estruturado na apresentação dos mecanismos estratégicos, objetivos institucionais, resultados alcançados e desafios traçados por esta Justiça Especializada no ano de 2019 e para os exercícios futuros.

Sem desatender aos preceitos legais e finalísticos, o relatório de gestão ora apresentado buscou ousar no sentido de atrair a atenção do leitor, ou seja, buscou, por meio de uma apresentação ilustrada com gráficos e imagens, propiciar uma experiência mais agradável e inteligível.

Percorrer suas páginas é adentrar na realidade do TRE-AC, seus meandros, seus desafios, suas conquistas. A narrativa dos acontecimentos e opções gerenciais e resultados permitem uma aferição da presença do espírito público nos atos praticados.

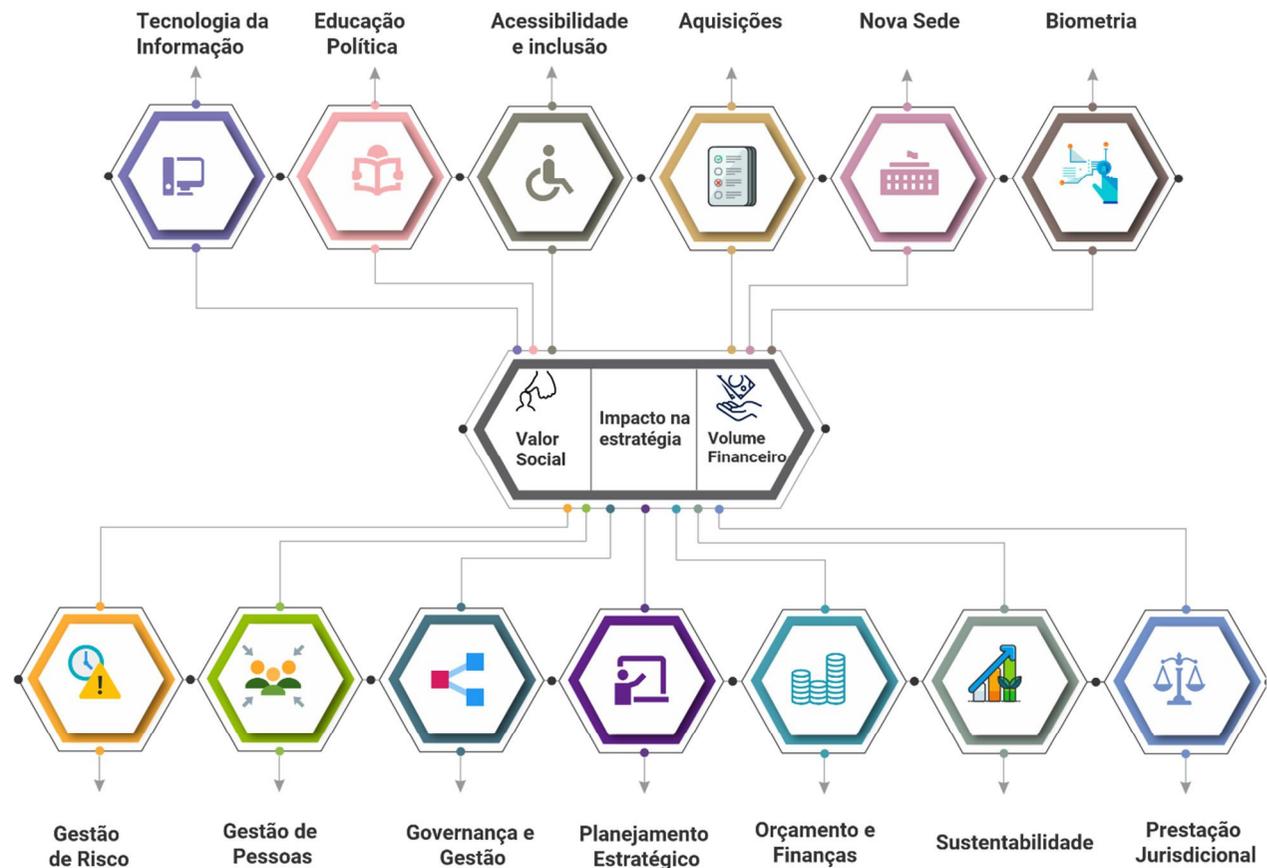
O Relatório de Gestão de 2019 apesar de seu caráter contabilista, financeiro e orçamentário perscrutou ser um recorte vívido do Tribunal Regional Eleitoral do Acre.

Não se limitou a apresentação enfadonha de números, operações matemáticas e planilhas de contabilidade, que podem muito bem serem acessadas pelos hiperlinks dispersos ao longo do relatório. A verdadeira intenção foi despertar no cidadão o acesso à informação clara e segura.

¹ Instrução Normativa TCU n. 63/2010, Decisão Normativa TCU n. 178/2019, Decisão Normativa TCU n. 180/2019, Portaria TCU n. 378/2019 e Guia para elaboração na forma de Relatório Integrado.



O Tribunal Regional Eleitoral do Acre considerou a definição da materialidade das informações tratadas neste Relatório de Gestão 2019 como fator preponderante para sua elaboração. Nessa perspectiva, os temas aqui abordados foram objeto de discussão envolvendo, precipuamente, representantes de todo o corpo funcional, por meio do Comitê Setorial, e a alta gestão, desempenhada pelos membros do Comitê Estratégico, que, pautados na geração de valores relevantes, priorizaram temas de atenção às demandas do cidadão, os que apresentaram maior impacto na estratégia e os que exigiram maior volume financeiro. Inclusive, importante destacar que, no processo de elaboração do atual Planejamento Estratégico do TRE-AC, cujo ciclo finaliza em 2020, seu principal objetivo é exatamente a garantia dos direitos de cidadania.





1

Conhecendo a Justiça Eleitoral acreana

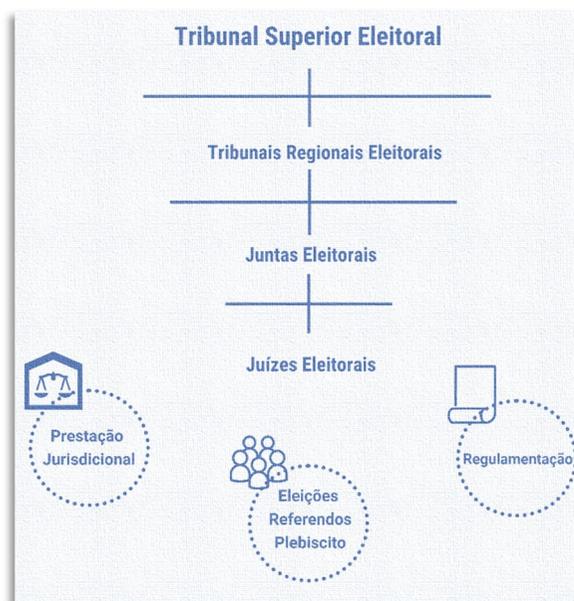
1.1 JUSTIÇA ELEITORAL NO BRASIL E NO ACRE

A Justiça Eleitoral no Brasil, criada em 20 de maio de 1932, extinta em 1937 e reinstalada em 28 de maio de 1945, encontra-se organizada nos artigos 118 a 120 da Constituição Federal de 1988. Cumpre à Justiça Eleitoral promover a cidadania plena por meio dos mecanismos previstos no texto magno e na legislação eleitoral. Nesse contexto, ela é responsável pela realização de eleições transparentes, seguras e democráticas.

Entretanto, sua missão não se restringe à realização de eleições, devendo também prestar a tutela jurisdicional de excelência, pautada no ordenamento jurídico e principalmente nos princípios constitucionais.

Agregando-se a isso, cabe à Justiça Eleitoral expedir regulamentos para o fiel cumprimento do sistema jurídico e, por último, não menos importante, promover ações de educação política para que o cidadão tenha uma compreensão clara dos seus direitos e dos mecanismos para seu exercício.

A Justiça Eleitoral brasileira, ao longo de sua história, transformou-se numa instituição reconhecida internacionalmente, como referência de celeridade, transparência e segurança, uma vez que realiza sua tarefa constitucional com maestria, não obstante os obstáculos num país de dimensões continentais, com lugares de difícil acesso, contabilizando rapidamente o resultado dos pleitos, firmada no compromisso de acessibilidade e sustentabilidade.



No Acre, a Justiça Eleitoral realiza essa honrosa tarefa desde de 11 de agosto de 1975, quando foi instalada numa sala cedida pelo Tribunal de Justiça.

Segundo pesquisas históricas realizadas por servidores do TRE, foi instalado o “Tribunal Regional Eleitoral do Território do Acre” em 1932.

Desde a sua fundação até os dias de hoje, a presença da Justiça Eleitoral é fundamentada no cuidado com o jurisdicionado, com atendimento de excelência e com campanhas de conscientização política intensas para despertar na sociedade, principalmente nos jovens eleitores, a percepção da importância da participação de todos na construção de uma sociedade mais justa e de uma realidade social menos desigual.

Não obstante persistirem os obstáculos orçamentários, a Justiça Eleitoral acreana vem cumprindo sua missão institucional de realizar eleições, garantir o exercício da cidadania e solucionar os conflitos eleitorais.

1.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

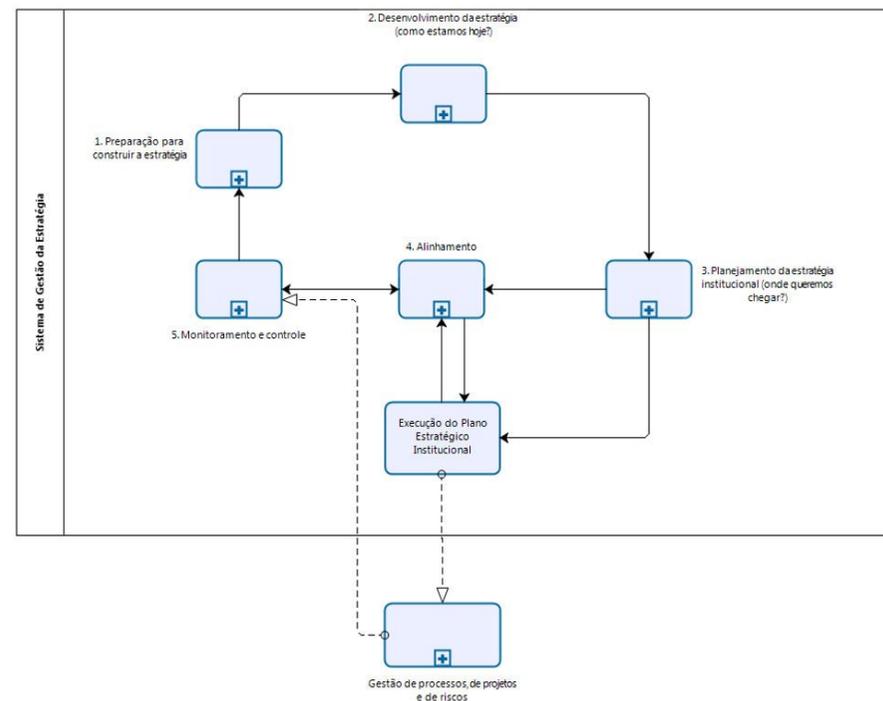


O Planejamento Estratégico deste Tribunal, alinhado aos macrodesafios do Poder Judiciário e às diretrizes do TSE, conforme estrutura a seguir, foi aprovado em 25 de maio de 2015 pela [Resolução TRE-AC nº 1.695/2015](#), que estabelece as diretrizes estratégicas para o período de 2015 a 2020 e cujas descrições,

resultados e análises críticas estão detalhados no decorrer deste relatório.

O macroprocesso de trabalho de planejamento estratégico integrado desta Justiça especializada (<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ac-manual-de-processo-planejamento-estrategico-institucional-pei>) foi aprovado por meio da Portaria da Presidência TRE-AC n. 166/2018. Representado na figura ao lado, é formal, cíclico, anual e gera como resultado alguns produtos e subprodutos, dentre os quais se destacam:

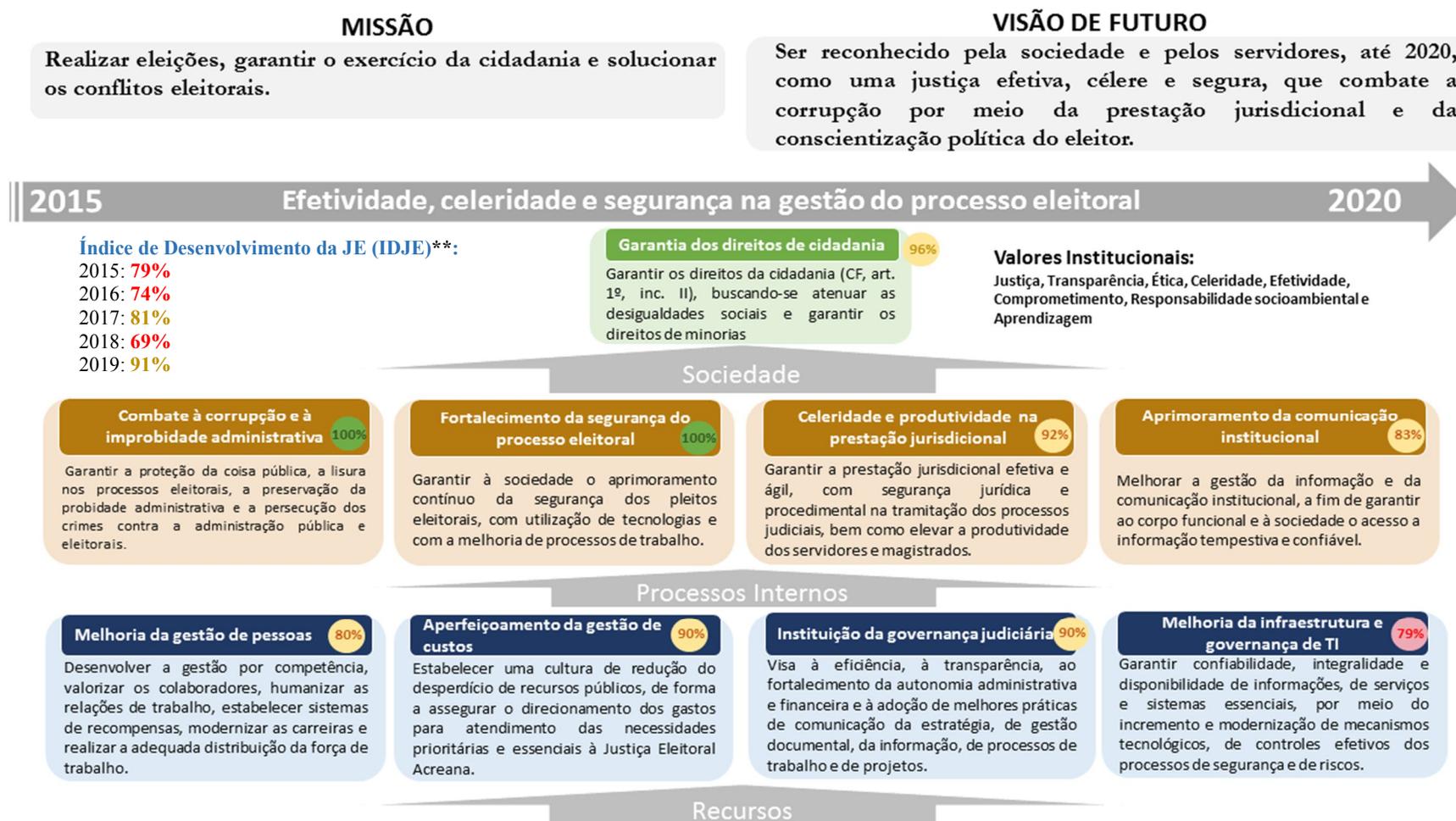
- [Plano Estratégico Institucional \(PEI\)](#);
- [Mapa estratégico](#);
- [Indicadores e metas](#);
- [Carteira de projetos estratégicos corporativos](#);
- [Processos de trabalhos estratégicos](#).



Compete à Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão (ASPLAN), vinculada à Diretoria-Geral, organizar, aperfeiçoar continuamente e manter esse macroprocesso. E isso é feito por meio da gestão do Planejamento Estratégico Institucional. Os resultados dos indicadores e Metas constam do site do TRE-AC: <http://www.tre-ac.jus.br/o-tre/planejamento-estrategico/institucional>.

Mapa estratégico e carteira de projetos estratégicos

O planejamento estratégico do TRE-AC é acompanhado pelas reuniões de análise da estratégia, realizadas durante o exercício. São no mínimo três reuniões anuais, com objetivo de promover o alinhamento das ações ao direcionamento da gestão e ao cumprimento dos macrodesafios nele estabelecidos. No Mapa Estratégico seguinte, além das informações relativas à missão, à visão de futuro e aos valores institucionais, constam os objetivos estratégicos para o período 2015-2020, com os resultados alcançados pelo TRE-AC em 2019.



**Média ponderada dos Indicadores Estratégicos (IE), que é composto pela média ponderada dos Indicadores de Apoio (IA).

Tal estratégia foi aprovada pela Corte Eleitoral Acreana por meio da [Resolução TRE-AC n. 1.695/2015](#), passando por revisões anuais, conforme as necessidades. As iniciativas nela previstas são executadas e geridas pelas respectivas unidades competentes, com o apoio da Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão. Toda essa sistemática é feita nos moldes da estrutura estabelecida no [Sistema de Governança e Gestão da Justiça Eleitoral Acreana](#). Os projetos estratégicos corporativos são diretamente associados aos objetivos estratégicos e devem ser entendidos como ações estruturadas de intervenção em macroprocessos de negócio para fins de melhoria da gestão, aumento da eficiência, inovação e/ou desburocratização, com foco em resultados. São iniciativas propostas pelas unidades institucionais, a partir de demandas internas ou externas, como as decorrentes dos órgãos de controle, tais como o TCU e o CNJ.

A carteira de projetos estratégicos está disponível na página do TRE-AC, na internet, no endereço <http://www.tre-ac.jus.br/o-tre/planejamento-estrategico/arquivos-gestao-da-estrategia/tre-ac-rol-de-iniciativas-estrategicas-resultados-2019>.

A fim de viabilizar a realização dos objetivos estratégicos então estabelecidos, foram também priorizados os processos de trabalho considerados estratégicos. Para acessá-los, [clique aqui](#). Tal priorização se deu a partir das diretrizes estabelecidas na [Metodologia de Gestão de Processos \(MGP\)](#).

Destaca-se ainda que, em 2019, executamos parte do plano de diretrizes 2017/2019 e ainda neste exercício, foi elaborado o [plano de diretrizes 2019/2021](#), aprovado por meio da Portaria n. 243/2019, como desdobramento tático-operacional do planejamento estratégico.

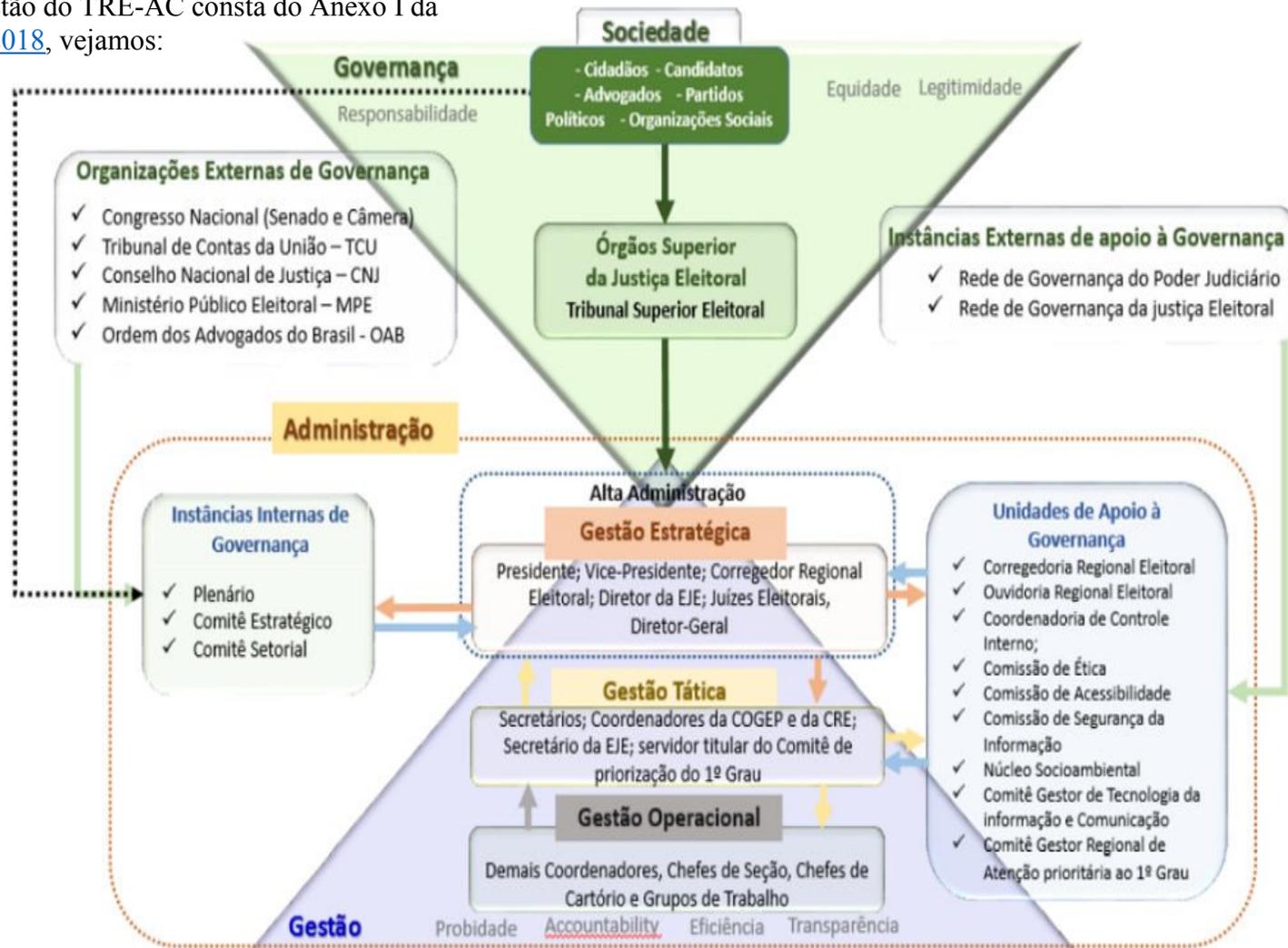
Resumidamente, tem-se o seguinte resultado:



1.3 GOVERNANÇA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Modelo de governança corporativo

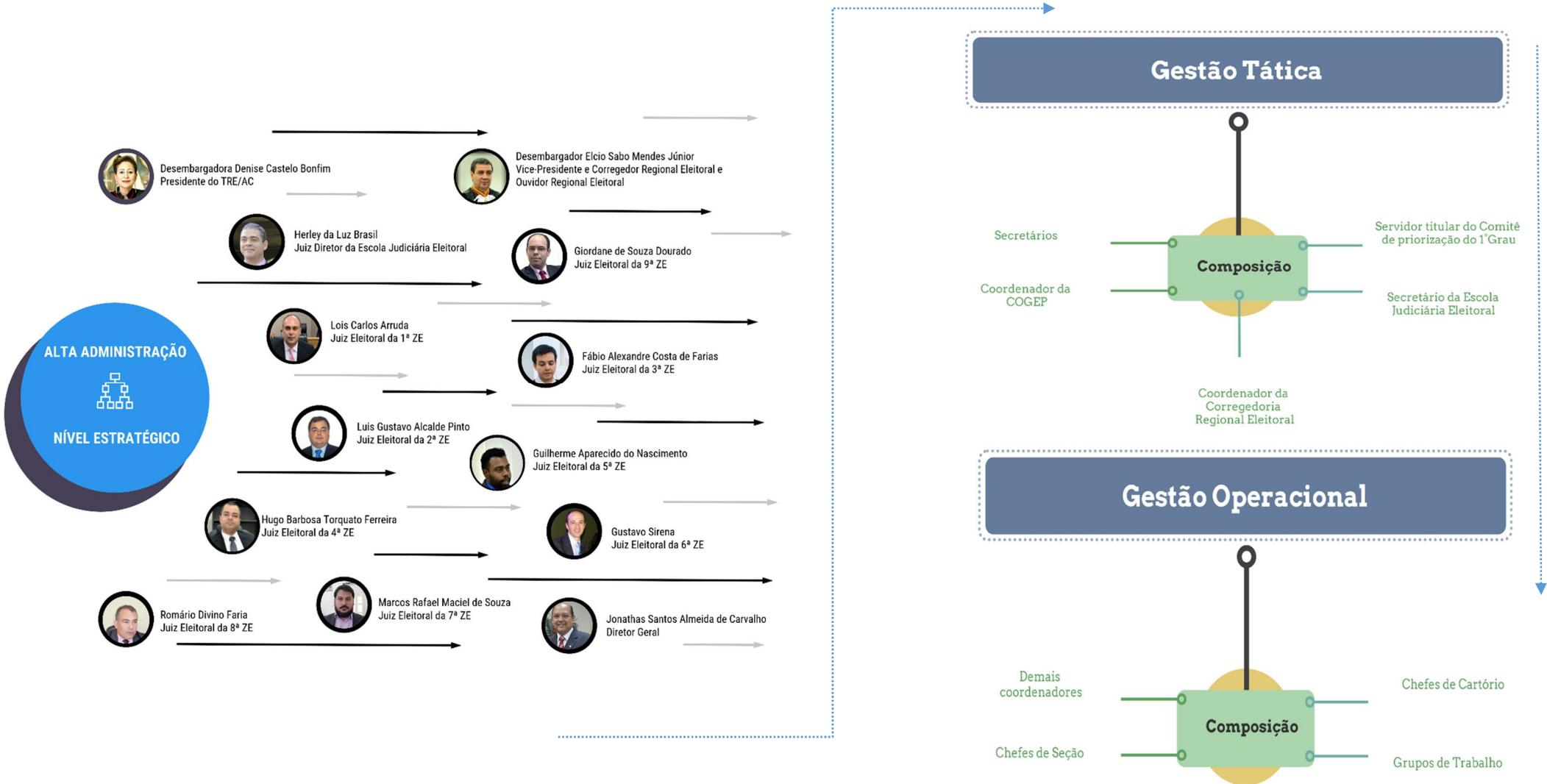
O modelo de governança e gestão do TRE-AC consta do Anexo I da [Resolução TRE-AC n. 1.732/2018](#), vejamos:



Principais instâncias internas de governança

Alta Administração: nível estratégico

A alta administração do TRE-AC é composta pelas seguintes autoridades, no âmbito dos 1º e 2º graus de jurisdição:



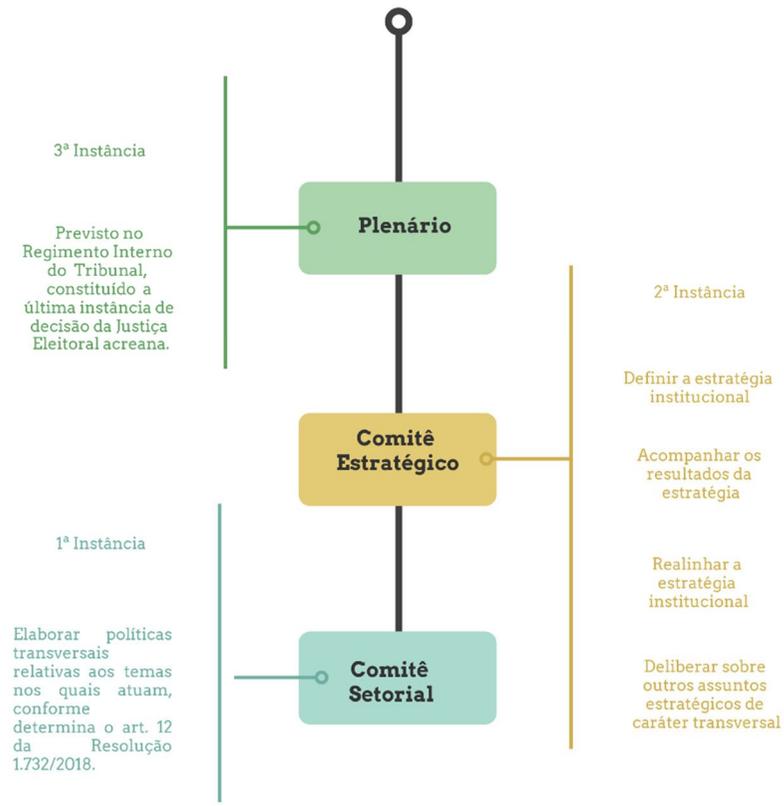
São instâncias internas de governança da Justiça Eleitoral do Acre:

3ª

Corte Eleitoral

Instância

Instâncias de Governança e Gestão



Nome: Denise Castelo Bonfim
Classe: Desembargadora
Categoria: Presidente
Biênio: 2019/2021

Nome: Elcio Sabo Mendes Júnior
Classe: Desembargador
Categoria: Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral e Ouvidor Eleitoral
Biênio: 2018/2020

Nome: Marcelo Coelho de Carvalho
Classe: Juiz de Direito
Categoria: Titular
Biênio: 2019/2021

Nome: Miria Regina da Silva
Classe: Juiz de Direito
Categoria: Titular
Biênio: 2019/2021

Nome: Heley da Luz Brasil
Classe: Juiz Federal
Categoria: Titular
Biênio: 2018/2020

Nome: Armando Dantas do Nascimento Júnior
Classe: Jurista
Categoria: Titular
Biênio: 2018/2020

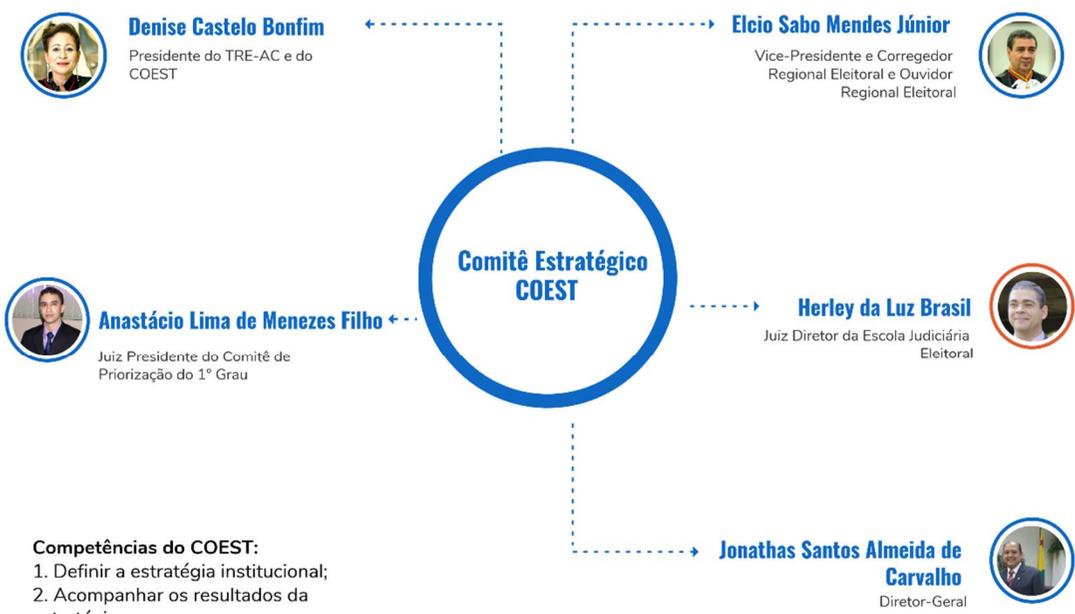
Nome: Marcos Antonio Santiago Motta
Classe: Jurista
Categoria: Titular
Biênio: 2018/2019

Nome: Vitor Hugo Caldeira Teodoro
Cargo: Procurador Regional Eleitoral
Portaria PGR n. 968/2019

A Corte Eleitoral tem sua competência definida no Regimento Interno, aprovado pela Resolução TRE/AC n. 1.720, de 16 de junho de 2017, e alterado pelas Resoluções TRE/AC n. 1.735, 1.736/2018, 1.740/2019 e 1.748/2020.

O Comitê Estratégico (COEST) é órgão colegiado criado pela Resolução TRE-AC n. 1.732/2018 e é composto pelas autoridades a seguir:

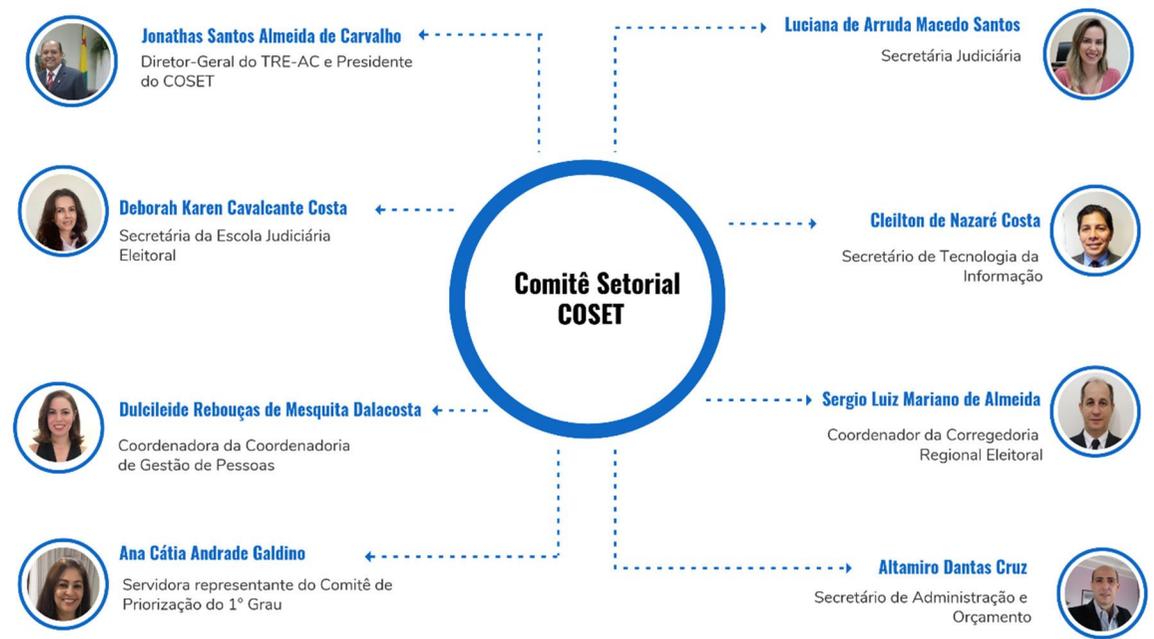
2ª Instância



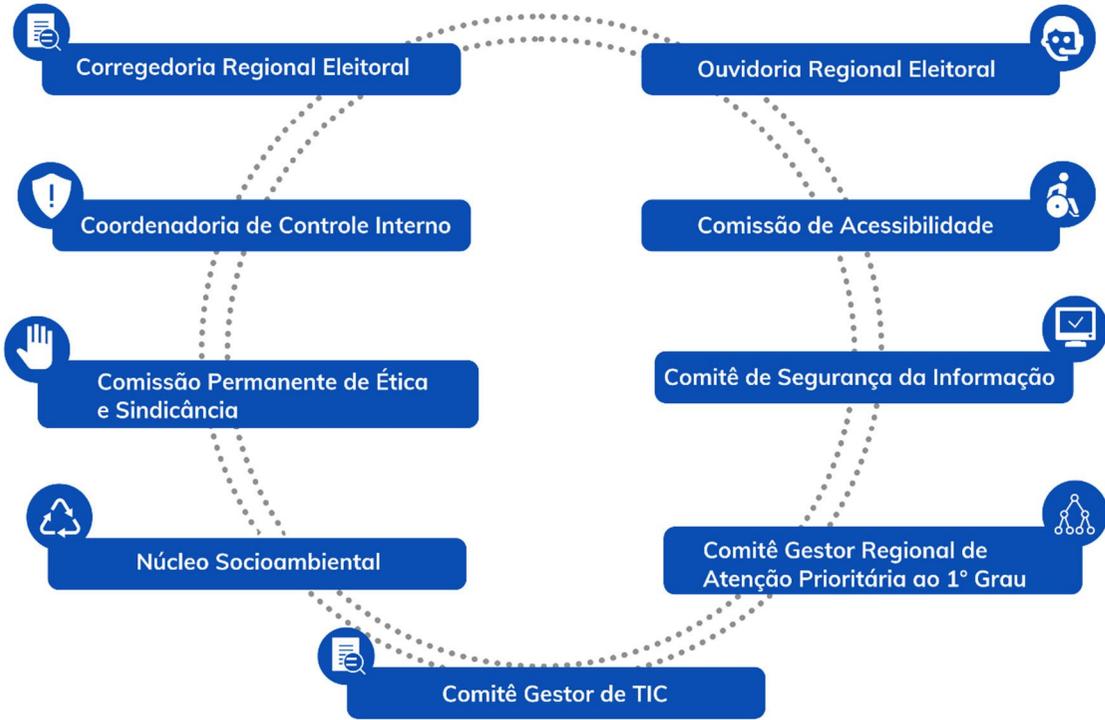
- Competências do COEST:**
1. Definir a estratégia institucional;
 2. Acompanhar os resultados da estratégia;
 3. Realinhar a estratégia institucional;
 4. Deliberar sobre outros assuntos estratégicos de caráter transversal

A competência do Comitê Setorial (COSET): elaborar políticas transversais relativas aos temas nos quais atuam, conforme determina o art. 12 da Resolução 1.732/2018.

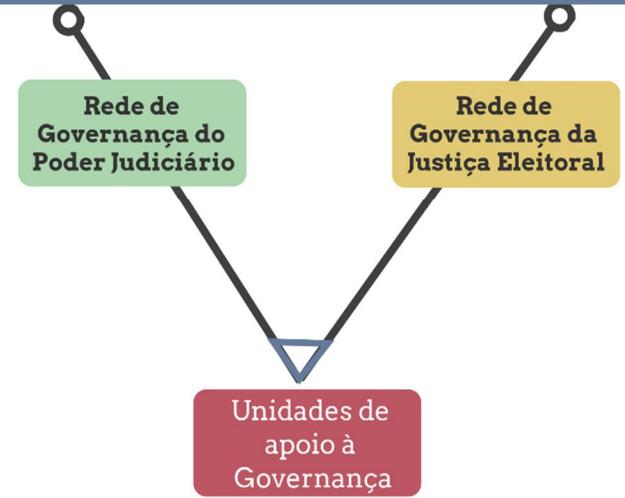
1ª Instância



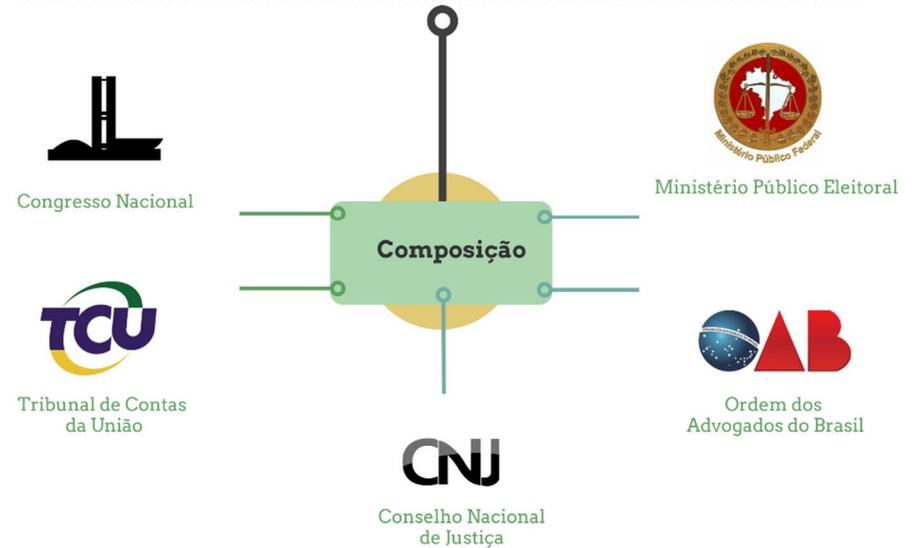
Unidades de Apoio à Governança



Instâncias Externas de apoio à Governança

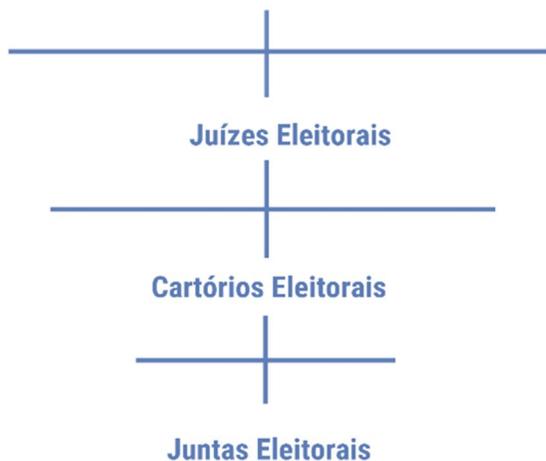


Organizações Externas de Governança

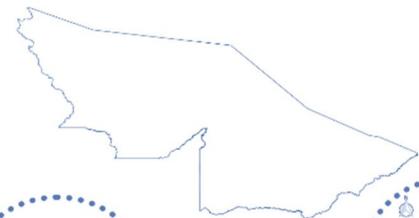


Atualmente, o Acre possui 9 Zonas Eleitorais com abrangência nos 22 municípios do Estado:

Tribunal Regional Eleitoral do Acre



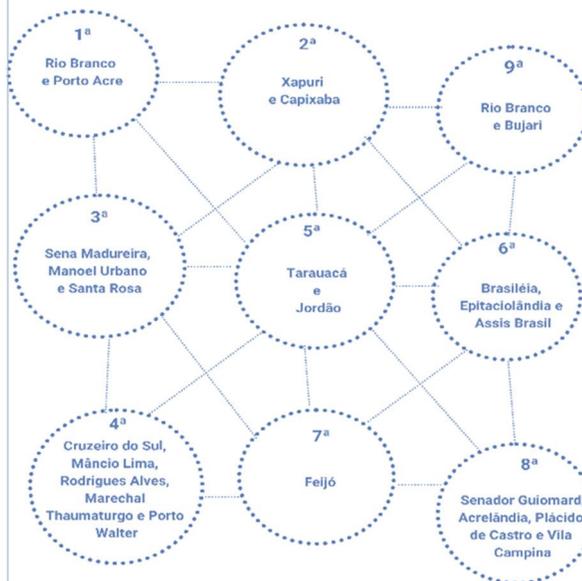
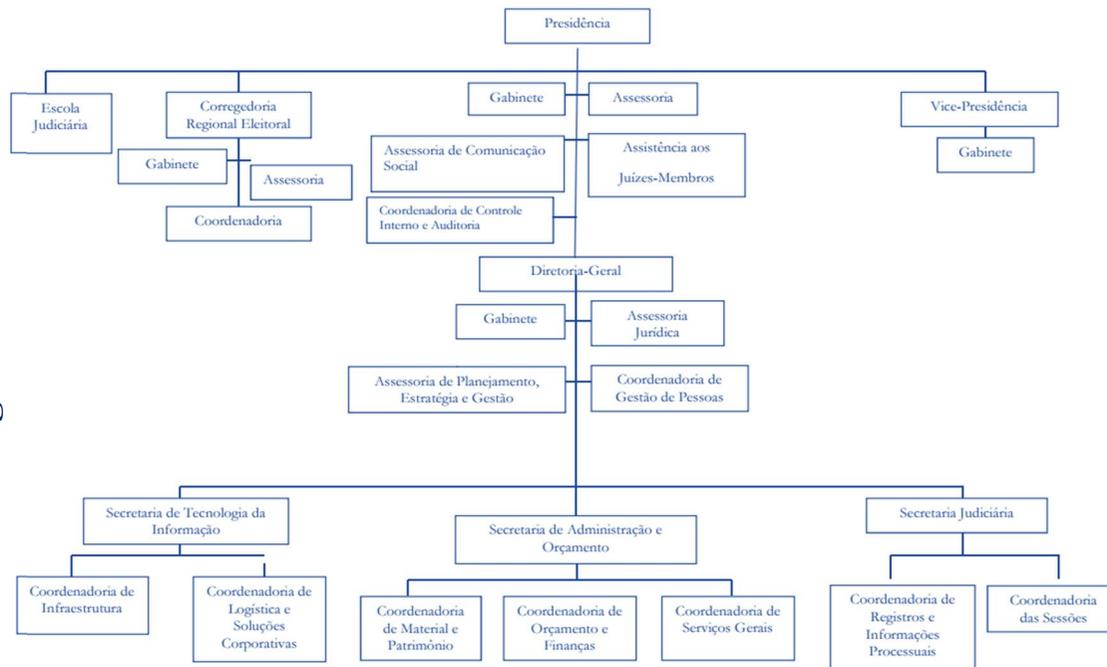
22 Municípios



População estimada em 881.935 segundo o IBGE

9 Zonas Eleitorais

Estrutura organizacional do TRE-AC



As competências e as atribuições de cada área da estrutura da Secretaria deste Tribunal (2º Grau de Jurisdição) estão descritas no [Regimento Interno da Secretaria](#).

1.4 CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GOVERNANÇA E DA GESTÃO

1.4.1 Da Governança

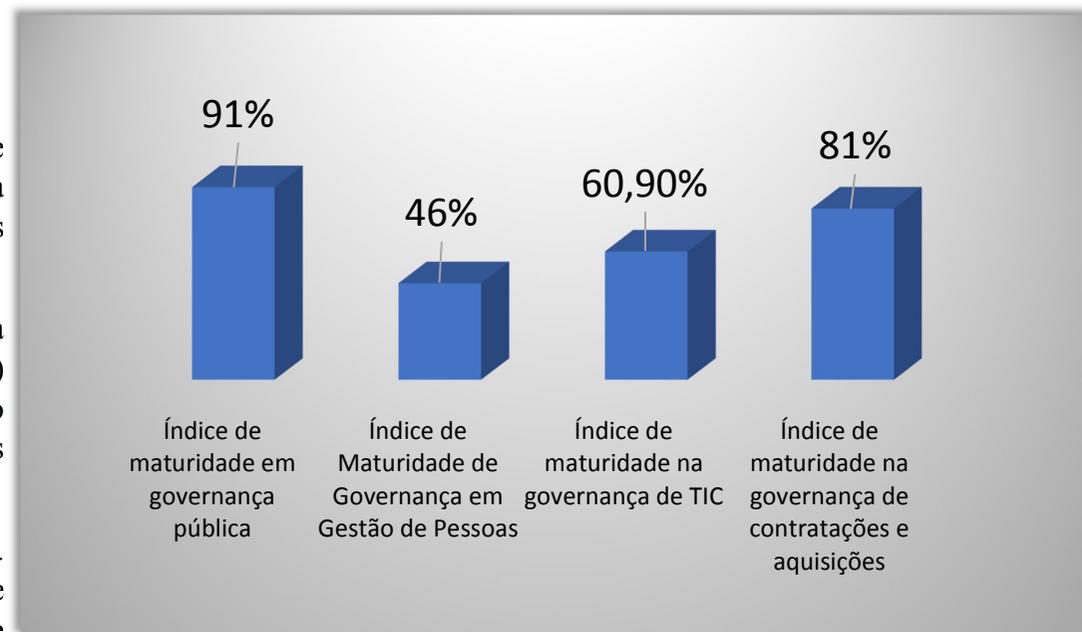
Para medir o nível de governança nos órgãos públicos, o Tribunal de Contas da União realiza, sistematicamente, levantamentos para aprimorar as ações sobre o tema no setor público e estimular as organizações públicas a adotarem boas práticas de governança.

A partir de 2017, o TCU unificou quatro levantamentos de governança (pessoas, Tecnologia da Informação, contratações e governança pública) realizados com foco nas organizações públicas, além de tornar público o levantamento anual e integrá-lo ao processo de prestação de contas anuais.

Em 2019, o TRE-AC não foi instado a participar desse levantamento. Porém, reconhecendo a relevante importância da temática, utilizou-se dos quesitos aplicados no questionário da Corte de Contas no ano de 2018 para medir o nível de governança em suas principais áreas de atuação no ano de 2019. Tudo isso, com o propósito de preservar a confiança interna e, conseqüentemente, alinhar suas ações ao interesse público.

No gráfico ao lado, a demonstração do índice de governança pública do Tribunal e de suas três principais áreas.

É possível também o acesso ao resultado do último levantamento da Governança e Gestão Públicas realizado pelo TCU em 2018 em relação ao TRE-AC, no link: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ac-resultado-levantamento-govtic-tcu-2018>.



1.4.1 Da Gestão de Pessoas, de Tecnologia da Informação e Contratações

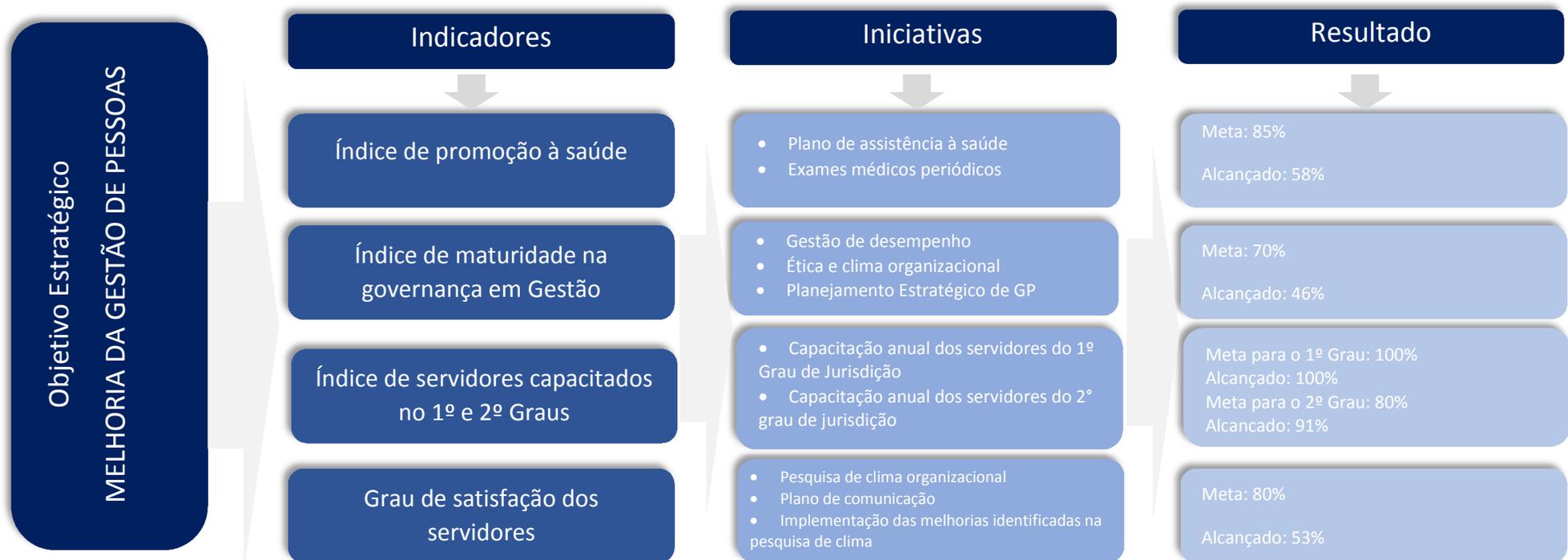
No tocante à gestão nas áreas de Pessoas, Tecnologia da Informação e Contratações, apresentamos à sociedade seus resultados em 2019 e melhorias futuras a serem implementadas para otimização dos serviços prestados por este Regional:

a) De Pessoas

A atuação da área de gestão de pessoas é voltada para atender ao objetivo estratégico abaixo relacionado, que está devidamente alinhado às demandas de governança e gestão estabelecidas pela Corte de Contas e pelo Conselho Nacional de Justiça. Essa área tem sido um dos pilares de prioridades do TRE-AC.

No início de 2019, por meio da Portaria da Presidência da Presidência n. 48/2019, foi aprovado o Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas.

Para acessá-lo, [clique aqui](#).



b) De Tecnologia da Informação

Para avaliar o progresso da governança de TIC, utilizamos o índice iGovTI – Índice de Governança de TI, estabelecido no Planejamento Estratégico Institucional 2015/2020.

Seguindo o plano de implantação da governança de TIC, foram priorizadas as iniciativas para a construção do plano de continuidade dos serviços essenciais de TIC, tais como:

- Levantamento dos serviços de TIC que suportam os principais processos de negócio do tribunal;
- Levantamento dos riscos associados aos serviços essenciais de TIC; e
- Construção dos planos de recuperação e contingência.

A Meta estabelecida para o exercício de 2019 era atender 46% dos itens de governança. Assim, dos 23 itens avaliados, foram atendidos 14, saltando da Meta inicialmente estabelecida de 46%, para 60,9%.



Principais riscos na área de TI

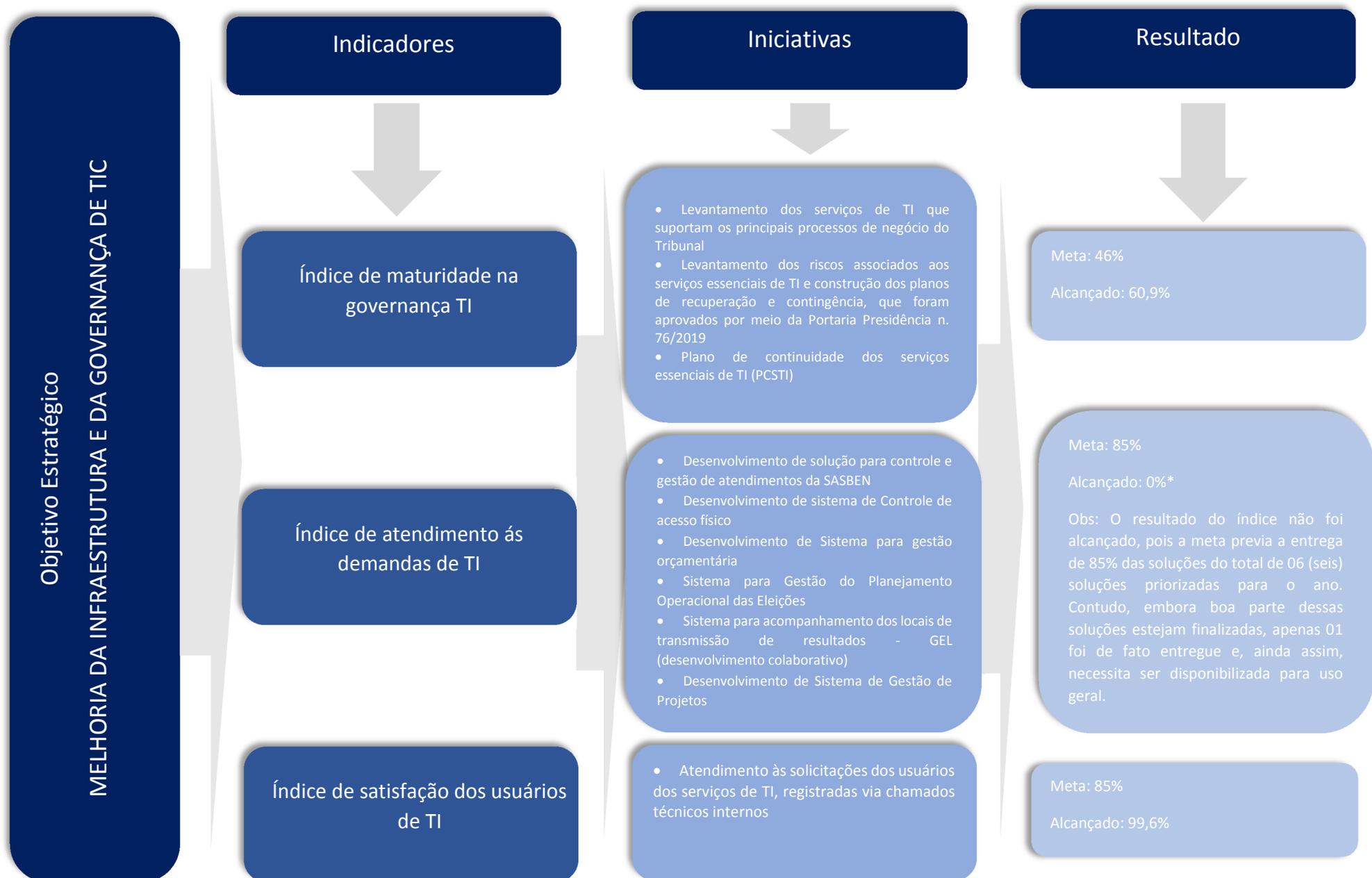
Sendo o indispensável insumo na área tecnológica, o fornecimento de energia elétrica é fator determinante para a continuidade da prestação de serviços aos jurisdicionados.

Diante do risco da cessão do fornecimento de energia elétrica no Central de Processamento de Dados (CPD), a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), identificou que este risco é alto, assim gerou o plano de resposta e de contingência ao risco de cessão de energia elétrica, seu impacto no CPD, na Secretaria do Tribunal, nos Cartórios Eleitorais e na própria STI.

Assim, a elaboração do plano de continuidade elétrica emerge como fator determinante na continuidade dos serviços eleitorais aos jurisdicionados.

Em classificação média, o risco de cessão da prestação do serviço de transmissão de dados, igualmente foi mitigado pela STI. O maior impacto identificado foi na transmissão dos resultados da votação para a totalização. Para mitigar o risco, além de acionar a prestadora do serviço, serão utilizados locais de contingência com link de internet, como escolas entre outras instituições públicas, para realizar a transmissão dos arquivos de resultados da votação.

Na figura abaixo, a representação das principais ações e resultados da área de TI no exercício de 2019:



c) Das contratações

Os desafios da gestão das contratações e aquisições estão definidos no Plano Estratégico 2015-2020. Eis os resultados alcançados em 2019 (objetivo, Indicadores, Metas e Iniciativas):



Melhorias e desafios necessários (Pessoas, TI e Contratações)

Eis as melhorias e desafios para os próximos anos:



1. Instituir a gestão por competência;
2. Elaborar o plano estratégico de capacitação;
3. Implementar o projeto de Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT), coordenado pelo TSE.



Tecnologia da Informação

1. Implantação da Central de Serviços de TI no modelo ITIL, com a contratação de empresa para prestação de atendimento de primeiro nível e a adoção de um sistema de controle de chamados mais adequado em substituição ao atualmente utilizado;

2. Implementação da gestão dos serviços de TI, com a formalização dos acordos de níveis de serviços;

3. A necessidade de capacitação e incremento da força de trabalho da SDBD;

4. Necessidade do envolvimento da equipe na construção de uma metodologia de desenvolvimento seguro de softwares, em atendimento ao Plano de Implantação da Segurança da Informação;



Gestão de Pessoas

5. Preencher a vaga para o cargo de programador que se encontra livre que permitirá montar uma equipe maior e consequentemente atender um maior número de demandas;

6. Suporte técnico à realização das eleições.



Contratações

1. Evoluir na parte de governança de contratações, segundo as novas orientações do TCU;

2. Ampliar a divulgação dos principais atos instrutórios de processos de contratação, segundo recomendações do CNJ;

3. Otimizar a aplicação dos orçamentos disponibilizados;

4. Implementar melhorias no processo de contratações;

5. Melhor estruturar a área responsável pela instrução de processo de contratação;

6. Capacitar agentes envolvidos em todas as fases dos processos de contratação.

2020



1.5 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

a) Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos no TRE-AC foi instituída pela [Resolução TRE-AC n. 1.722/2017](#) e está alinhada ao sistema de governança e gestão institucional. O principal objetivo dessa política é subsidiar a tomada de decisão baseada na análise de riscos.

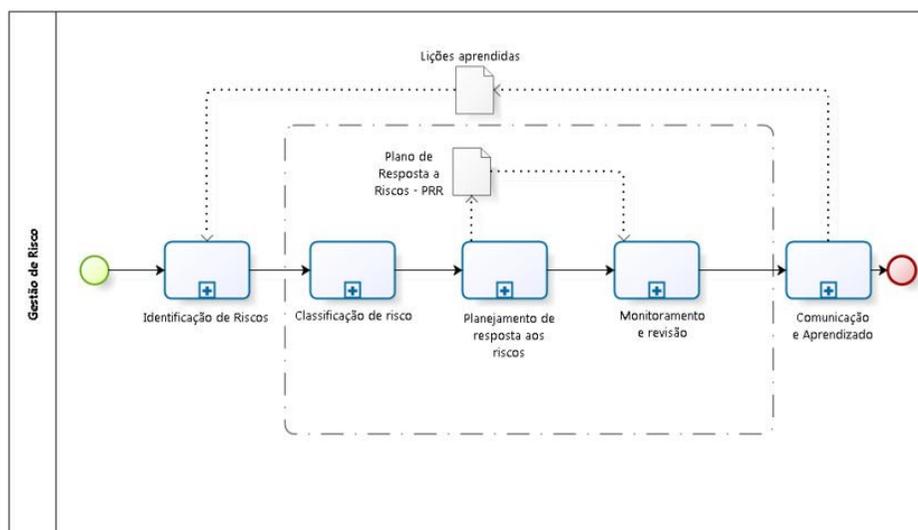
O gerenciamento de riscos, portanto, deve ser incorporado aos programas, planos, projetos e processos, ou seja, a Administração precisa ter meios de assegurar que o gerenciamento de riscos esteja acontecendo de forma apropriada em cada nível, de acordo com os planos de gerenciamento de riscos definidos. Logo, a gestão de riscos deve ocorrer de forma transversal e descentralizada pelas diferentes áreas de atuação da instituição, permeando, portanto, os processos de trabalho e os projetos institucionais. Eis as instâncias e os responsáveis, respectivamente, pela estrutura de gestão de riscos do TRE-AC ilustrada ao lado:



A gestão dos riscos estratégicos é integrada ao sistema de governança e gestão institucional, sendo coordenada e monitorada pela Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão.

As deliberações acerca desse tema percorrem as instâncias supracitadas, e os comitês são reunidos para as devidas deliberações, conforme houver necessidade ou, ordinariamente, por meio das reuniões de análise de estratégia.

A fim de institucionalizar a gestão de riscos, foi aprovado, ainda em 2017, o [Manual de Gestão de Riscos \(MGR\)](#), que consiste num instrumento de apoio e orientação para o efetivo gerenciamento de riscos no âmbito do Tribunal Regional do Eleitoral do Acre (TRE-AC) e detalha os procedimentos e instrumentos necessários para a implementação da gestão de riscos, conforme determina o art. 17 da [Resolução TRE-AC n. 1.722/2017](#). A figura subsequente especifica as etapas necessárias à realização do gerenciamento de riscos:



Por sua vez, a categorização de eventos nos diferentes graus de severidade permite identificar os possíveis controles a serem implantados, com o objetivo de mitigar a ocorrência dos riscos e/ou minimizar seu impacto.

Portanto, a gestão de riscos deve fazer parte da tomada de decisões, ou seja, os gestores, com o apoio das unidades técnicas, devem avaliar consistentemente os riscos que podem impedir ou oportunizar o alcance dos objetivos pretendidos pela Administração, o impacto de cada um deles no negócio e priorizar as ações com base no plano de resposta ao risco.

Logo, levam-se em consideração dois fatores primordiais: o impacto e a probabilidade de ocorrência de eventos que dificultam ou oportunizam o alcance dos objetivos institucionais, sejam eles relacionados à estratégia, aos projetos e (ou) aos processos de trabalho.

O plano de riscos estratégicos foi aprovado por meio da Portaria da Presidência n. 127/2018 e está disponível no endereço eletrônico: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ac-plano-de-gestao-de-riscos>.

Atualmente as ações pertinentes aos riscos estratégicos são incluídas nos planos de diretrizes de cada gestor e monitoradas por meio das Reuniões de Análise da Estratégia, ocorridas pelo menos três vezes ao ano. Eis o último plano de diretrizes da gestão 2019/2021, do qual constam as ações relacionadas aos riscos estratégicos: <http://www.tre-ac.jus.br/o-tre/planejamento-estrategico/arquivos-gestao-da-estrategia/tre-ac-plano-de-diretrizes-2019-2021>.

b) Controles Internos

Atuação da Comissão de Ética: ilícitos administrativos

A Comissão Permanente de Ética e Sindicância (CPES) possui uma atuação dentro das competências estabelecidas pela Resolução TRE-AC 1.691/2014 (Código de Ética), em seu art. 9º.

De uma forma geral, o Tribunal atua na mitigação de desvios de comportamento, fraudes e corrupção, com o controle da legalidade dos atos praticados pelos servidores, feito tanto pelos órgãos internos, que avaliam a regularidade dos atos, como a ASLIC e COCIN, bem como por meio da Ouvidoria (<http://www.tre-ac.jus.br/o-tre/ouvidoria>), o que desencoraja eventual comportamento ilícito.

Nesse particular, a CPES atua quando algum desses órgãos, por exemplo, detecta indício de ilicitude, e a Presidência do Tribunal determina que o fato seja investigado. A investigação é conduzida pela CPES, e a decisão quanto ao fato, pela Presidência do Tribunal.

Em 2019, não houve a instauração de processos investigativos. Houve mediação de conflitos entre servidores, que foram solucionados de forma cordial, sem necessidade de se evoluir para um procedimento tendente à aplicação de penalidade disciplinar, o que é mais vantajoso do ponto de vista da gestão de pessoas. O pequeno número de ações justifica-se, em especial, pelo reduzido tamanho do quadro de pessoal deste órgão jurisdicional. Não houve outras ações a serem relatadas.

Para o exercício de 2020, a nova composição da Comissão de Ética deve dar continuidade aos trabalhos anteriores, no sentido de resguardar a integridade institucional, contribuindo na divulgação de padrões éticos e consequente ampliação da consciência do servidor da Justiça Eleitoral, atuando de maneira imparcial na solução dos conflitos e preservando as normas que regem os processos de investigação de condutas.

Danos ao erário

Em 2019 não houve danos ao Erário nos bens sob a responsabilidade da Justiça Eleitoral do Acre que ensejassem apuração de responsabilidade pelo o Tribunal.

Atuação da Corregedoria Regional Eleitoral do Acre

A Corregedoria tem como missão “velar pela regularidade dos serviços eleitorais, assegurando a correta aplicação de princípios e normas”.

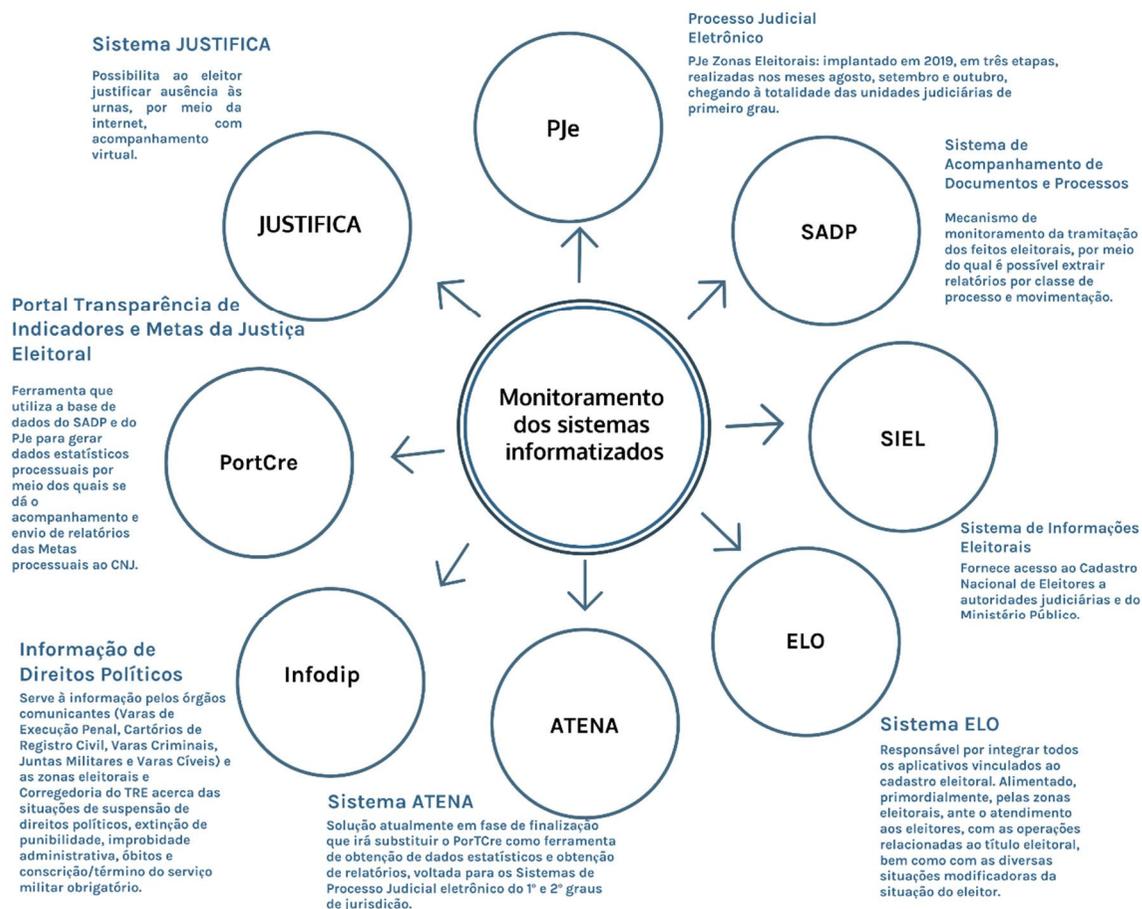
O órgão correcional é titularizado pelo desembargador que, não tendo sido eleito para presidir a Corte, for eleito Vice-Presidente do Tribunal (artigo 18, § 2º, do Regimento Interno do TRE-AC).

Nesse propósito, suas atividades específicas são exercidas na esfera jurisdicional e administrativa, adotando-se, primordialmente, medidas preventivas, mediante orientações e recomendações, além do contínuo monitoramento, via sistemas eletrônicos, como SADP – Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos –, PJe – Processo Judicial eletrônico (implantado no primeiro grau de jurisdição no segundo semestre de 2019 para tramitação exclusivamente eletrônica de novos processos no 1º Grau) – e Sistema Elo - Cadastro Nacional de Eleitores.

No primeiro grau de jurisdição, as atividades de contínua verificação da regularidade dos serviços, inclusive quanto à celeridade processual, culminam com as correições ordinárias anuais, realizadas de forma presencial, em todas as zonas eleitorais do Estado, as quais são

precedidas de publicação dos respectivos editais, dando-se conhecimento à sociedade e a entidades interessadas. Em 2019, as atividades de correição nas nove zonas do Estado deram enfoque ao acompanhamento da tramitação dos feitos judiciais, fazendo a necessária gestão para a celeridade dos julgamentos e o cumprimento das Metas processuais, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Como resultado da atuação preventiva e do acompanhamento contínuo das atividades, no ano de 2019, os serviços foram desenvolvidos de forma regular, sem incidência de anormalidades que merecessem providências investigativas ou disciplinares a magistrados, e houve crescimento no cumprimento das Metas relacionadas ao julgamento dos processos no primeiro grau de jurisdição.



Monitoramento dos sistemas informatizados

Seguindo a trilha do desenvolvimento tecnológico, têm sido incorporados aos serviços diversos sistemas automatizados, com a finalidade de facilitar tanto o desenvolvimento das atividades internas quanto externas, no que diz respeito ao acesso de alguns órgãos públicos ao cadastro eleitoral, e, ainda, dos cidadãos a alguns serviços de seu interesse. Nesse contexto, veja-se a ilustração ao lado.

Investigações e denúncias/representações

Não houve incidência de investigações ou processos disciplinares instaurados em face de juízes eleitorais, no âmbito deste Tribunal, seja de ofício ou por denúncias.



2

Resultados da Gestão

DECLARAÇÃO DO DIRETOR GERAL

Compete à Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral, nos termos do Regimento Interno (Resolução TRE/AC n. 1.720/2017), planejar, organizar, dirigir e controlar todas as atividades administrativas desenvolvidas pelas unidades da Secretaria do Tribunal, dentre outras atribuições que lhe são conferidas. Ademais, a Diretoria-Geral está presente no Comitê Estratégico (COEST) e no Comitê Setorial (COSET), cabendo ao Diretor-Geral, neste último, a incumbência de presidi-lo.

Assumir a Diretoria-Geral em agosto de 2019 foi um grande desafio, visto que, simultaneamente, era necessário promover as ações delineadas por uma outra gestão e também conciliá-las com as diretrizes e ações traçadas pela nova administração.

Com o desafio plenamente aceito, iniciamos, então, os trabalhos em várias frentes. Uma delas foi o fortalecimento das estratégias, das diretrizes e das políticas voltadas ao interesse público e o acompanhamento do cumprimento das Metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal de Contas da União.

A construção da nova sede do tribunal é, sem dúvida, um daqueles desafios que exigem uma atenção redobrada, uma vez que engloba esforços de várias unidades, barreiras climáticas devido ao período de chuvas intensas por aproximadamente seis meses, distância dos grandes centros e as limitações orçamentárias impostas pela atual conjuntura econômica do nosso país.

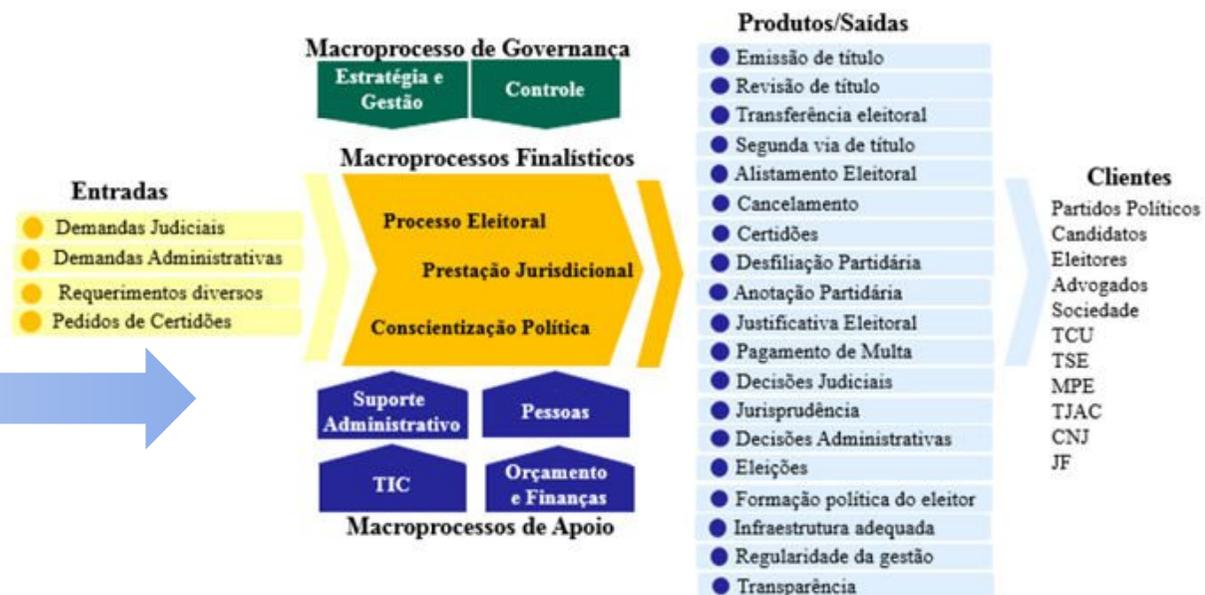
O espírito de conquista não esmaeceu. Seguimos em frente, chegamos ao fim do ano com a sensação de dever cumprido e uma cartela de novos desafios para o ano vindouro, tais como a execução do planejamento integrado das eleições municipais de 2020, o plano de diretrizes da gestão 2019/2021 e a intensa atividade voltada para conscientização política.

Jonathas Santos Almeida de Carvalho
Diretor-Geral
jsantos@tre-ac.jus.br



2.1 CADEIA DE VALOR DO TRE-AC

A atual Cadeia de Valor da Justiça Eleitoral Acreana, desenhada a partir da estrutura regimental, é composta por 3 macroprocessos Finalísticos, 2 macroprocessos de governança e 4 macroprocessos de apoio. Sua aprovação formal adveio com a publicação da Portaria da Presidência do TRE-AC n. 249/2014. A figura ao lado representa a atual Cadeia de Valor do TRE-AC:



Importante ressaltar que, ainda em 2019, o TRE-AC iniciou a revisão de sua Cadeia de Valor, que está em fase de avaliação pelas unidades impactadas, para validação.

Na tabela ao lado, pode-se perceber, por meio dos processos finalísticos da Cadeia de Valor, os responsáveis e a entregas dos produtos e serviços destinados à sociedade.

Macroprocessos finalísticos	Unidades responsáveis	Resultado entregue a sociedade)
Processo eleitoral	Corte Eleitoral, Presidência, Juízo Eleitoral, Junta Eleitoral, Diretoria-Geral, Secretaria Judiciária, Secretaria de Tecnologia da Informação, Corregedoria Regional Eleitoral, Coordenadoria de Controle Interno.	- Cadastro eleitoral regular; - Cadastro partidário atualizado; - Normatização das eleições; - Julgamentos dos registros de candidatura; - Fiscalização da propaganda e distribuição do plano de mídias; - Auditoria do processo eleitoral; - Captação, apuração, oficialização e divulgação dos resultados das eleições; - Julgamento das contas eleitorais de partidos políticos e candidatos; - Diplomação dos candidatos eleitos.
Prestação Jurisdicional	Corte Eleitoral, Juízo Eleitoral, Secretaria Judiciária, Corregedoria Regional Eleitoral e Vice-Presidência.	Julgamento, acompanhamento e execução dos processos eleitorais.
Conscientização política	Presidência, Escola Judiciária Eleitoral, Diretoria-Geral, Juízos Eleitorais, Secretaria de Administração e Orçamento e Núcleo Socioambiental.	Conscientização política da sociedade e política de gestão ambiental.

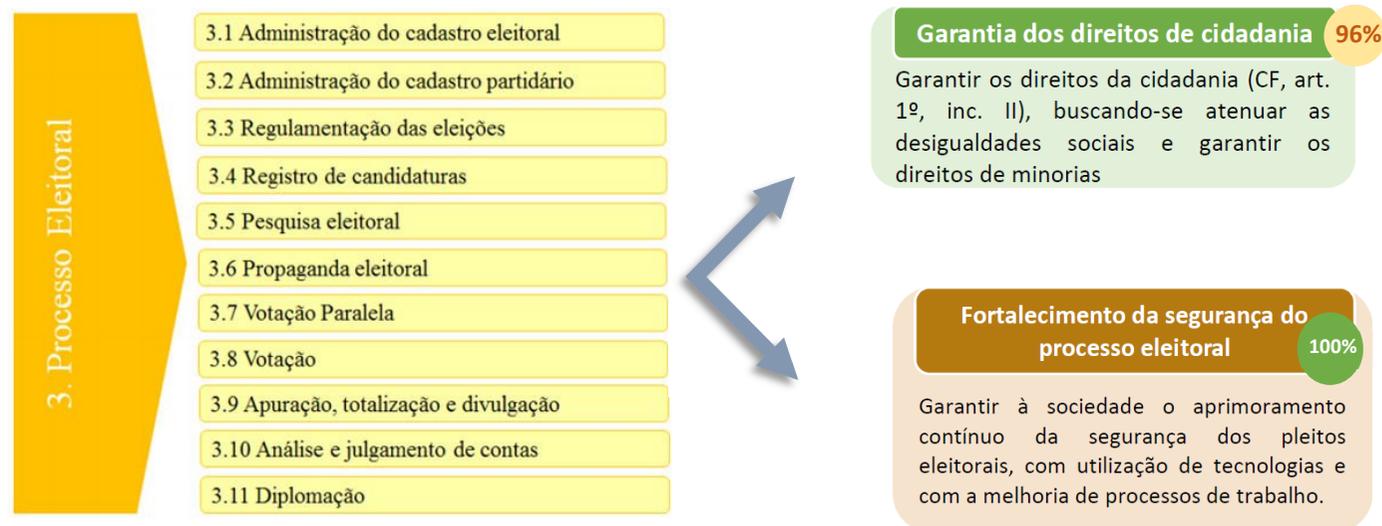
2.1.1 DO PROCESSO ELEITORAL

No exercício de 2019 não ocorreram eleições. Em regra, os pleitos acontecem nos anos pares. Em 2018, realizaram-se as eleições gerais, nas quais foram eleitos Presidente da República, Governadores, Senadores e Deputados Federais e Estaduais. Em 2020, acontecerão as eleições municipais em todo país para os cargos de Prefeito e Vereadores.

Todo esse processo consiste na operacionalização das eleições e na validação de seus resultados, com o principal objetivo de assegurar, de maneira célere e segura, o exercício da cidadania e o fortalecimento do processo eleitoral.

A garantia dos direitos da cidadania e o fortalecimento da segurança do processo eleitoral são objetivos estabelecidos na estratégia institucional para o período 2015-2020.

A realização de Eleições é um dos três pilares que formam a missão institucional do TRE-AC. Todavia, a garantia do exercício do voto ao eleitor tem sido cada vez mais uma missão desafiadora, sobretudo no



Estado do Acre, pela peculiaridade geográfica que ocupa. Sua materialidade ocorre, principalmente, com o Planejamento das Eleições, cuja construção e execução envolvem todas as unidades do Tribunal. Em 2019, o TRE-AC elaborou o Planejamento para as eleições 2020, com mais de um ano de antecedência do pleito, visando à otimização das contratações e dos serviços pertinentes às atividades. O normativo de aprovação e o planejamento estão disponíveis no site do TRE-AC, no link: <http://www.tre-ac.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020/eleicoes-2020-1>



Cadastro eleitoral e biometria

O processo de recadastramento de eleitores com coleta de dados biométricos foi iniciado em 2009. No final do exercício de 2019, com o recadastramento obrigatório realizado em 10 municípios atingiu o índice de 99,81% do eleitorado acreano, com os 22 municípios do Estado do Acre concluídos:

Município	Eleitorado	Eleitorado com biometria	%*
Acrelândia	9.015	8.995	99,78%
Assis Brasil	5.706	5.698	99,86%
Brasília	16.739	16.594	99,13%
Bujari	9.235	9.226	99,90%
Capixaba	7.336	7.321	99,80%
Cruzeiro do Sul	55.351	55.203	99,73%
Epitaciolândia	11.474	11.438	99,69%
Feijó**	19.327	19.299	99,86%
Jordão**	4.669	4.667	99,96%
Mâncio Lima**	12.032	12.022	99,92%
Manoel Urbano**	6.271	6.261	99,84%
Marechal Thaumaturgo**	9.588	9.583	99,95%
Plácido de Castro	11.717	11.688	99,75%
Porto Acre	12.546	12.531	99,88%
Porto Walter**	5.991	5.988	99,95%
Rio Branco	256.855	256.467	99,85%
Rodrigues Alves**	10.073	10.069	99,96%
Santa Rosa do Purus**	3.152	3.151	99,97%
Sena Madureira**	25.692	25.651	99,94%
Senador Guiomard	17.147	17.103	99,74%
Tarauacá**	23.440	23.400	99,83%
Xapuri	11.343	11.330	99,89%
Acre	544.699	543.685	99,81%

*Dados extraídos da página do TSE, em 07/02/2020, endereço: <http://www.tse.jus.br/eleitor/biometria/biometria-atual-do-dia>

**Municípios com recadastramento realizado em 2019

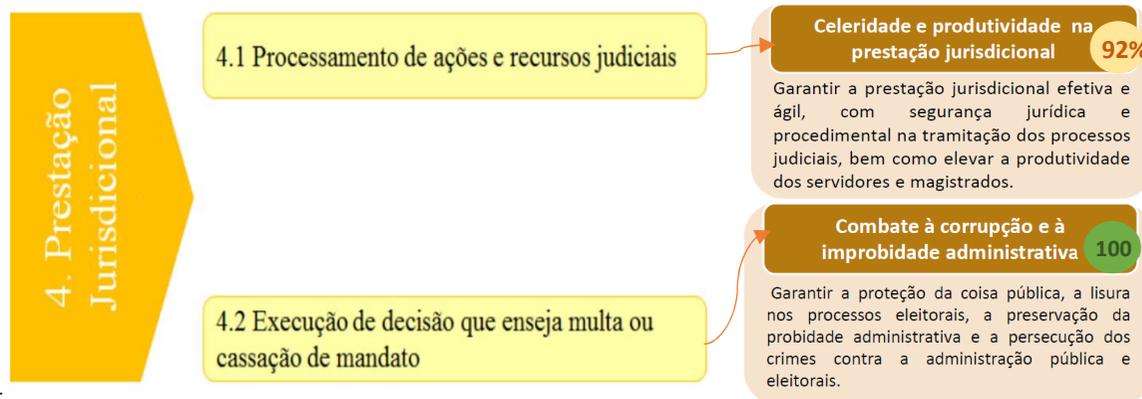


Serviços on-line disponibilizados ao eleitor

Alguns serviços, outrora disponíveis aos eleitores apenas de forma presencial nos cartórios eleitorais, são agora acessíveis pela internet. É o caso do **e-título** (título eleitoral digital), cujo aplicativo está disponível para download nas plataformas App Store (para iPhone e Ipad) e Google Play (Sistema Android), e do sistema **Justifica**, destinado à justificativa eleitoral, no caso de ausência às urnas, disponível na página deste TRE, na internet, no seguinte endereço: <https://justifica.tse.jus.br/>.

Outros serviços são acessíveis ao eleitor, de forma virtual, como emissão de certidões de vários tipos, acesso a débitos eleitorais e emissão da guia de recolhimento, além das informações e dados sobre eleições, disponíveis no site do TRE: <http://www.tre-ac.jus.br/>.

2.1.2 DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL



Processamento de ações, de recursos judiciais e execução de decisões

Por meio da prestação jurisdicional, esta Justiça Especializada busca resolver, de maneira imparcial, célere e efetiva, os conflitos eleitorais que lhe são apresentados, a fim de viabilizar o exercício da cidadania e combater a corrupção. Para tanto, julga, no âmbito do 1º Grau (juízes eleitorais) e do 2º Grau (Corte Eleitoral), todos os processos jurisdicionais de sua competência.

A atuação jurisdicional foi direcionada para o alcance dos seguintes objetivos estratégicos:

- a) celeridade e produtividade na prestação jurisdicional;
- b) combate à corrupção e à improbidade administrativa.

O desempenho dos objetivos e indicadores estratégicos no âmbito dos 1º e 2º graus de jurisdição serão tratados a seguir:



Os principais objetivos da área jurisdicional

A fim de cumprir os objetivos estratégicos antes citados, a área jurisdicional prezou pelo cumprimento dos seguintes desafios:

1º Grau:

- Supervisionar e acompanhar a atividade jurisdicional e administrativa, primando pela celeridade processual e pela exatidão das atividades desenvolvidas nas zonas eleitorais;
- Priorizar a tramitação e julgamento de processos físicos (mais antigos);

- Realização de Correições Ordinárias nas zonas eleitorais com foco no cumprimento das Metas Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

2º Grau:

- Cumprir os prazos de julgamentos de prestações de contas de campanha eleitoral estabelecidos no Calendário Eleitoral de 2018;
- Zelar pelo cumprimento das Metas Nacionais CNJ 1, 2 e 4, objetivando a redução das taxas de congestionamento e o aumento do índice de agilidade processual;
- Priorizar a tramitação e julgamento de processos físicos (mais antigos), visando, na medida do possível, à utilização de sistema processual unicamente eletrônico (PJe);
- Empregar esforço para adoção de ferramenta de estatística processual adequada e eficiente para extração de relatórios estatísticos e de gestão judicial.



Principais ações, projetos e programas

1º Grau:

No âmbito da prestação jurisdicional, primou-se pela agilidade dos julgamentos dos processos, com a finalidade de reduzir o estoque em todas as unidades, como forma de garantir o alcance das Metas Nacionais do CNJ e preparar os cartórios eleitorais para recepção do sistema Processo Judicial eletrônico (PJe). Como resultado, foram cumpridas as Metas processuais estabelecidas para o exercício. Além disso, priorizou-se o acompanhamento ordinário da tramitação processual, inclusive com as correições *in loco*, realizadas em todas as unidades do Estado.

- Ocorreu a implantação do sistema Processo Judicial eletrônico no âmbito de todas as Zonas Eleitorais do Estado;

2º Grau:

- Consolidação do sistema Processo Judicial eletrônico como ferramenta para tramitação de processos judiciais;
- Acompanhamento mensal do acervo processual, priorizando a tramitação de processos judiciais alvos de Metas Nacionais ou considerados antigos (anteriores ao ano de 2017);
- Melhorias na elaboração de relatórios de acompanhamento processual, por meio da adoção do sistema ATENA.



Resultados alcançados

1º Grau:

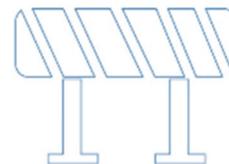
- Cumprimento das Metas do CNJ, como resultado do aprimoramento e da celeridade na prestação jurisdicional;
- Aumento do índice de cumprimento da Meta 2 do CNJ, relacionada à quantidade de processos antigos (autuados até 31/12/2017): atingiu 97,58%;
- Cumprimento da Meta 1, relacionada ao julgamento de quantitativo de processos de conhecimento superior ao número de processos distribuídos durante o ano de 2019: resultou em 140,34% de desempenho;
- Resultado de 114,94% de atingimento da Meta 4, que consiste na priorização do julgamento dos processos das Eleições 2016 relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

2º Grau:

- Redução do acervo processual em 86%, considerando o estoque de processos existente no mês de janeiro de 2019;
- Atualização dos anexos da Resolução TRE-AC n. 1.333/2009, que “dispõe sobre o tempo ideal de tramitação de processos, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Acre e das Zonas

Eleitorais”. Tal atividade, cujo produto final é a Resolução TRE-AC n. 1.743/2019 (disponível em [http://www.tre-ac.jus.br/legislacao/arquivos-resolucoes-do-tre-ac/resolucao-1743-2019-completa/rybena_pdf?file=http://www.tre-ac.jus.br/legislacao/arquivos-resolucoes-do-tre-ac/resolucao-1743-2019-completa/at_download/file](http://www.tre-ac.jus.br/legislacao/arquivos-resolucoes-do-tre-ac/tre-ac-resolucao-1743-2019-completa/rybena_pdf?file=http://www.tre-ac.jus.br/legislacao/arquivos-resolucoes-do-tre-ac/resolucao-1743-2019-completa/at_download/file)), consistiu no mapeamento do rito e dos prazos aplicáveis à tramitação de diversas classes processuais de competência do TRE e das Zonas Eleitorais;

- Continuidade das atividades de implantação da política de Gestão Documental no âmbito do TRE, trabalho que, em suas fases iniciais, foi realizado com a colaboração institucional do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas – o que gerou substancial economia ao erário, dispensando a contratação de empresa de consultoria.



Impedimentos para alcance dos objetivos jurisdicionais

1º Grau:

A principal causa de impedimento do cumprimento dos objetivos e Metas no âmbito do 1º grau está relacionada com a capacidade de execução, em razão do reduzido quadro de servidores. E isso vem se agravando gradativamente com o aumento dos pedidos de exonerações e, remoções e com as dificuldades para requisição de servidores de outros órgãos (principalmente no interior do Estado).

2º Grau:

A inexistência, no PJe, de funcionalidades que permitam a emissão de relatórios estatísticos torna difícil e trabalhoso o acompanhamento acerca do cumprimento de prazos e Metas. Ressalte-se que a elaboração de

relatórios por meio de outros sistemas ou mesmo manualmente sempre é mais suscetível a imprecisões ou erros.



Inovações e melhorias

1º Grau:

No segundo semestre do ano de 2019 o Sistema Processo Judicial eletrônico (PJe) foi implantado, em 3 etapas, em todas as 9 zonas eleitorais do Estado, o que possibilitará a tramitação totalmente eletrônica dos processos judiciais relacionados às eleições municipais de 2020, cuja competência originária, em regra, é das zonas eleitorais.

2º Grau:

No curso de 2019, aprimoraram-se as ferramentas de controle e acompanhamento processual, o que contribuiu para o cumprimento de prazos e Metas. Simultaneamente, o Tribunal passou a utilizar o Atena (ferramenta de controle estatístico-processual), aperfeiçoando, por meio de auditorias nos dados extraídos, os relatórios processuais estatísticos deste Regional.



Desafios e próximos passos

1º Grau:

O principal desafio para 2020, nas zonas eleitorais, está relacionado à migração dos processos físicos, mantendo-se a numeração única, para o Sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe), o que resultará em 100% dos processos judiciais tramitando em um único sistema. Dessa forma,

todo o acervo judicial passará a tramitar eletronicamente, em sistema próprio, sob gestão da Justiça Eleitoral e com a economia de recursos, além das possibilidades tecnológicas que a solução possibilita.

Além disso, pela primeira vez, a tramitação de processos judiciais numa eleição municipal será exclusivamente eletrônica, uma vez que o peticionamento unicamente eletrônico tornou-se realidade em 100% do Estado do Acre em outubro de 2019, de modo que a tramitação de processos físicos permanece somente para os que já tinham sido autuados no Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP), permitindo-se ainda a tramitação física destes até a conclusão da migração total para o PJe.

2º Grau:

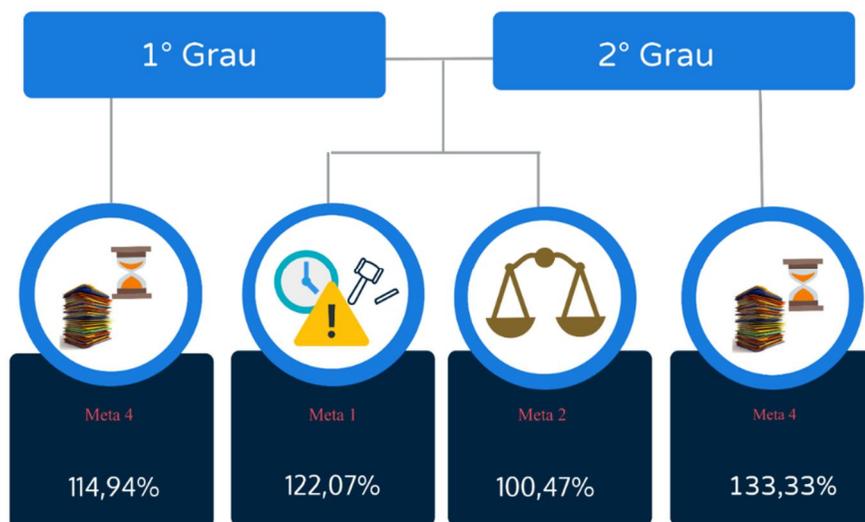
- Mapeamento, monitoramento e priorização dos processos que integram Metas Nacionais e aprimoramento das ferramentas de gestão judiciária, a fim de reduzir a taxa de congestionamento e aumentar o índice de agilidade processual;
- Aprimoramento do processo de elaboração, divulgação e organização de atos normativos judiciais produzidos pelo Tribunal;
- Melhorias no planejamento e execução das atividades de treinamento, recepção e tramitação dos processos de Registro de Candidaturas para as eleições Municipais de 2020;
- Continuidade da política de parceria institucional com outro Tribunal Regional Eleitoral, para compartilhamento de boas práticas de gestão documental (iniciativa que já trouxe resultados concretos e economia de recursos orçamentários, conforme já registrado);
- Aperfeiçoamento do banco de dados de antecedentes criminais.

Dados estatísticos e cumprimentos de metas

No tocante à prestação jurisdicional, a taxa de congestionamento – indicador a partir do qual é possível constatar a capacidade de atendimento desta Justiça Especializada à demanda de processos judiciais – ficou em 26,5% no ano de 2019, considerando o primeiro e segundo graus de jurisdição.

Mantendo-se atento aos princípios, normas e metas que lhe são aplicáveis, a Corte Eleitoral do Tribunal Regional do Acre concluiu o julgamento das prestações de contas de todos os candidatos não eleitos no dia 25 de novembro de 2019 – antes, portanto, da data prevista na legislação eleitoral. O prazo, segundo o Calendário Eleitoral, encerrava-se no dia 29 de novembro, conforme o disposto na Resolução TSE n. 23.555/2017 (<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2017/RES235552017.html>).

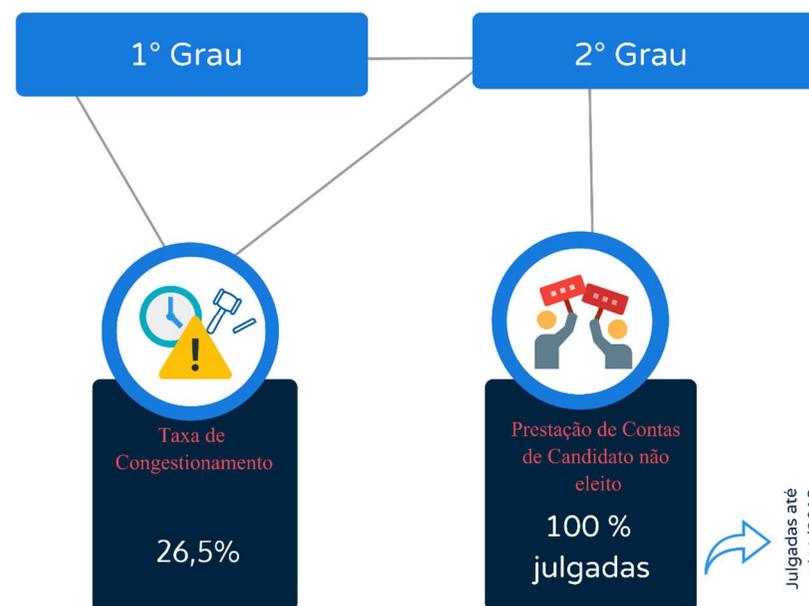
A celeridade processual do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, demonstrada pela rápida tramitação dos feitos e pela ausência de



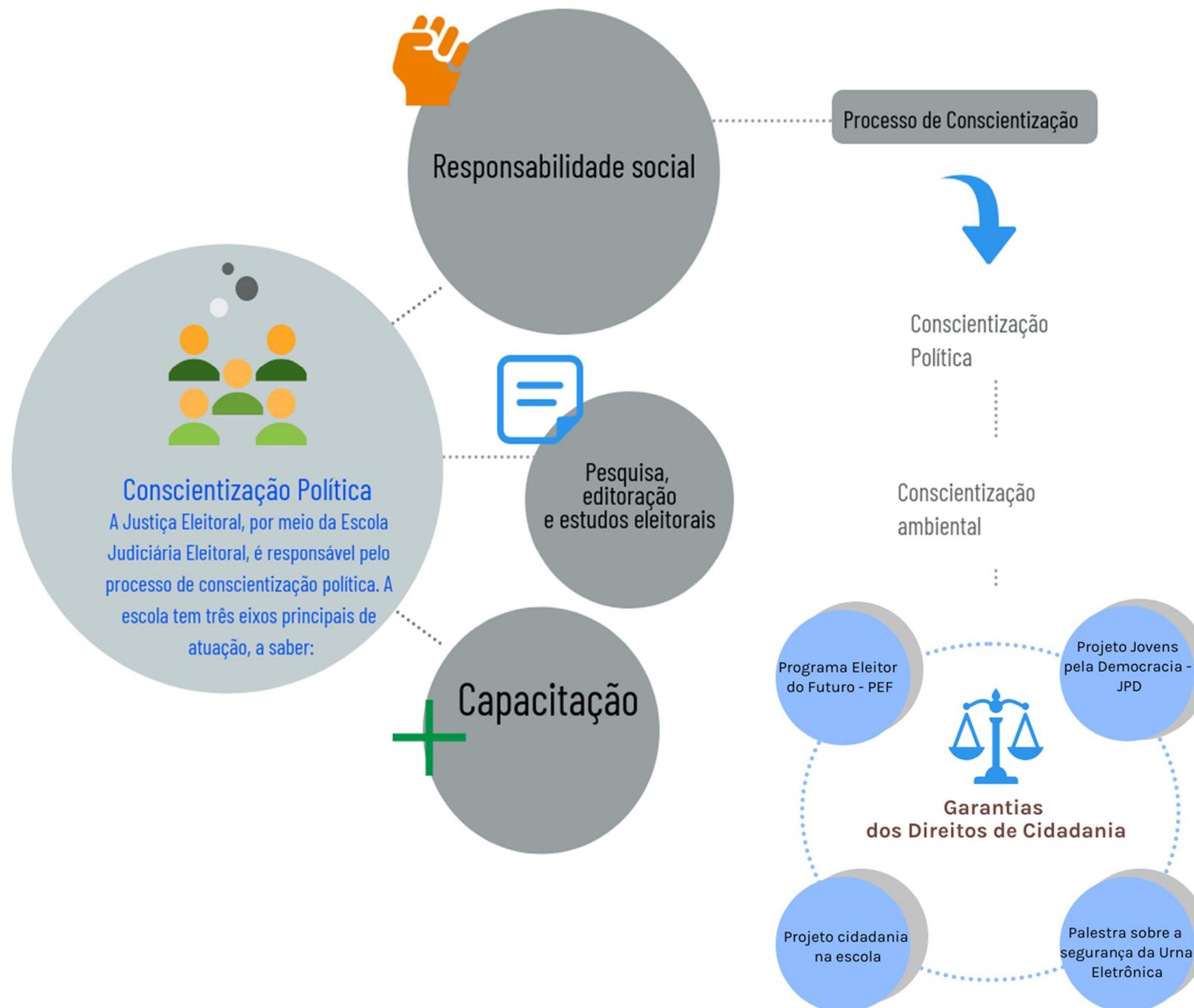
processos antigos (anteriores ao ano de 2017), contribuiu para o expressivo êxito no cumprimento das Metas Nacionais 1 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente) e 2 (identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2017 – processos antigos), as quais foram atingidas nos percentuais de 122,07% e 100,47%, respectivamente.

No tocante ao combate à corrupção e à improbidade administrativa, medido pela Meta Nacional 4 (identificar e julgar até 21/12/2019, 90% dos processos referentes às eleições de 2016 e 75% dos processos de candidatos eleitos nas eleições 2018, distribuídos até 31/12/2018, que possam importar na perda de mandato eletivo), em 2019, o Tribunal atingiu mais de 100% de cumprimento, tanto no 1º (114,94%), quanto no 2º Grau (133,33%) de jurisdição, consoante demonstrado nas ilustrações:

Obs.: Gráficos e dados disponíveis em <https://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas/>



2.1.3 DA CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA

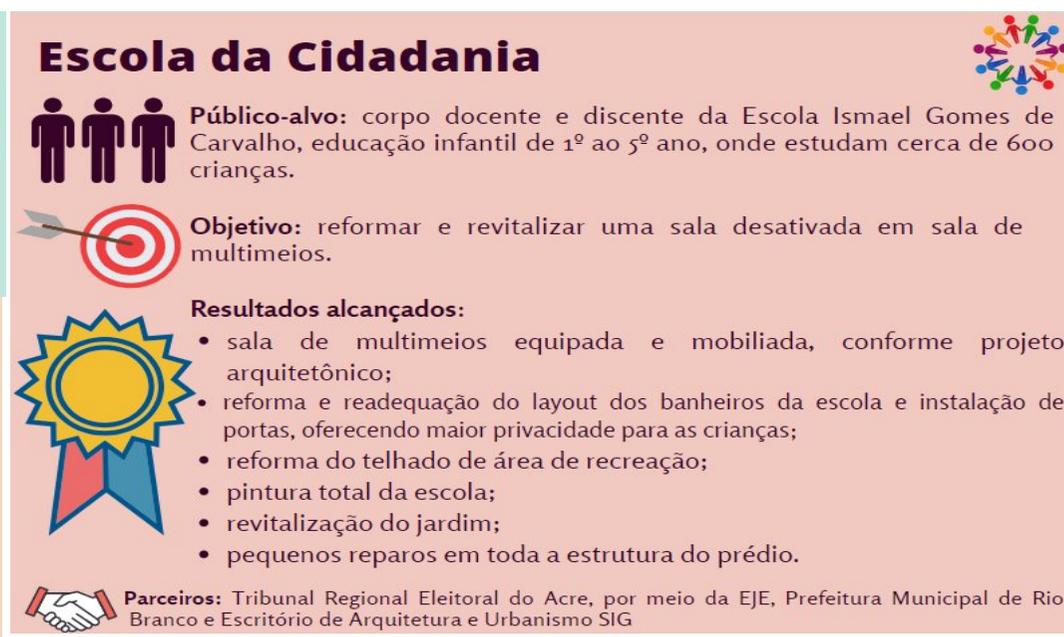


As ações de cidadania fazem parte do processo de trabalho de conscientização política, que impacta diretamente no objetivo estratégico denominado “Garantia dos Direitos da Cidadania”. O grande desafio está em garantir, no plano concreto, os direitos da cidadania (CF, art. 1º, inc. II), buscando-se diminuir as desigualdades sociais e garantir os direitos de minorias, com a atenção voltada a práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologia limpa. A Justiça Eleitoral acreana desenvolveu, no exercício de 2019, as seguintes ações de cidadania que constam do [Plano de Conscientização Política 2018-2019](#)

A seguir os resultados alcançados em cada uma das ações supracitadas:



A responsabilidade Social, portanto, exige a contínua melhoria e avanço das atividades desenvolvidas pelos agentes públicos, mediante a utilização racional dos recursos públicos, orientada, entre outros, pelos princípios da economia, eficiência, eficácia, legalidade e transparência.



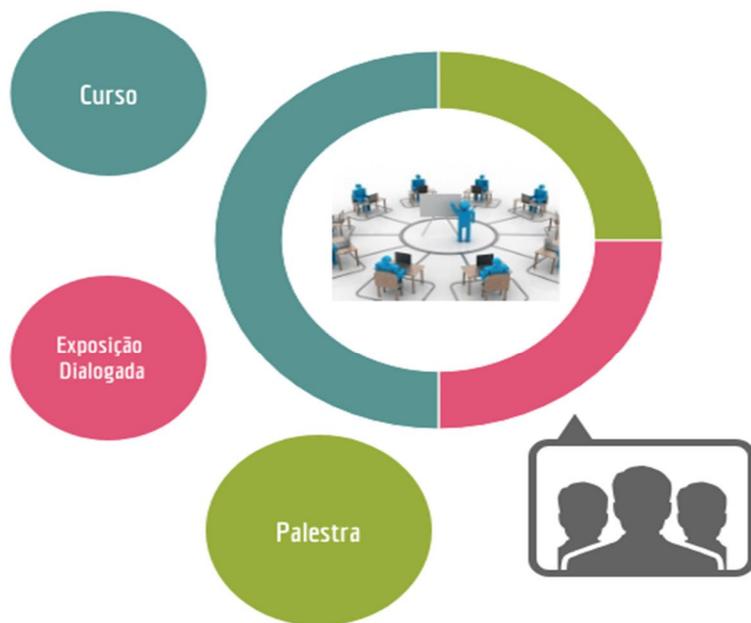
Crianças, jovens, candidatos, representantes de partidos e sociedade em geral.
O objetivo desse ramo da capacitação é informar ao cidadão os temas relacionados ao processo eleitoral, promovendo maturidade cidadã e conscientização política

Atividades realizadas em 2019		Tipo/Ação	Público Externo
10	Palestras de Conscientização Política para estudantes do ensino fundamental e médio	Palestra	
	Segurança da Urna Eletrônica	Palestra	
20	1ª Edição do Projeto Jovens pela Democracia	Curso	
	2ª Edição do Projeto Jovens pela Democracia	Curso	
	3ª Edição do Projeto Jovens pela Democracia	Curso	

Público Interno

Juizes, promotores e servidores eleitorais

A capacitação continuada do público interno, em especial magistrados e servidores, reflete-se no avanço de melhorias na gestão do atendimento ao público e respostas à sociedade, seja em relação à eficiência (saber fazer certo), seja na capacidade de implementar melhorias na gestão do tempo, da qualidade do serviço executado que reverbera na eficácia (fazer a coisa certa) do serviço público prestado no tempo adequado com menor gasto de recursos públicos.



CAPACITAÇÃO

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2019	TIPO/AÇÃO
Balanço das Eleições 2018 e os novos desafios para o Pleito de 2020	PALESTRA
I SIMPÓSIO EJE: Multiplicação das seguintes capacitações: Curso de Formação de Formadores, Debates sobre Ações Penais e combate à corrupção, Fundamentos da Administração Judiciária e Segurança das Urnas e Fake News	EXPOSIÇÃO DIALOGADA
Direito Eleitoral Digital	CURSO
Colaboração Premiada e outras técnicas / Técnicas de Negociação no Direito Penal	CURSO

Pesquisa, Editoração e Estudos Eleitorais

Em 2019, foi estabelecida uma parceria com a Universidade Federal do Acre – UFAC – para a realização de curso de **pós-graduação** (públicos interno e externo) na área do Direito Eleitoral.

Paralelamente, pretende-se realizar **pesquisas** com o objetivo de identificar questões relacionadas diretamente com os direitos de cidadania, tais como: conscientização política, qualificação do voto, ampliação do conhecimento do eleitor acerca do processo eleitoral, entre outros.

Por meio de estudos acadêmicos na área do Direito Eleitoral, associados à pesquisa nas áreas de Ciência Política, Sociologia, Direito de Estado, espera-se alcançar um entendimento mais claro de problemas pontuais, como: desinteresse dos jovens em alistar-se, critérios para escolha adequada dos candidatos, os anseios dos eleitores em relação aos seus representantes políticos.

Espera-se que, a partir de tais estudos e pesquisas, sejam implementadas melhorias sociais.



Investimentos e Desafios

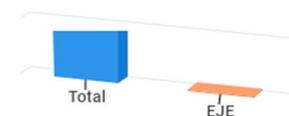


1

Investimento

Orçamento Custeio

O investimento nas ações de cidadania e de pesquisa representou 1% do orçamento total de custeio.



2

Investimento

Orçamento Capacitação

O investimento em capacitação foi de 17%, se comparado com o orçamento total de capacitação



Orçamento de Custeio (20GP)
- Total:
R\$7.732.014,00 (99%)

Orçamento de custeio (20 GP) - EJE:
R\$51.566,00 (1%)

3

Desafios

A Escola tem avançado na realização de suas atividades, mas, faz parte da missão institucional a busca por formas cada vez mais eficazes para o aperfeiçoamento e melhoria dos serviços oferecidos, em especial aqueles que impactam diretamente os objetivos estratégicos, no caso, a conscientização política.

Desafios identificados:



Orçamento de capacitação - Total:
R\$250.300,00 (83%)

Orçamento de capacitação - EJE:
R\$50.000,00 (17%)

1

a) melhorar a alocação de investimentos direcionados para as ações de responsabilidade social, as quais dão suporte (alavancam) ao cumprimento dos objetivos estratégicos do Tribunal



2

b) criar ações de cidadania mais efetivas, capazes de elevar o grau de conscientização política do cidadão.



3

c) criar indicadores de gestão capazes de medir adequadamente os resultados alcançados.



2.1.3.1 DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

Promoção à acessibilidade

Ainda em 2012, o Tribunal Superior Eleitoral expediu a [Resolução TSE nº 23.381/2012](#) que institui o Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral, objetivando a plena acessibilidade nos locais de votação.

Importante destacar que aos eleitores portadores de deficiência que torne impossível ou demasiadamente oneroso o cumprimento de suas obrigações eleitorais (alistamento e voto) é possível requerer a não aplicação das sanções legais, na forma prevista nas [Resoluções TSE nº 20.717, de 12 de setembro de 2000](#) e [nº 21.920, de 19 de setembro de](#)



[2004](#).

Urnas com acessibilidade

Para atender todo o eleitorado, o Tribunal Regional Eleitoral do Acre dispõe de um total de **2.695 urnas eletrônicas**, todas equipadas com recursos de acessibilidade ao eleitor: teclado em braile no terminal do eleitor e dispositivo de áudio, utilizado com fone de ouvido fornecido pela Justiça Eleitoral. Informações adicionais estão disponíveis no site do TSE, [clique aqui](#).

Locais de votação com acessibilidade

A criação de seção eleitoral deverá observar o atendimento às condições de acessibilidade, consoante os quesitos do formulário de vistoria das seções, conforme estabelecido no [Anexo II](#) da [Resolução TRE-AC nº](#)

[1.697/2015](#). Visando à adoção de método informatizado para subsidiar o registro dos dados relativos à vistoria do local de votação, conforme dispõe o art. 23 da supracitada norma, a Corregedoria do Tribunal Regional do Acre expediu o [Provimento nº 03/2016](#), que dispõe sobre a utilização do sistema de Vistorias de Locais de Votação (VLV), com vistas ao adequado gerenciamento dos lugares de votação.

Além disso, a Justiça Eleitoral do Acre firmou convênio com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Acre, assinado no dia 11/12/2017, e publicado no DJE em 16/12/2018, tendo como objeto implementar

medidas a fim de promover o amplo e irrestrito acesso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida ao exercício do voto.

Página da internet

O TRE do Acre codificou suas páginas de internet de acordo com as recomendações do órgão que estabelece as diretrizes internacionais para a acessibilidade na Web – *Web Content Accessibility Guidelines (WCAG)*. Essa medida visa atender às definições estabelecidas no art. 8º, § 3º, item VIII da Lei nº 12.527 ([Lei de Acesso à Informação](#)), a [Resolução-TSE nº 23.381/2012](#), o [Decreto nº 5.296/2004](#) e o [Decreto nº 6.949/2009](#). O detalhamento dos recursos de acessibilidade do site do TRE-AC está disponível em: <http://www.tre-ac.jus.br/acessibilidades-tre-ac>.

Infraestrutura física dos locais de atendimento

Os locais de atendimento ao público, administrados pelo TRE-AC, atendem, em sua maioria, aos padrões de acessibilidade.

Quantidade de eleitores com deficiência no Acre

ELEITORES COM ANOTAÇÃO DO ASE 396 (Pessoa com deficiência)			
MUNICÍPIO	QTD. ELEITORES	COMPARECIMENTO (Eleições 2018)	
		1º Turno	2º Turno
Acrelândia	36	42	42
Assis Brasil	13	15	13
Brasília	125	131	131
Bujari	25	18	16
Capixaba	86	86	82
Cruzeiro do Sul	138	155	149
Epitaciolândia	96	107	107
Feijó	150	97	96
Jordão	9	3	3
Mâncio Lima	96	59	57
Manoel Urbano	26	15	15
Marechal Thaumaturgo	13	4	4
Plácido de Castro	82	81	81
Porto Acre	114	126	122
Porto Walter	13	5	6
Rio Branco	994	1056	1030
Rodrigues Alves	63	53	51
Santa Rosa do Purus	4	3	2
Sena Madureira	163	82	74
Senador Guiomard	72	81	79
Tarauacá	143	76	74
Xapuri	64	77	76
TOTAL	2525	2372	2310

Fonte: Relatório obtido no sistema Elo, compartilhado pela SCPE e SOC.

Ações desenvolvidas em 2019

Foram realizadas várias ações pela Comissão de Acessibilidade deste Regional, no decorrer de 2019, dentre elas:

- a) Visita ao governador do Estado, realizando tratativas para renovação do Convênio de Acessibilidade;
- b) Assinatura do Convênio de Acessibilidade com o Estado;
- c) Obteve-se permissão para reproduzir a cartilha 'Acessibilidade: um direito sem barreiras', elaborada pelo TRE-TO. Esse material atenderá o PGP, no que diz respeito à difusão sobre os direitos da Pessoa com Deficiência;
- d) Encontro para alinhamento de tarefas da Comissão de Acessibilidade, com entrega de levantamento das atuais condições de acessibilidade nos imóveis do TRE-AC;
- e) Visita ao estande do TRE-AC na ExpoAcre;
- f) Vinculação da Comissão Permanente de Acessibilidade ao Gabinete da Presidência, conforme Portaria da Presidência n. 155/2019;
- g) Assinatura do Convênio de Acessibilidade com a Prefeitura;
- h) Apoio ao Cerimonial, na tratativa de intérpretes de LIBRAS da UFAC para atuarem na solenidade de posse da Presidente do TRE-AC;
- i) Participação do I Encontro Nacional de Acessibilidade e Inclusão (ENAI), promovido pelo STJ; e
- j) Participação da Reunião Nacional de Gestão de Acessibilidade e Inclusão na Justiça Eleitoral e da comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, promovidos pelo TSE.

Ações previstas para 2019 não realizadas

Além das ações que foram efetivadas, ainda restaram as abaixo listadas, ambas relacionadas à [Resolução CNJ n. 230/2016](#) (art. 4º, §§ 1º e 2º):

- a) Capacitar servidores que atuem diretamente no atendimento ao público em Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS);
- b) Difundir os direitos da pessoa com deficiência para os seguintes públicos: juízes eleitorais, membros da Corte, servidores e terceirizados.

Apesar de tratar-se de ano eleitoral, a Comissão envidará os esforços necessários para concretização dessas ações no presente exercício.

Ouvidoria



A ouvidoria consiste no principal canal de comunicação com o público externo deste Tribunal. O objetivo desse serviço é receber pedidos de informação, denúncias, reclamações, críticas, elogios e sugestões.

Para cumprir com o objetivo estratégico de **Garantir os Direitos de Cidadania**, a Ouvidoria mantém um relacionamento com a sociedade por meio dos seguintes canais de acesso:

- **Internet:** acesso na página do TRE-AC, menu “O TRE” – Ouvidoria Eleitoral/SIC, pelo formulário eletrônico disponível em: <http://www.tre-ac.jus.br/o-tre/ouvidoria> ou, por correio eletrônico: ouvidoria@tre-ac.jus.br. 
- **Telefone:** pelos telefones **(68) 3212 4460 e 0800 649 9218** (somente para o Estado do Acre), de segunda a sexta-feira, das 7 às 14 horas. 
- **Atendimento presencial:** de segunda a sexta-feira, das 7 às 14 horas, na Sala da Ouvidoria/Corregedoria Regional Eleitoral, localizada na Avenida Antônio da Rocha Viana, n. 1.389, Bairro Isaura Parente - Rio Branco/Acre. CEP: 69918-308. 
- **Carta:** a ser dirigida para o endereço da Ouvidoria Eleitoral/SIC (Serviço de Informações ao Cidadão), com retorno realizado por carta quando solicitado pelo eleitor. No entanto, o meio preferencial para o fornecimento das informações é o eletrônico (*e-mail*). 

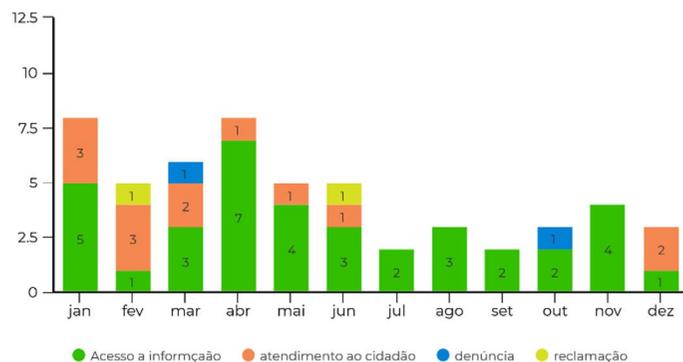
- **Fale conosco:** as solicitações do Fale Conosco são direcionadas para os canais de acesso à Ouvidoria, disponíveis no endereço <http://www.tre-ac.jus.br/o-tre/ouvidoria>. 

No ano de 2019 foram recebidas e atendidas **137 solicitações** pelos diversos canais de atendimento da Ouvidoria (incluindo os registros de pedidos de acesso à informação). O tempo médio de resposta foi de **19 dias**. Foram originadas **54 demandas** por meio do formulário eletrônico disponibilizado na página da *internet* deste Tribunal.

Cada formulário gerou um procedimento no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) que tramitaram nas unidades responsáveis pela informação. Abaixo, o detalhamento das demandas recebidas pelos canais de acesso:

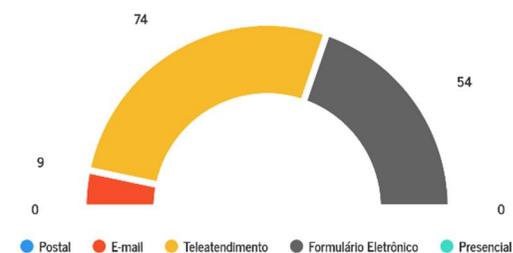
Formulário Eletrônico no Período

Processos Gerados no Sistema SEI



54

Total de Demandas por Canal de Acesso



Total de atendimentos

Acesso a Informação



37

Atendimento ao cidadão



13

Denúncia

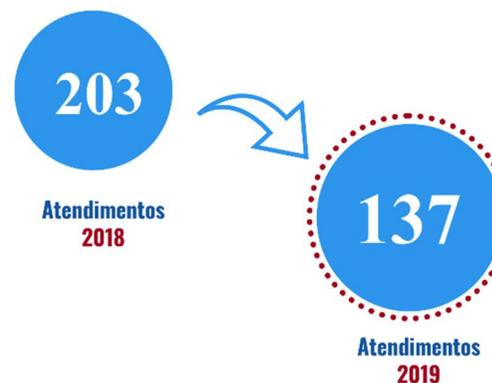


2

Reclamação



2



Em relação ao ano de 2018, houve um decréscimo na quantidade de solicitações recebidas por meio da Ouvidoria: de 203 demandas no ano anterior, contabilizou 137 novos atendimentos em 2019. Esse número menor de solicitações se deve ao fato de não ter sido realizada eleição no período (as demandas normalmente aumentam em anos eleitorais).

Principais desafios relacionados à atuação da Ouvidoria

- Divulgação da Ouvidoria: A necessidade de maior divulgação, verificada em pesquisa de opinião contratada pelo Tribunal em 2018, que constatou que 30% dos eleitores entrevistados conheciam ou utilizaram os canais da Ouvidoria, foi incluída no plano de comunicação institucional;
- Implementar solução para aferição da satisfação dos usuários em relação aos serviços de atendimento ao eleitor fornecidos pelo TRE do Acre nas unidades de atendimento da Justiça Eleitoral e na sua página de internet;
- Melhoria na estrutura da Ouvidoria que, atualmente, está vinculada à Corregedoria Regional Eleitoral.

Pesquisa de satisfação permanente

A Ouvidoria Eleitoral também é responsável por acompanhar a aplicação e consolidar os resultados da pesquisa de satisfação nas unidades de atendimento das Justiça Eleitoral (zonas eleitorais e Secretaria do Tribunal).

A aferição da satisfação dos usuários segue recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que aprovou, em 2017, a Meta Específica para esta Justiça Especializada, qual seja: Adotar mecanismo permanente de aferição da satisfação dos cidadãos-usuários com os serviços prestados pela justiça eleitoral e atingir o grau de satisfação de 80%.

A Meta deve considerar: a *cortesia do atendente*, a *orientação prestada* e o *prazo de atendimento*, conforme a especificidade de cada serviço submetido à avaliação.

O formulário fica disponível, na forma impressa, em todos os locais de atendimento ao público, na Capital e no interior do Estado, de modo acessível ao cidadão que pode, a seu critério, responder às perguntas nele inseridas e, oportunamente, na *internet*, no sítio do TRE.

Os percentuais atingidos (índice geral de satisfação) demonstram que a Meta estabelecida foi superada, obtendo-se sempre mais de 80% de satisfação dos eleitores com os serviços prestados pela Justiça Eleitoral, resultado da busca por aprimoramento no atendimento ao público.

O índice de satisfação é calculado dividindo-se o número de escolhas aferidas nas categorias “ótimo” e “bom”, pelo número total de questionários respondidos.

Assim, apresentamos os resultados anuais da avaliação de satisfação dos usuários:

ANO	Período de Aferição	Descrição da Meta Específica	Índice Geral de Satisfação
2017	21/06 a 31/12	Atingir 80% no grau de satisfação dos eleitores quanto aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral, através da instituição de mecanismo de aferição permanente, inclusive em anos eleitorais.	90,77%
2018	01/01 a 31/12		84,67%
2019	01/01 a 31/12		96,91%



Lei de Acesso à Informação (LAI)

Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre disponibiliza aos interessados o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), vinculado à Ouvidoria Regional Eleitoral, destinado a assegurar o direito fundamental de acesso às informações de natureza pública, conforme estabelece a Lei de Acesso à Informação ([Lei 12.527/11](#)). O objetivo do Tribunal é manter a sociedade informada, além de fomentar o desenvolvimento da cultura da transparência e do controle social na Administração Pública.

O pedido de acesso à informação pela *internet* pode ser feito pelo formulário eletrônico disponível em: <http://www.tre-ac.jus.br/o-tre/ouvidoria> (aba “Serviço de Informações ao Cidadão”).

O cidadão também poderá entregar pessoalmente seu pedido de acesso à informação no mesmo endereço da Ouvidoria, no horário de atendimento das 7 às 14 horas.



Resultados da LAI

No ano de 2019, foram gerados 37 procedimentos SEI em razão do preenchimento do formulário eletrônico por cidadãos que buscavam acesso a informações, conforme estabelece a [Lei 12.527/2011](#). O **tempo médio de resposta** das demandas feitas por via eletrônica foi de **14 dias**, uma vez que os pedidos tramitam nas unidades responsáveis pelas respectivas informações.



Portal Transparência

O Portal Transparência garante ao cidadão o monitoramento da utilização da verba pública pelo Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC), servindo como guia

sobre toda a execução orçamentária e financeira do órgão, contendo ainda relatórios do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

As informações relevantes sobre a atuação deste Tribunal estão disponíveis na página da internet do TRE-AC, www.tre-ac.jus.br, menu “Transparência”, tais como:

Informação	Acesso
Governança e Gestão das Contratações	http://www.tre-ac.jus.br/transparencia/gestao-das-contratacoes/governanca-e-gestao-das-contratacoes
Gestão fiscal	http://www.tre-ac.jus.br/transparencia/gestao-fiscal/relatorio-de-gestao-fiscal
Gestão orçamentária e financeira	http://www.tre-ac.jus.br/transparencia/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal
Licitações	http://www.tre-ac.jus.br/transparencia/gestao-das-contratacoes/licitacoes-2
Plano de auditoria	http://www.tre-ac.jus.br/transparencia/planos-de-auditoria/plano-de-auditoria
Prestação de contas	http://www.tre-ac.jus.br/transparencia/prestacao-de-contas/relatorios
Relatórios CNJ	http://www.tre-ac.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/relatorios-cnj



Ranking da transparência

No ano de 2018, o CNJ instituiu o “ranking da transparência”, por meio da [Resolução 260/2018](#) (que alterou a [Resolução 215/2015](#), que trata do acesso à informação no âmbito do Poder Judiciário).

Após a primeira avaliação do CNJ em 2018, em outubro (no período anterior ao segundo turno das eleições), o resultado obtido por este Regional foi de **57,66%** de cumprimento dos itens, o que correspondeu ao **63º lugar** entre os 93 Tribunais e Conselhos avaliados.

Já em 2019, após trabalho junto às unidades responsáveis, que resultou no aumento de itens de informação disponibilizados, o TRE do Acre alcançou o 7º lugar, subindo para **92,62%** de cumprimento. Resultados,

com itens e links de comprovação disponíveis em: <https://www.cnj.jus.br/ranking-da-transparencia-2019/>

Cartas de Serviço

Para contemplar de forma clara e objetiva as atividades do Tribunal, duas cartas foram elaboradas:

• **Carta de Serviços do 1º Grau:** lançada em 2009, relaciona os tipos de atendimentos cartorários, como emissão de título, segunda via, transferência e certidões. Disponível em:

<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/carta-de-servicos-do-tre-ac>

• **Carta de Serviços do 2ª Grau:** lançada em 2014, documenta o acesso ao acompanhamento processual, eleições, jurisprudências e prestações de contas partidárias. Endereço eletrônico:

<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ac-carta-de-servicos-de-2o-grau>.



A seguir, os principais serviços disponibilizados ao cidadão pela Justiça Eleitoral:



e-Título

Adotado em âmbito nacional, o e-Título é um dos aplicativos mais importantes da Justiça Eleitoral e de grande aceitação pela sociedade. Sua implementação facilitou o acesso a diversos serviços, tais como: obtenção da 2ª via do título eleitoral, emissão da certidão de quitação eleitoral, certidão de crimes eleitorais, informações sobre local de votação, entre outros.

O e-Título é expedido gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser comprovada na página do TSE, na internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, ou por meio do próprio e-Título, instalado em outro dispositivo.



Emissão ou validação de certidões pela internet

Este serviço está disponível no endereço <http://www.tre-ac.jus.br/eleitor/certidoes/certidoes-1>. Por meio dele, é possível a emissão ou validação das seguintes certidões: composição partidária, crimes eleitorais, filiação partidária, negativa de alistamento e quitação eleitoral.



Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)

Serviço vinculado à Ouvidoria Eleitoral, com o objetivo de assegurar o direito de acesso à informação e à transparência.

O pedido de acesso à informação pela internet pode ser feito por formulário disponível no endereço: <http://www.tre-ac.jus.br/o-tre/atendimento-ouvidoria>

Justificativa eleitoral pela internet (Sistema Justifica)



Permite a apresentação do Requerimento de Justificativa Eleitoral (RJE) pela *internet* após a eleição. O formulário está disponível no endereço: <http://www.tre-ac.jus.br/eleitor/justificativa-eleitoral>.



Portal do Voluntário

Contém informações necessárias para que o eleitor possa fazer sua inscrição, pela *internet*, para os serviços Mesário Voluntário e Apoio Logístico Voluntário. Este serviço está disponível no endereço: <http://www.tre-ac.jus.br/eleitor/portal-do-voluntario/bem-vindo>

De acordo com consulta realizada no dia 07/02/2020, o portal do voluntário conta com **2.248 cadastrados**, sendo 2.004 como mesários e 244 como apoio logístico.



Eleições comunitárias

O Tribunal realiza, no período entre eleições, o serviço de cessão de urnas eletrônicas para a realização de eleições comunitárias. São atendidos pedidos de variadas instituições, desde escolas, universidade, associações e conselhos de profissionais.



Plano de Comunicação Institucional do TRE-AC

Por meio da Portaria Presidência n. 151/2019, de 23 de julho de 2019, foi aprovado o Plano de Comunicação Institucional do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC), constante do Processo SEI n. 0002002-02.2019.6.01.8000.

2.1.3.2 Responsabilidade Ambiental

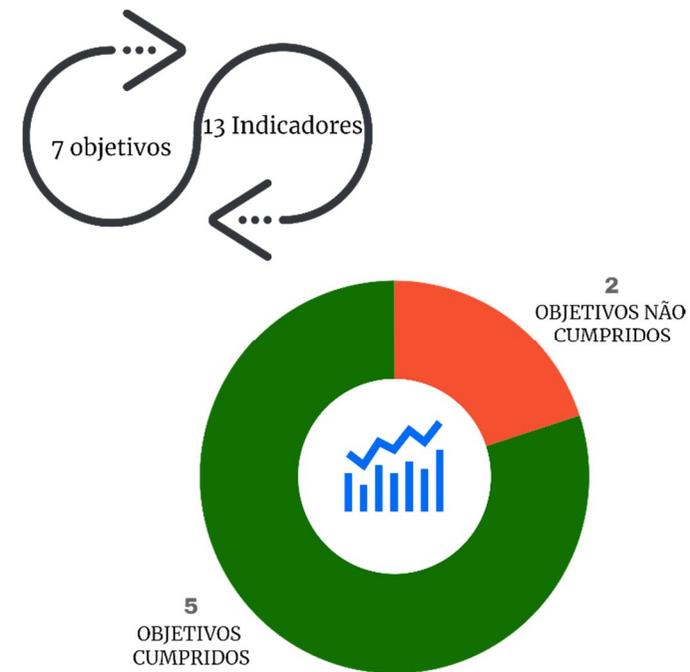


Em 2019 alcançou-se um saldo positivo no impacto ambiental, superando a meta previamente estabelecida para o período. A conscientização dos servidores e colaboradores quanto seu papel ambiental foi preponderante para o alcance das metas.

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre com base nos eixos temáticos da Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P, programa do Ministério do Meio Ambiente, foca na adoção de nova forma de consumo.

Assim, para atender esses objetivos e para continuidade das ações do projeto, criou-se o Plano de Combate ao Desperdício e Conscientização Ambiental – Agenda Ambiental, que estabelece metas a serem seguidas no período de 2015 a 2020, no tocante à gestão ambiental. Os [relatórios anuais](#) estão disponíveis na página do TRE-AC.

O plano é composto por sete objetivos e 5 foram integralmente cumpridos, a saber: Objetivo 3: Racionalizar o consumo de recursos materiais; Objetivo 4: Racionalizar o consumo de recursos naturais; Objetivo 5: Promover a destinação adequada dos resíduos sólidos recicláveis; Objetivo 6: Promover a educação ambiental; Objetivo 7: Assegurar a implementação da Agenda Ambiental. Quanto aos demais objetivos, num total de dois (Objetivo 1: Contribuir para a incorporação da responsabilidade socioambiental; Objetivo 2: Incluir critérios de sustentabilidade nas



RESPONSABILIDADE SOCIAL

O alvo era alcançar 90% e foi alcançado 83,33% da meta.

2019
Plano de Logística Socioambiental do TRE/AC

CONSUMO DE PAPEL

O consumo de papel - resmas por servidor era de 5,90 e alcançou-se 1,51

CONTRATAÇÕES

O alvo era 90% e foi alcançado 84% da meta.

CARTUCHOS E TONERES

O alvo era reduzir abaixo de 0,87% e foi alcançado a valor de 0,50.



contratações de obras, bens e serviços do Tribunal), foram cumpridos parcialmente.

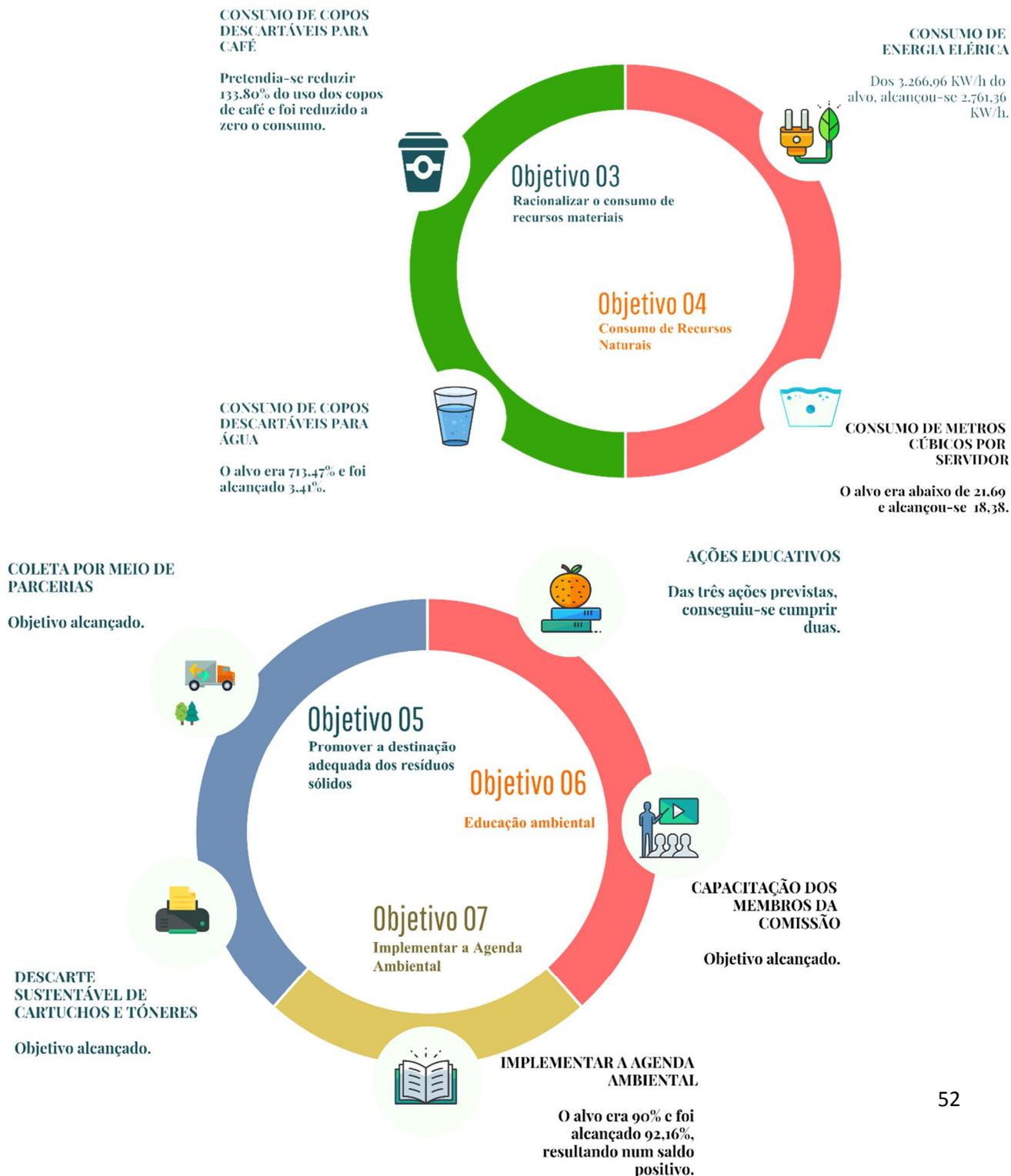
Assim sendo, numa análise geral, sobretudo considerando o número de indicadores existentes, o resultado apresenta-se bastante positivo, uma vez que, dos 13 (treze) indicadores estabelecidos para atingimento dos 7 (sete) objetivos, 11 (onze) foram cumpridos na sua integralidade.



Desafios

O resultado alcançado com a implementação das ações relacionadas ao plano de logística sustentável do TRE-AC demonstra um quadro evolutivo, sobretudo na conscientização por parte do corpo funcional.

Um dos grandes desafios para 2020 será a elaboração de um novo Plano de Logística Sustentável que auxilie o órgão na redução de custos institucionais, com objetivos, indicadores e metas exequíveis, levando-se em conta políticas e diretrizes nacionais e internacionais, estatuais e municipais que possam contribuir sobremaneira para o avanço e para a geração de valores nos âmbitos interno e externo.





3

Conformidade e Eficiência da Gestão

CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO



3.1 DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Lei Orçamentária Anual, de 2019 – [Lei n.º 13.808](#), consignou a este Tribunal dotação em torno de R\$ 57 milhões. No decorrer do exercício, houve um acréscimo líquido de R\$ 12 milhões, totalizando 70 milhões de dotação autorizada.

Desse acréscimo, o principal montante foi destinado à construção da nova sede do TRE-AC, no valor de R\$ 7 milhões, com fonte do TSE.

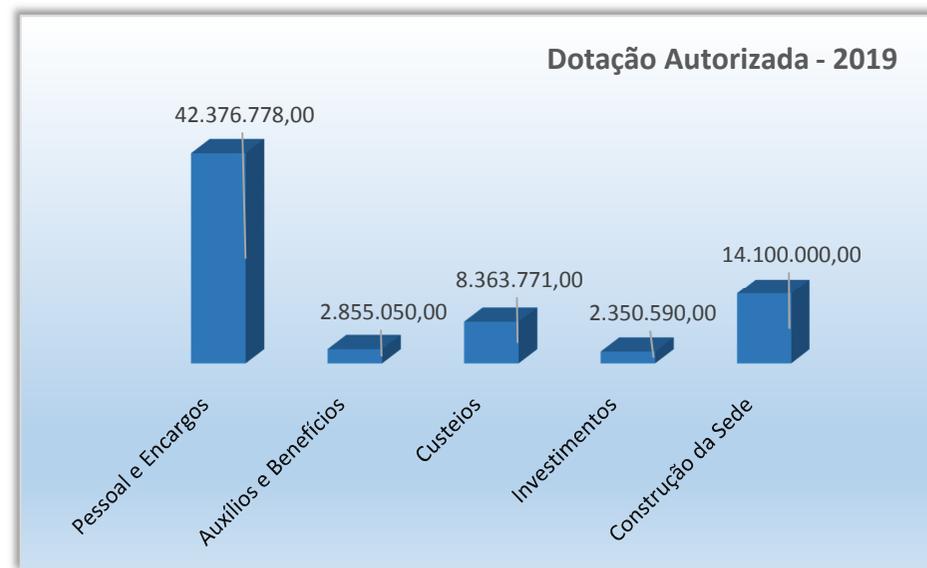
Ainda no exercício de 2019, o TSE descentralizou (provisão) R\$ 510 mil. Destes, R\$ 411 mil foram destinados para o custeio da revisão biométrica de eleitores no Estado. São valores que pertencem ao orçamento do TSE.

As perdas orçamentárias (dotação autorizada menos despesas empenhadas) foram de R\$ 841 mil, correspondente a cerca de 1,2% da dotação autorizada. O menor índice de perda foi verificado no GND 4 – Investimento com 0,04% e, o maior, no GND 3 – Custeio com 5,7%.

Dotação gerenciada

Espécie de Gasto	Dotação Inicial	Dotação Suplementar	Dotação Cancelada	Dotação Autorizada
Pessoal e Encargos	38.826.181,00	3.846.245,00	295.648,00	42.376.778,00
Auxílios e Benefícios	2.804.669,00	75.951,00	25.570,00	2.855.050,00
Custeios	7.982.314,00	381.457,00	-	8.363.771,00
Investimentos	721.190,00	1.929.400,00	300.000,00	2.350.590,00
Construção da Sede	7.000.000,00	7.100.000,00	-	14.100.000,00
Total	57.334.354,00	13.333.053,00	621.218,00	70.046.189,00

Fonte: Tesouro Gerencial, consulta efetuada em 30/01/2020



Execução orçamentária e financeira

I – Despesas Obrigatórias – Pessoal e Encargos

A tabela seguinte demonstra os valores pagos com Pessoal, decomposto entre os principais itens dessa despesa. As despesas com pessoal ativo são responsáveis pelo maior desembolso de recursos orçamentários e financeiros.

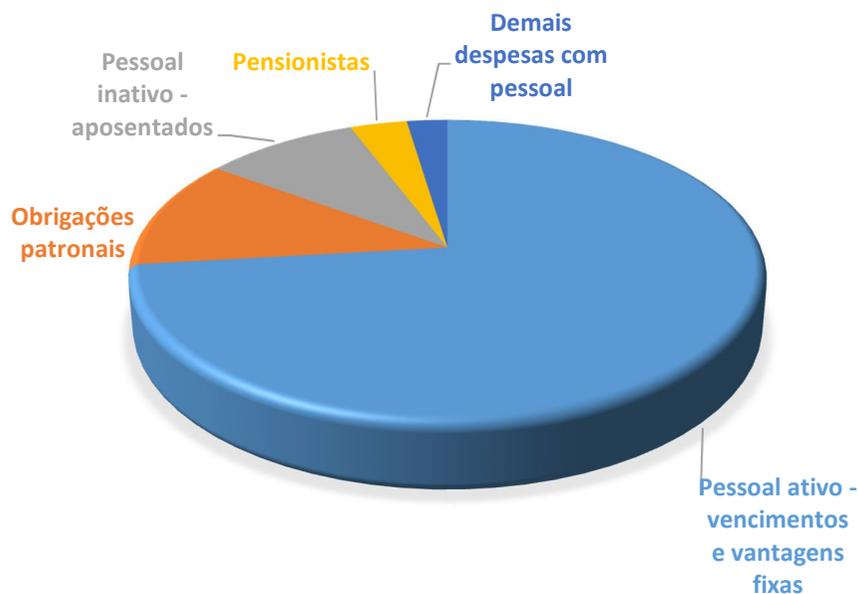
Acredita-se que esses percentuais não terão grandes variações nos próximos dois anos, pois as limitações impostas pela [EC 95/2016](#) contribuem para o controle das despesas com pessoal.

Pessoal e encargos

Elemento	Valor pago	Participação %
Pessoal ativo - vencimentos e vantagens fixas	30.680.919,95	73,2
Obrigações patronais	4.937.831,76	11,8
Pessoal inativo – aposentados	3.870.235,85	9,2
Pensionistas	1.418.873,21	3,4
Demais despesas com pessoal	1.011.446,28	2,4
Total	41.919.307,05	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial, consulta efetuada em 30/01/2020.

DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS - 2019



II – Despesas Discrecionárias – Custeio e Benefícios

As despesas estão relacionadas com os gastos com a manutenção do órgão, tais como energia elétrica, vigilância, água, telefonia, comunicação de dados, passagens e diárias. Também estão incluídos os benefícios para os servidores: assistência médica, auxílio alimentação, dentro outros.

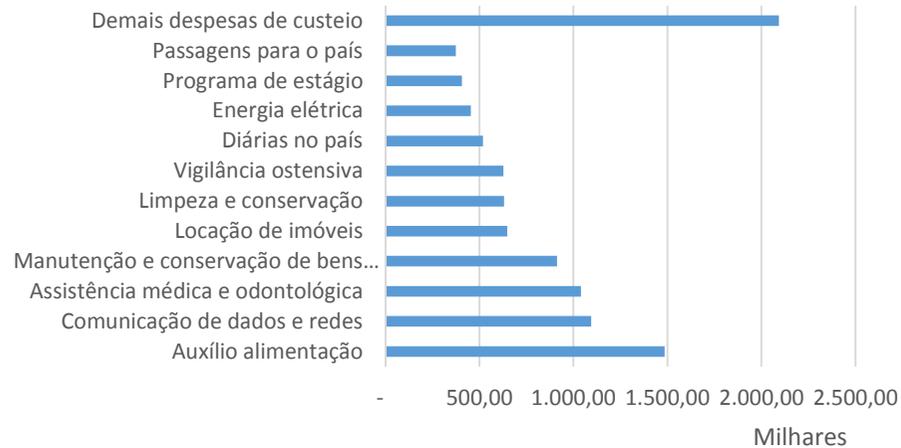
No exercício de 2019, as despesas com custeio totalizaram em torno de R\$ 10 milhões. Esse valor foi pulverizado em diversos itens de despesas, sendo que os valores mais expressivos representam 35,2% do valor total, conforme demonstra a tabela abaixo:

Custeio e benefícios

Elemento	Valor pago	Participação %
Auxílio alimentação	1.485.711,67	14,4
Comunicação de dados e redes	1.095.293,73	10,6
Assistência médica e odontológica	1.039.739,57	10,1
Manutenção e conservação de bens imóveis	913.183,97	8,9
Locação de imóveis	647.846,76	6,3
Limpeza e conservação	630.425,59	6,1
Vigilância ostensiva	628.406,96	6,1
Diárias no país	519.195,50	5,0
Energia elétrica	453.944,02	4,4
Programa de estágio	406.563,09	4,0
Passagens para o país	374.184,57	3,6
Demais despesas de custeio	2.093.047,19	20,3
Total	10.287.542,62	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial, consulta efetuada em 30/01/2020.

Despesas com Custeio e Benefícios



Investimento

Elemento	Valor pago	Participação %
Construção da Sede do TRE-AC	13.812.512,57	86,4
Equipamentos de informática	1.446.710,07	9,1
Veículos automotores	555.619,99	3,4
Demais despesas com investimento	169.804,74	1,1
Total	15.984.647,37	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial, consulta efetuada em 30/01/2020.



III – Despesas Discricionárias – Investimento

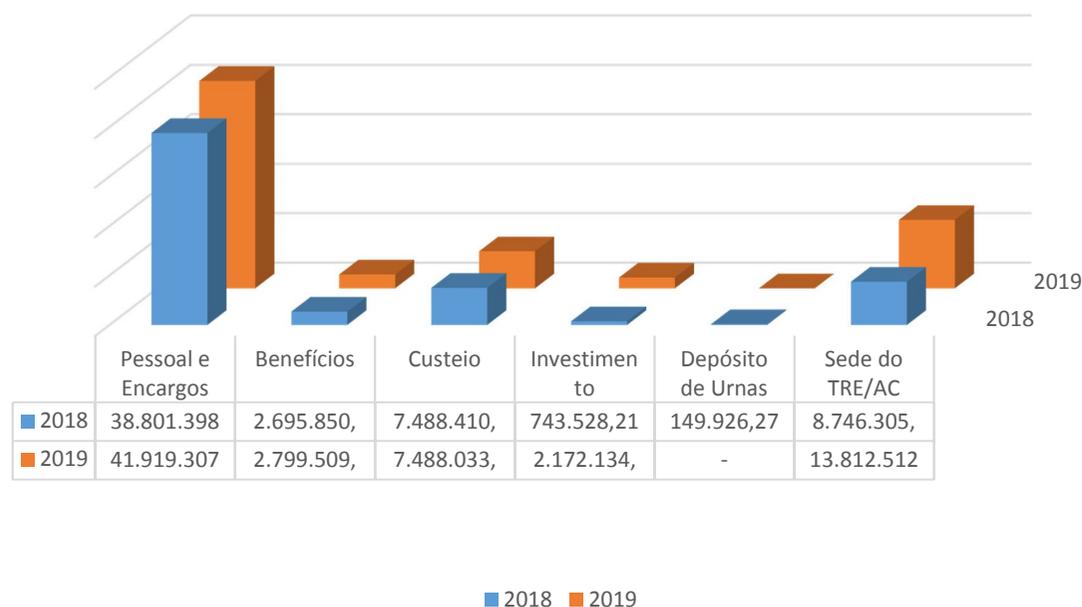
A LOA 2019 consignou o valor de R\$ 7 milhões para continuidade da obra de construção da nova Sede do TRE-AC e, no decorrer do referido exercício, houve um incremento de R\$ 7 milhões por meio de créditos adicionais com fonte do TSE. Com esse aporte extra, várias etapas da construção, que estavam previstas para 2020, foram antecipadas.

Comparativo dos pagamentos realizados nos exercícios de 2018 e 2019

Espécie de Gasto	2018	2019
Pessoal e Encargos	38.801.398,40	41.919.307,05
Auxílios e Benefícios	2.695.850,61	2.799.509,08
Custeio	7.488.410,38	7.488.033,54
Investimento	743.528,21	2.172.134,80
Ampliação do Depósito de Urnas	149.926,27	-
Construção da Sede do TRE-AC	8.746.305,07	13.812.512,57
Total	58.625.418,94	68.191.497,04

Fonte: Tesouro Gerencial, consulta efetuada em 03/02/2020.

Comparativo 2018 x 2019



A tabela ao lado demonstra um comparativo entre os pagamentos efetuados nos exercícios de 2018 e 2019. Abaixo, as principais anotações:

- Pessoal e encargos** – o aumento verificado nas despesas com pessoal foi em decorrência da implementação da última parcela do Plano de Cargos e Salários em 2019 ([Lei nº 13.317/2016](#));
- Benefícios** – em 2019, houve aumento *per capita* dos valores dos benefícios assistenciais, tais como: Auxílio Pré-Escolar, Auxílio Alimentação e Auxílio Natalidade; Com relação à Assistência Médica, a dotação autorizada para o exercício de 2019 foi superior à de 2018 em R\$ 25.800,00. Em ambos os exercícios, esses valores foram pagos integralmente;
- Custeio** – os valores pagos praticamente são iguais nos dois exercícios financeiros;
- Investimento** – Aumento expressivo verificado no exercício de 2019 em virtude da concessão de créditos adicionais com fonte do TSE;
- Ampliação do Depósito de Urnas** – ampliação concluída em 2018. Não há valores em 2019 para comparação;
- Construção da Sede do TRE-AC** – Tanto em 2018 como 2019, a dotação inicial para essa ação orçamentária foi de sete milhões de reais. Contudo, em 2018 houve um acréscimo, via créditos adicionais, de R\$ 2.100.000,00 e, em 2019, a suplementação foi de R\$ 7.100.000,00.

Execução dos Restos a Pagar não Processados – RPNP

As tabelas abaixo trazem os dados referentes aos valores inscritos e reinscritos em Restos a Pagar.

Do total de Restos a Pagar não Processados, as despesas mais expressivas referem-se à aquisição de equipamentos de informática (R\$ 364.650,00) e a construção da Sede do TRE-AC (R\$ 351.460,68). Os valores referentes ao Grupo de Despesa 4 – Investimentos, 99,9% foram pagos dentro do exercício de 2019 e apenas R\$ 598,00 foram cancelados.

Com relação custeio – GND 3 – os valores mais significativos inscritos em RP foram relativos a despesas com teleprocessamento, no valor de R\$ 128.397,41, representando 51% do valor do Grupo.

Restos a Pagar não Processados

Exercícios	GND	Inscritos no Exercício Anterior	Inscritos em Exerc. Anteriores	Cancelados	Pagos	A Pagar
2018	3	366.129,29	-	23.074,62	339.651,56	3.403,11
	4	731.850,68	-	598,00	731.252,68	-
Total		1.097.979,97	-	23.672,62	1.070.904,24	3.403,11

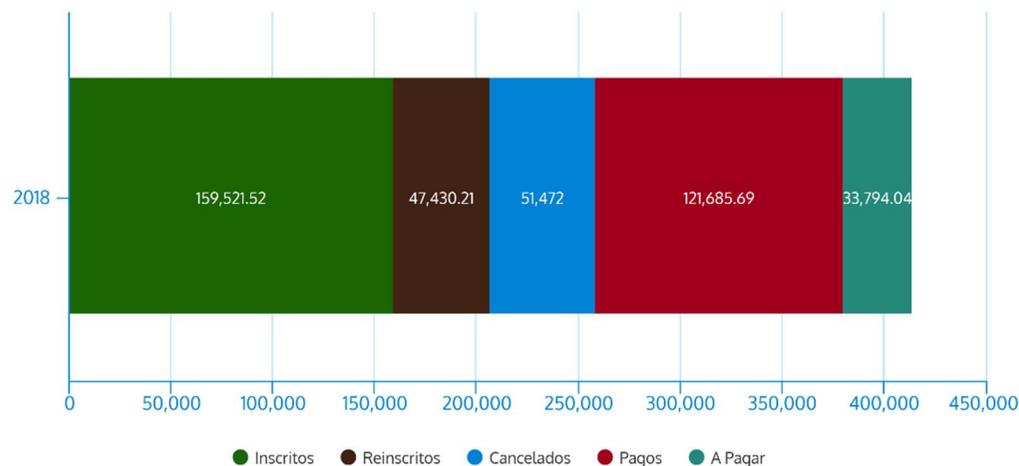
Fonte: Tesouro Gerencial, consulta efetuada em 03/02/2020.

Execução dos Restos a Pagar Processados – RPP

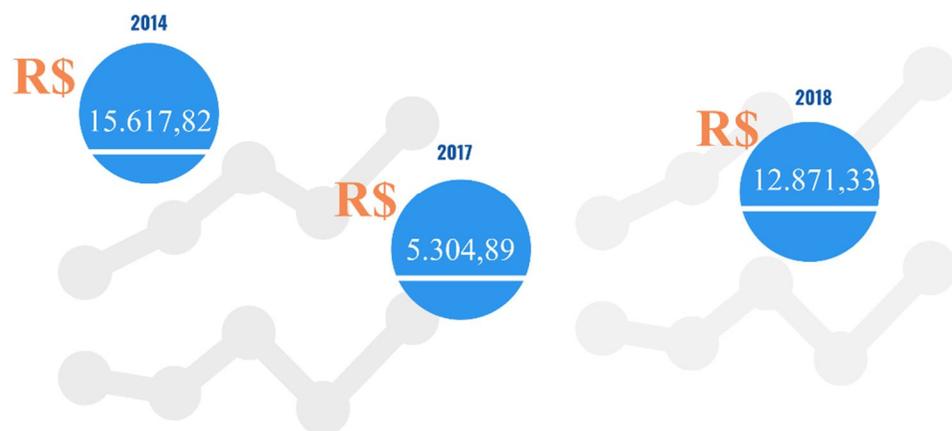
Os Restos a Pagar Processados representam as despesas liquidadas, mas não pagas.

Exercício	GND	Inscritos	Reinscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
2018	3	150.712,81	46.081,94	51.472,00	113.862,90	31.459,85
	4	8.808,71	1.348,27	-	7.822,79	2.334,19
Total		159.521,52	47.430,21	51.472,00	121.685,69	33.794,04

Execução de Restos a Pagar Processados em 2018



Relação aos exercícios de inscrição



Estoque de RPP totaliza a quantia:



Gestão de custos

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, [Lei Complementar nº 101](#), de 4 de maio de 2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2019, [Lei nº 13.707](#), de 14 de agosto de 2018, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 15, e § 2º do mesmo art. 15.

A inclusão das informações de custos no Relatório de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então e até o exercício financeiro de 2017, têm sido prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”. A partir de exercício financeiro de 2018, o TCU passou a solicitar não mais o estágio de desenvolvimento, mas os dados apurados dos custos.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir mais de 3.000 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF/TSE, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.

O fluxo do processo ocorre da seguinte maneira:



Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

No eixo dos “Itens de Custos”, procura-se responder à questão “**Com o quê?**”, e apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



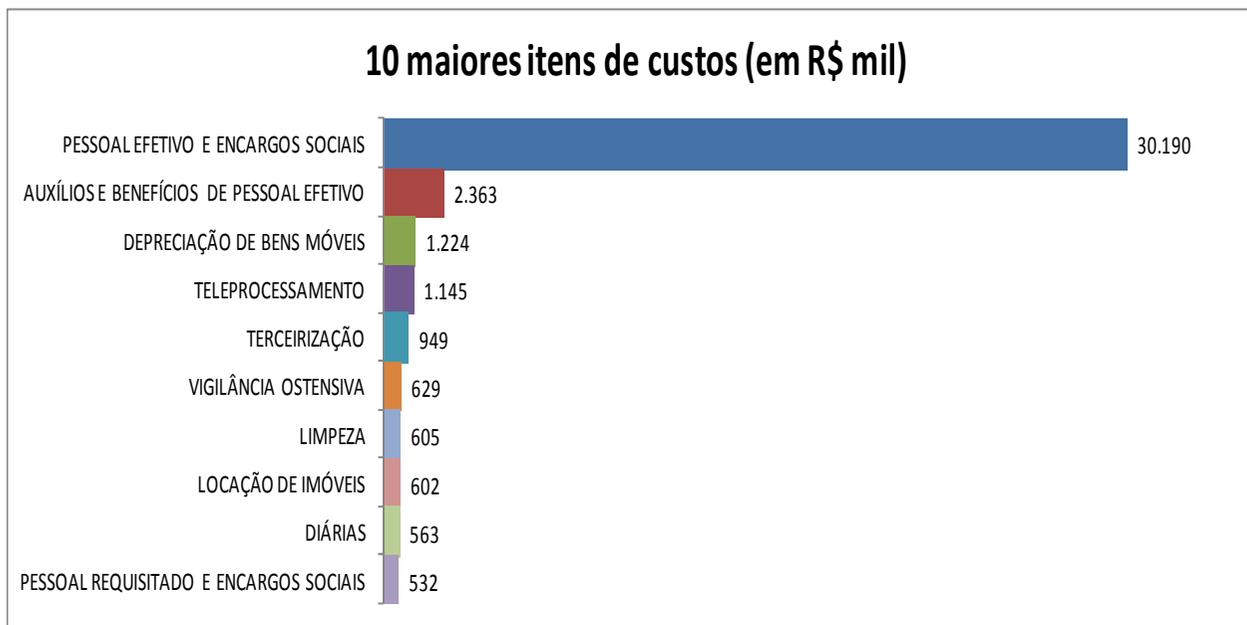
No eixo das “Atividades/Serviços”, procura-se responder à questão “**Para quê?**”, e apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:



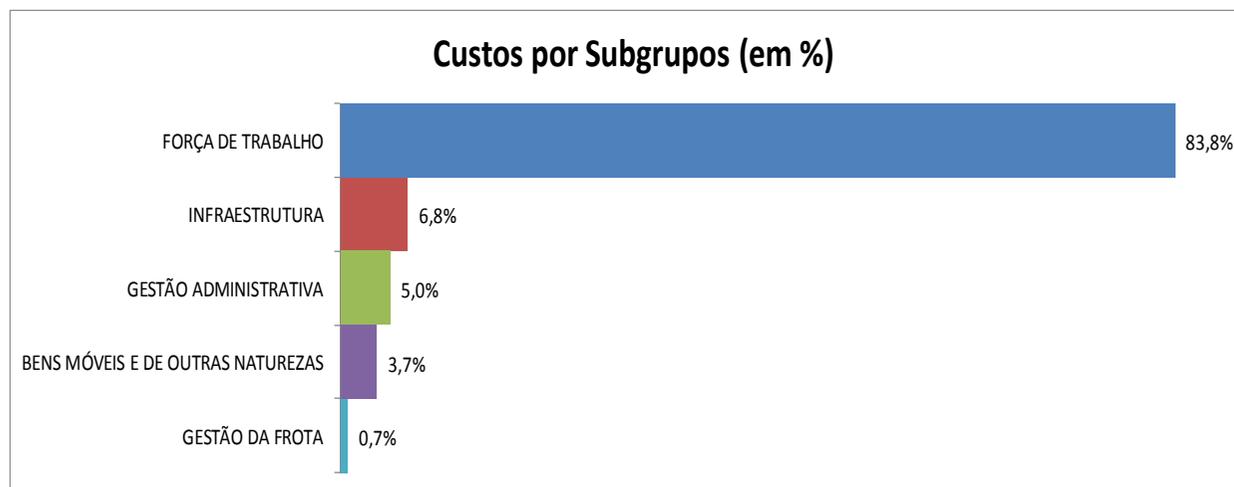
*Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, pois algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2019, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 40 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destaca-se o recorte dos 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, a distribuição dos custos por atividades/serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público e funcionamento da secretaria.

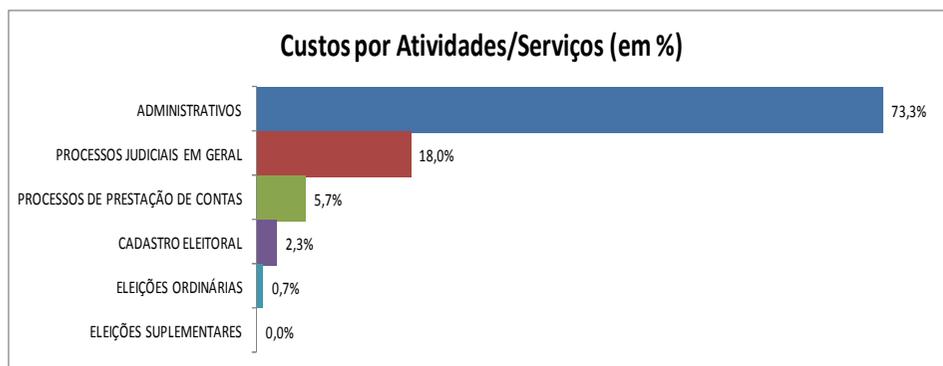
Relativamente aos custos apurados do **Tribunal Regional Eleitoral do Acre no exercício de 2019**, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:



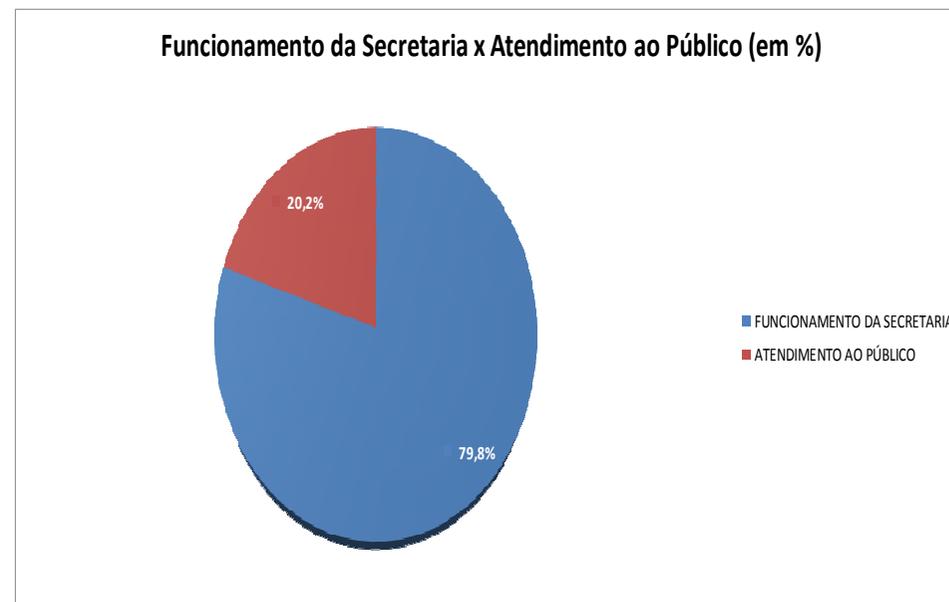
Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:



Os dados das Atividades/Serviços estão representados na figura seguinte:



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:



Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, onde a incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

3.2 DA GESTÃO DE PESSOAS



Conformidade legal

Objetivando o cumprimento da Lei 8.112/90 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o TRE-AC observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelos órgãos de controle: Conselho Nacional de Justiça e Tribunal de Contas da União.



Apontamentos dos órgãos de controle

A unidade de Controle Interno do Tribunal, realiza periodicamente auditorias com vistas à identificação de riscos na execução.

Diligências oriundas do TCU são acompanhadas e atendidas pelas unidades responsáveis.

Eventuais irregularidades relacionadas a pessoal, principalmente no tocante à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, é exigida, no ato de posse, declaração de não acumulação irregular de cargo público. A frequência dos servidores é realizada por biometria, o que possibilita a fiscalização diária da assiduidade dos servidores.



Indicadores de conformidade

A avaliação da conformidade nos processos de Gestão de Pessoas é realizada por meio dos indicadores estratégicos, monitorados pelos titulares das unidades integrantes da Coordenadoria de Gestão de Pessoa.



Índice de Governança e Gestão de Pessoas (iGovPessoas): mede o cumprimento dos itens de controle das práticas de governança em gestão de pessoas. Em 2019 não houve o levantamento da Governança pelo TCU. O resultado apresentado foi realizado com base nos quesitos do questionário publicado pela aquela Corte de Contas em 2018. Portanto, em 2019, o TRE-AC alcançou no iGovPessoas o percentual de 46% da meta de 70%.



Índice de unidades gerenciais com competências mapeadas: o projeto de gestão por competências foi repriorizado para 2020, em razão dos seguintes fatores: capacidade de execução, indisponibilidade orçamentária para contratar empresa de consultoria e necessidade de capacitação do corpo técnico.

ESCOLARIDADE

Em 2019, a UPC dispunha, em seu quadro efetivo, de 8 servidores com nível médio, 30 com nível superior, 78 com especialização/pós-graduação e 2 com mestrado, ou seja, 66,10% da força de trabalho efetiva é composta por servidores com especialização, predominantemente na área do Direito.*



* Esses dados incluem seis servidores removidos para outros tribunais.

ADMISSÕES E EVASÕES DE SERVIDORES

Em 2019 ocorreram 2 admissões. Em virtude de um falecimento e uma redistribuição foram contabilizadas duas evasões.

CAPACITAÇÕES

Índice de servidores capacitados no 1º grau e 2º grau alcançaram respectivamente em 2019:

*1º grau: 100%

* 2º grau: 91% alcançado de uma meta de 80%



GRAU DE SATISFAÇÃO DOS SERVIDORES EM RELAÇÃO A COMUNICAÇÃO :

A pesquisa de clima organizacional não alcançou o resultado esperado de melhoria do nível de satisfação dos servidores com a qualidade das informações relativas às atividades, políticas e planos. De uma meta de 80% alcançou-se 53%.

ENVELHECIMENTO

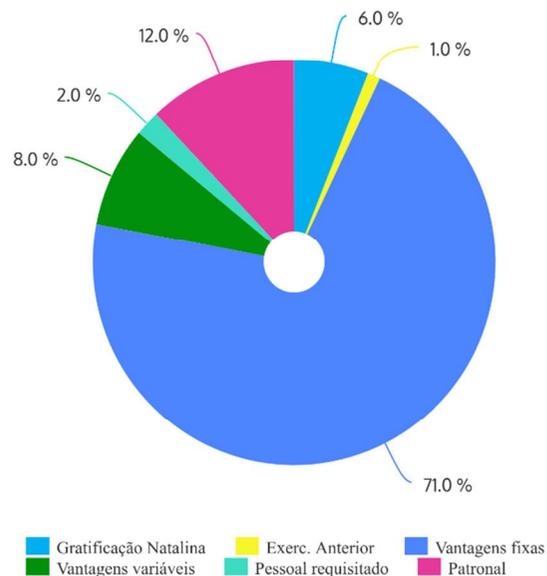
Idade Média dos servidores ativos: 44 anos
30.1 %



ÍNDICE DE PROMOÇÃO À SAÚDE

Mede o número de servidores que realizaram exame médico periódico preventivo no âmbito do 1º e 2º grau de jurisdição. A meta estabelecida para 2019 não foi alcançada, entretanto temos tido evolução constante alcançando 58% dos 85% previsto da meta.

Detalhamento da despesa de pessoal

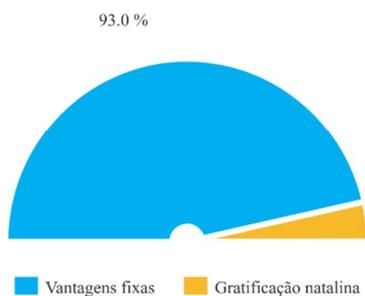


Custo direto com despesas de pessoal ativo

Em 2019, o TRE/AC teve um gasto de R\$ 36.644.900,26 com pessoal ativo. Desse valor, cerca de 79% corresponde às despesas com remuneração e vantagens variáveis. O gasto com pessoal inativo (aposentados e pensionistas) superou três milhões de reais.

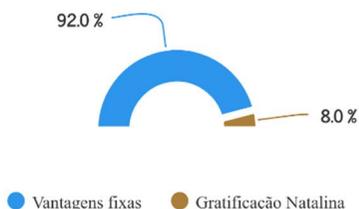
Vantagens fixas: R\$ 28.522.784,15
 Gratificação natalina: R\$ 2.164.206,81
 Despesa de exercício anterior: R\$ 29.142,18
 Despesa patronal: R\$ 5.012.130,13
 Pagamento de pessoal requisitado: R\$ 637.076,19
 Vantagens variáveis: R\$ 249.657,39
 Indenizações: R\$ 29.903,41.

Custo direto com despesas de pessoal inativo



Vantagens fixas: R\$ 3.572525,40
 Gratificação natalina: R\$ 297.710,45

Custo direto com despesas de pensionistas



Descrição	2019 (R\$)
Ativos	36.644.900,26
Inativos	3.870.235,85
Pensionistas	1.418.873,21
Total	41.934.009,32

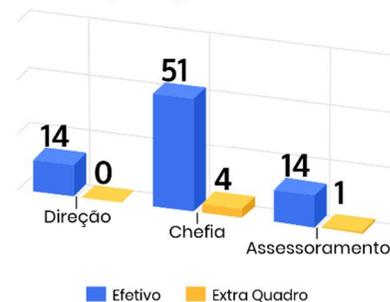
Estágio Probatório

O estágio probatório é o lapso de tempo no qual a aptidão e a capacidade do servidor são avaliadas, de acordo com critérios de assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade. Em 2019, concluíram o estágio probatório 3 (três) servidores, sendo 1 (um) técnico judiciário – área administrativa e 2 (dois) analistas judiciários – área judiciária, adquirindo a estabilidade e passando a fazer jus a benefícios como Licença Para Tratar de Interesse Particular, Licença Capacitação, etc. Atualmente 12 (doze) servidores encontram-se em estágio probatório, sendo 6 (seis) técnicos e 6 (seis) analistas.

Remuneração

Cargos	R\$
Analista Judiciário (inicial)	12.455,30
Técnico Judiciário (inicial)	7.591,37
Juizes Eleitorais (Gratificação Eleitoral)	5.390,26
Membro da Corte (Jeton)	1.063,87

Ocupação de cargos e de funções gerenciais



Observa-se que apenas 5 cargos e funções são ocupados por servidores extra quadros, ou seja, 94,04% dos cargos de direção, chefia e assessoramento superiores são ocupados por servidores efetivos.

Estratégia de recrutamento e de alocação de pessoas

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, nos moldes previstos na Constituição Federal de 1988, na Lei n. 8.112/90 e no Decreto n. 9.739/19.

A realização de concursos depende de disponibilidade orçamentária e é efetuada por empresa contratada por meio de licitação.

A coordenação dos concursos é incumbida à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, após verificada a necessidade de alocação de pessoal, observada a estrutura organizacional mínima, o número necessário de servidores por unidade e projeções futuras do quadro de pessoal, baseadas, por exemplo, nas aposentadorias previstas.

O último concurso realizado em 2015 esteve vigente até dezembro de 2019.

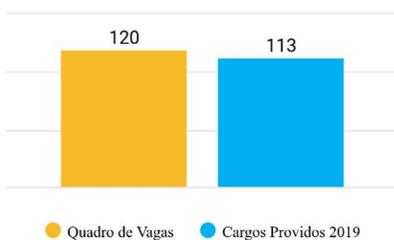
Avaliação da força de trabalho

O quadro de pessoal do TRE –AC é composto por duas carreiras: Analista Judiciário (áreas: judiciária, administrativa, engenharia, contabilidade, análise de sistemas, biblioteconomia, taquigrafia, medicina e odontologia) e Técnico Judiciário (áreas: administrativa, digitação, enfermagem, operação de computadores, programação de sistemas, segurança e transporte), tal quadro encontra-se reduzido em razão de aposentadorias, remoções, falecimentos, redistribuição e da impossibilidade de provimento dos cargos vagos em virtude da escassez de recursos orçamentários.

Para minimizar o impacto da escassez do pessoal efetivo, contamos com o apoio de servidores cedidos, requisitados, ocupantes de cargos comissionados sem vínculo, estagiários e terceirizados.

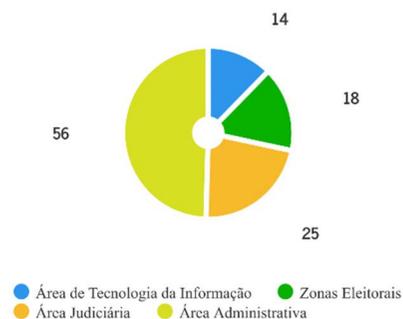


Evolução do quadro de pessoal efetivo

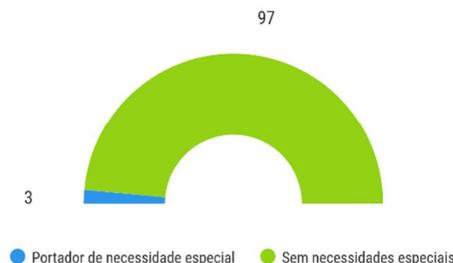


Distribuição e composição da força de trabalho

A força de trabalho da Justiça Eleitoral do Acre finalizou 2019 com o total de 113 servidores efetivos, distribuídos em nove zonas eleitorais (18) e na Secretaria do Tribunal (95).



Percentual de servidores portadores de necessidades especiais



Plano de qualidade de vida no trabalho

Contemplou as seguintes ações:

1. Exposição de artistas locais (rotativas);
2. Dia da Mulher: 03/19;
3. Dia das mães: 05/19;
4. Café da manhã aniversariantes do bimestre: 10/19;
5. Ciclo de Palestras Outubro Rosa: 10/19;
6. Dia do servidor público: 10/19
7. Ciclo de Palestras Novembro Azul: 11/19;
8. Exposição de obras infantis: 12/19



Plano de promoção à saúde 2018/2019

O Plano de promoção à Saúde dos servidores do TRE/AC busca alavancar iniciativas que viabilizem, de maneira alinhada aos macrodesafios da instituição, a promoção à saúde do servidor, nos aspectos físico e psicológico e, indiretamente, a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Os objetivos que compõem o Plano são:

- Promover a saúde, inclusive psicológica, dos servidores e colaboradores;
- Realizar exames médicos e consultas odontológicas periódicas;
- Promover a adoção de hábitos saudáveis.

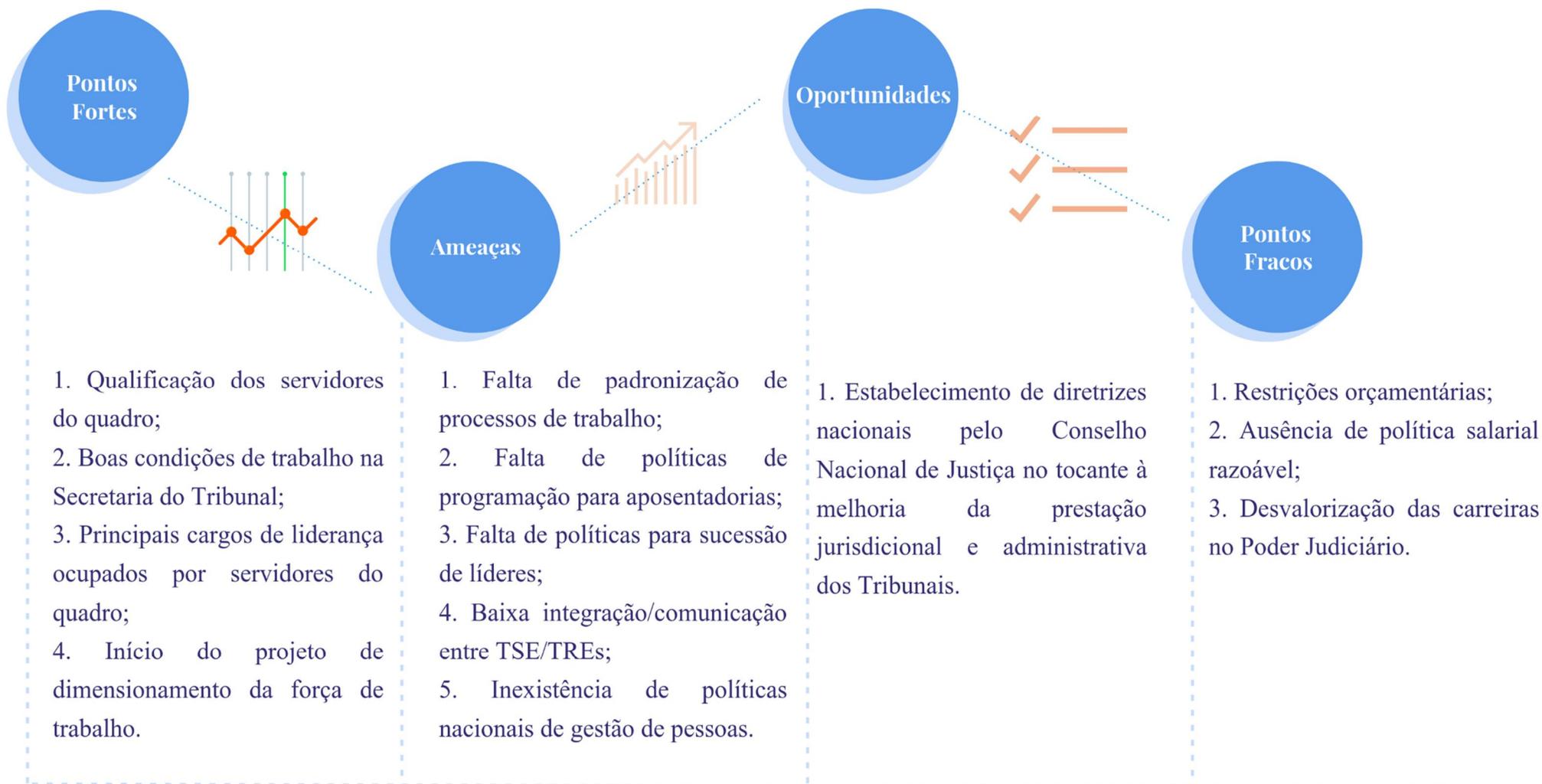


Avaliação de Desempenho para Progressão/Promoção Funcional

Anualmente, é realizado processo de avaliação de desempenho para progressão e promoção funcional, do qual participam servidores ativos que não se encontram no topo da carreira, que são submetidos à autoavaliação e avaliação da chefia imediata.

Em 2019, progrediram 29 (vinte e nove) técnicos judiciários e 10 (dez) analistas judiciários, totalizando 39 (trinta e nove) servidores com movimentação na carreira.

Análise SWOT da gestão de pessoas



3.3 DA GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Conformidade legal

A princípio, registre-se que os atos praticados visando a gestão das licitações e contratos seguiram os trâmites legais respectivos, documentados em processos administrativos eletrônicos.

Contratações mais relevantes

DESPESA	VALOR (R\$)
Equipamentos de TI	1.446.710
Comunicação de dados	1.095.296
Apoio administrativo	674.505
Locação de imóveis	647.846
Limpeza e Conservação	630.874
Vigilância armada	629.001
Aquisição de veículos	545.200
Energia elétrica	453.944
Estagiários	406.944
Passagens aéreas	402.185

À exceção dos valores investidos na execução da obra da nova sede, acima estão listadas as dez maiores despesas efetuadas durante 2019. Todas primordiais para auxiliar no alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos para o Tribunal.

Destacamos que não houve despesas relacionadas com propaganda, à exceção daquela relacionada à publicidade legal em matérias ligadas a licitação.

As contratações diretas, realizadas sem licitação, conforme previsto em lei (dispensa e inexigibilidade de licitação), totalizaram **R\$ 1,348 milhões**, representando em torno de 5% do total de contratações.

Embora o valor seja pequeno em relação ao total de gastos, em relação ao quantitativo de processos foi bem superior à modalidade licitatória mais empregada – Pregão, representando 70% dos processos de contratação.

Desafios

- Evoluir na parte de governança de contratações, segundo as novas orientações do TCU;
- Ampliar a divulgação dos principais atos instrutórios de processos de contratação, segundo recomendações do CNJ;
- Otimizar a aplicação dos orçamentos disponibilizados.

Melhorias necessárias

- Implementar melhorias no processo de contratações;
- Melhor estruturar a área responsável pela instrução de processo de contratação;
- Capacitar agentes envolvidos em todas as fases dos processos de contratação.

3.4 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conformidade legal e modelo de governança de TIC



A gestão de TIC do TRE-AC, vem continuamente buscando otimizar recursos escassos, sobretudo de pessoal, para suplantar os desafios advindos da implantação de novas tecnologias. O dinamismo necessário requereu reformulações que implicaram na alteração da hierarquia organizacional/funcional.

Neste intuito a estrutura organizacional da STI foi modificada e encontra-se em andamento alteração do seu Regimento Interno. As alterações levarão à descentralização de atividades antes concentradas, o que permitirá maior distribuição de responsabilidades e, por conseguinte, espera-se maior eficiência na realização das atividades.



Montante de recursos aplicados em TIC

O total de recursos aplicados em TIC foi de R\$3.037.789,81. Este valor é 34,09% maior do o aplicado em 2018.

No quadro seguinte temos uma distribuição pormenorizada das despesas:

Quadro – Resumo dos recursos aplicados em TIC no ano de 2019

Descrição	Fornecedor	Valor
Comunicação de dados		1.245.134,97
Links do Backbone Secundário - Terrestre	Oi S/A	800.332,17
Links do Site Backup (AC e TO)	Oi S/A	85.654,07
VSAT Fixa (Assis Brasil, Jordão e Santa Rosa)	Hughes	55.283,64
Link VPN - CAE - 8 MB	Claro	24.310,93
Link MPLS - CAE - 9 MB - Backbone Secundário	Oi S/A	38.493,15

ink 80 Mbps - Internet - Sede - Contingência	Claro	87.551,98
Link 200 Mbps - Internet - Sede - Principal	Oi S/A	123.061,66
Acesso 3G/4G	Telefônica (Vivo)	1.947,12
25 acessos 3G/4G	Oi Móvel S/A.	11.860,00
BGANs para o projeto de revisão do eleitorado	Transat	16.640,25
Serviços de TIC		356.803,64
Suporte técnico	CTIS/Sonda	198.692,20
Instalação de um Storage Huawei Oceanstor Dorado	Compwire Informática	17.999,00
Fornecimento de certificados digitais SSL	Digisec	2.520,00
Fábrica de Software	KRP Tecnologia	137.592,44
Investimentos em TIC		1.435.851,20
Aquisição de 80 notebooks Dell Latitude	Dell Computadores	416.000,00
Aquisição de 20 monitores de vídeo AOC	Set Computadores	19.757,20
Aquisição de 44 computadores Dell Optiplex	Dell Computadores	253.000,00
Aquisição de um Storage Huawei Oceanstor Dorado	Compwire Informática	305.000,00
Aquisição de um Storage Huawei Oceanstor Dorado*	Compwire Informática	305.000,00
Aquisição de 6 servidores Dell PowerEdge T440	Danro Papelaria	119.094,00
Aquisição de 12 scanners	Microsens	18.000,00
	TOTAL	3.037.789,81

* Antecipação de aquisição prevista para 2020, em virtude de disponibilidade orçamentária e priorização pelo COSET.

Apesar das despesas com comunicação de dados – R\$1.245.134,97 serem praticamente inevitáveis e costumeiramente as maiores, no ano de 2019, com auxílio do TSE, gastos com investimentos somaram a quantia de R\$1.435.851,20 em aquisições de novos equipamentos, superaram as despesas com comunicação de dados; isto é, para 2020 há boas expectativas de melhoria geral na realização de atividades altamente dependentes da qualidade/estado do equipamento.

O feliz descontigenciamento de recursos financeiros no fim do período permitiu antecipar aquisições previstas para 2020, como o dispositivo de armazenamento de dados *storage*; notebooks que serão utilizados para leitura das mídias de resultado, para transmissão via satélite dos arquivos de resultado da votação nos locais de difícil acesso; monitores, computadores e scanners para atender demanda de implantação do PJe no Primeiro Grau.

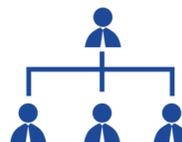
Principais iniciativas executadas e resultados obtidos na área de TIC



Melhoria das linhas de comunicação

A viabilidade técnica foi o teto da melhoria das linhas de dados, isto é, em 2019 as linhas de dados foram levadas à velocidade máxima disponível no mercado local. No caso da cidade de Cruzeiro do Sul, o acréscimo de velocidade foi de 150% - de 4 para 10 Mbps. Para outros municípios, onde já dispúnhamos do melhor serviço disponível no mercado, partimos para o aprimoramento do uso das linhas de dados com o objetivo de aumentar a eficiência da transferência de dados com a conclusão da implantação de aceleradores de WAN. O último

equipamento foi instalado na sede do cartório da 8ª ZE, em Senador Guiomard.



Maior integração com a 1ª Instância

A melhoria considerável das linhas de comunicação permitiu algo inusitado para a Justiça Eleitoral no Acre: videoconferência simultânea entre a sede do TRE-AC e todos os cartórios eleitorais. A implantação da videoconferência foi determinação do Corregedor Regional Eleitoral, mas a solução – sem custos foi encontrada pela STI.



Modernização do parque computacional

Conquista relevante no ano de 2019 foi a aquisição de novos equipamentos de armazenamento de dados para o Centro de Processamento de Dados em substituição a equipamentos na iminência de esgotamento da vida útil. Não apenas a capacidade de armazenamento triplicou, mas a confiabilidade também ao abandonar método de gravação parcialmente mecânico por outro inteiramente eletrônico. Apenas a aquisição dos dois “storages”, conforme o Quadro Resumo dos recursos aplicados em TIC no ano de 2019, representou uma despesa de R\$ 627.999,00, isto é, 20,67% do valor aplicado 2019. Outro ponto importante foi a retomada de melhorias na infraestrutura do Centro de Processamento de Dados (CPD). O primeiro passo foi a remoção de aparelhos em desuso e a busca por reparo para aparelhos danificados, nobreaks de 6KVA do CPD, em vista da priorização de aquisições mais relevantes.



Cadastramento biométrico

Após a realização do cadastramento biométrico nas cidades mais populosas e de fácil acesso em anos anteriores, em 2019 o desafio final foi realizar e concluir o cadastramento biométrico nas cidades menos populosas e de difícil acesso. Como exemplo, os municípios de Marechal Thaumaturgo e Porto Walter, incluindo toda a zona rural e locais de difícil acesso. Nessa empreitada, em conjunto síncrono com outras unidades do TRE-AC, a STI por meio de ação direta, preparou equipamentos com comunicação via satélite, treinou servidores das zonas eleitorais e forneceu parte da infraestrutura necessária à conclusão do cadastramento biométrico no Estado do Acre.

PJe Implantação do PJE na 1ª instância

A implantação do Processo Judicial Eletrônico no 1º grau de jurisdição, ocorreu, conforme o planejado, no segundo semestre de 2019. A implantação obteve sucesso com tranquilidade face às melhorias das linhas de comunicação.



Preparativos para as eleições 2020

Sempre voltados a nossa atividade principal – realização das eleições; foram adquiridos 80 notebooks no valor total de R\$416.000,00 – 13,69% do valor total aplicado em TIC.

Estes notebooks substituirão outros com a vida útil esgotada, utilizados na transmissão de dados via satélite.



Atendimento ao eleitor

Em 2019 foram adquiridos 44 computadores Dell Optiplex ao custo de R\$253.000,00, destinados a renovação do ambiente de atendimento ao eleitor. O objetivo da

aquisição é padronizar e agilizar ao máximo o atendimento nas dependências da JE. Espera-se aumentar o conforto e satisfação do eleitor, bem como reduzir o tempo médio de atendimento.



Eleições comunitárias

Em 2019 a Justiça Eleitoral apoiou a realização de duas eleições comunitárias, a saber: do Jovem Parlamentar; e dos Conselhos Municipais de Defesa da Criança e do Adolescente (CMDCA). A mais relevante, não apenas pela quantidade de pessoal e urnas eletrônicas envolvidos, mas também pela relevância e impacto em nossa sociedade, foram as eleições para os Conselhos Municipais de Defesa da Criança e do Adolescente em todos os 22 municípios acreanos. No Quadro abaixo temos um breve resumo da logística desenvolvida em conjunto com os CMDCA's:

Quadro – Visão geral da logística nas eleições dos CMDCA's

Urnas Eletrônicas utilizadas	230
Urnas de Lona utilizadas	30
Municípios com urna eletrônica	15
Municípios com urnas de Lona	7
Eleitorado apto	536.910
Mesários treinados	Aprox. 600
Expectativa de comparecimento	10 a 15%
Comparecimento realizado	7 a 48%

Segurança da informação

O Plano de continuidade dos serviços essenciais de TIC foi aprovado por meio da portaria PRESI TRE-AC nº 76/2019. O Plano contempla ações de prevenção, contingência e recuperação para os principais riscos que

envolvem a continuidade da prestação dos serviços essenciais de TIC. Contudo, o plano contempla apenas as ações necessárias para a disponibilidade dos serviços essenciais de TIC na sede do TRE-AC, o quê, de forma indireta, contempla todas as unidades, posto que dependem diretamente da disponibilidade da infraestrutura na sede do TRE-AC.



Desafios e ações futuras

Os desafios a serem suplantados na área de TIC no ano de 2020 não são poucos. Talvez o maior de todos seja manter o sucesso no suporte nos sistemas de votação e apuração observados nos últimos pleitos, mas com um gasto menor, isto é, somente pode haver progresso se constantemente há melhorias no processo como um todo, pois se não há, o que se observa é estagnação, ou no pior caso, retrocesso. Para obter essa melhoria, os desafios a serem suplantados em 2020 são:

- Implantação de processos de governança de TIC baseados nos frameworks ITIL e Cobit, dando continuidade ao processo de melhoria na governança de TIC, com a formalização dos processos baseados nas boas práticas de gerenciamento;
- Implantação da central de serviços com a definição do Catálogo e Acordos de Nível de Serviços de TIC;
- Contratação de linha de dados de contingência para as sedes de zonas. A manutenção ininterrupta das linhas de dados é extremamente necessária para a continuidade do nosso negócio, já que é crescente a dependência de acesso a sistemas para a prestação jurisdicional, principalmente com a implantação do PJe na primeira instância.
- Implantação de infraestrutura elétrica e de refrigeração redundante no CPD, com vistas à redução drástica do número de paradas do CPD por pane elétrica e mitigação máxima de problemas de refrigeração.

- Realização de estudo de viabilidade técnica/econômica tendo por resultado projeto básico de contratação de sala segura ou sala cofre para o CPD na nova sede do TRE-AC.
- Qualificar o reduzido quadro de pessoal em análise de dados (*Business Intelligence*), para extrair dados necessários aos gestores nas tomadas de decisão, igualmente, ampliar e capacitar o quadro técnico de administradores de servidores de rede.

3.5 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

Conformidade legal

A princípio, registre-se que os atos praticados visando a gestão do patrimônio e infraestrutura seguiram os trâmites legais respectivos, documentados em processos administrativos eletrônicos.

Principais Investimentos

O investimento em **infraestrutura imobiliária** totalizou aproximadamente **R\$ 15 milhões**, abrangendo construção, reformas e manutenção de imóveis. A considerável quantia possibilitou:

- Manter a estrutura imobiliária em condições de atender à missão institucional;
 - Ampliar o percentual de execução física da obra de construção da nova sede do Tribunal, que evoluiu de 42% para 66%;
 - Reformar completamente 2 fóruns eleitorais (Feijó e Tarauacá) e um Posto de Atendimento Eleitoral (Rodrigues Alves);
- Buscou-se, enfim, manter em condições de uso os imóveis da União sob a responsabilidade do TRE e oferecer, aos servidores e ao público, espaços físicos mais condizentes com as demandas internas e de atendimento.

A distribuição dos investimentos foi feita conforme a figura:



Foram, também, adquiridos veículos e equipamentos visando melhorar e modernizar a estrutura mobiliária e de tecnologia da informação, avaliados em torno de **R\$ 2,3 milhões**.

Desfazimento de ativos

Foram alienadas 44 impressoras matriciais inservíveis ao TRE-PA (evento 267442), com valor estimado de R\$ 48 mil.

Locação de Imóveis

Visando dar continuidade às suas atividades até que a nova sede, em construção, seja finalizada, foram gastos em torno de **567 mil reais** na locação de imóveis para abrigar a sede provisória e estacionamento.

Desafios futuros

- Concluir a construção da nova sede do Tribunal até o final de 2020;
- Manter os imóveis utilizados por todas as unidades da Justiça Eleitoral no Acre em condições adequadas de funcionamento com recursos reduzidos;
- Reduzir gastos com a manutenção da infraestrutura imobiliária.



4

Demonstrações Contábeis

4.1 INFORMAÇÕES ACERCA DO SETOR DE CONTABILIDADE

A Seção de Contabilidade (SECON) faz parte da Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COFIN), que pertence à Secretária de Administração, de acordo com a Resolução TRE-AC nº. 1.215, 12 de julho de 2017 (Regimento Interno da Secretária). A unidade é composta por três servidores, sendo dois analistas judiciários contadores, lotados no setor desde dezembro/2015 (Igor Chaves de Medeiros e Patrícia Tieme Imada) e um técnico judiciário lotado no setor desde outubro/2019 (Adenilson Pontes Silva).

No rol de atribuições da Contabilidade do TRE-AC, dentre outras, incluem-se:



A conformidade contábil das demonstrações contábeis é atribuição da Setorial Contábil (parte integrante da SECON), e é realizada de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI nº. 020315. Este é um processo que visa a assegurar a integridade, fidedignidade e a contabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. A Setorial Contábil não executa serviços de empenho, liquidação e pagamento, em observância à segregação de função no processo de registro da conformidade.

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Acre são as seguintes:

- I – Balanço Orçamentário
- II – Balanço Patrimonial
- III – Demonstração das Variações Patrimoniais
- IV – Demonstração do Fluxo de Caixa
- V – Balanço Financeiro
- VI – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Ressalvas

Devido à complexidade e amplitude de alguns processos de trabalho do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, tivemos 1 (uma) ocorrência contábil que não foi sanada até o final do exercício, a saber:

Saldo alongado/indevido em contas transitórias do passivo circulante. Não foi possível a regularização, pois em algumas contas do passivo houve a necessidade de instaurar processos administrativos que demandam tempo para a conclusão.

4.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL - EM R\$ 1,00			
Ativo	Nota	2019	2018
Ativo Circulante		1.125.162,42	711.228,97
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	769.036,82	359.379,85
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	02	57.438,05	48.275,74
Estoques	03	284.953,99	287.539,75
VPDs Pagas Antecipadamente	04	13.733,56	16.033,63
Ativo Não Circulante		51.073.853,58	36.172.291,62
Imobilizado	05	50.740.805,63	35.696.690,18
Bens Móveis		6.708.832,48	5.598.101,41
Bens Móveis		14.801.978,89	12.324.952,63
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		(8.093.146,41)	(6.726.851,22)
Bens Imóveis		44.031.973,15	30.098.588,77
Bens Imóveis		44.395.612,14	30.231.638,89
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		(363.638,99)	(133.050,12)
Intangível	06	333.047,95	475.601,44
Softwares		333.047,95	475.601,44
Softwares		582.795,95	690.795,95
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(249.748,00)	(215.194,51)
Total do ativo		52.199.016,00	36.883.520,59

Passivo	Nota	2019	2018
Passivo Circulante		652.066,73	1.077.887,49
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	07	566.480,26	864.094,15
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		11.718,45	12.284,04
Demais Obrigações a Curto Prazo	08	73.868,02	201.509,30
Passivo Não Circulante		0,00	0,00
Total do passivo exigível		652.066,73	1.077.887,49

Patrimônio Líquido	Nota	2019	2018
Patrimônio Líquido		51.546.949,27	35.805.633,10
Resultado do Exercício		15.858.011,48	14.413.033,91
Resultados de Exercícios Anteriores		35.805.633,10	21.675.359,95
Ajustes de Exercícios Anteriores		(116.695,31)	(282.760,76)
Total do passivo		52.199.016,00	36.883.520,59

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - EM R\$ 1,00		
Ativo		
Especificação	2019	2018
Ativo Financeiro	769.036,82	359.379,85
Ativo Permanente	51.429.979,18	36.524.140,74
Passivo		
Especificação	2019	2018
Passivo Financeiro	1.080.720,57	1.304.931,70
Passivo Permanente	559.151,43	867.836,60
Saldo patrimonial	50.559.144,00	34.710.752,29

QUADRO DE COMPENSAÇÕES - EM R\$ 1,00		
ATIVO		
Especificação	2019	2018
Especificação / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		
Saldo dos atos potenciais ativos	2.588.382,67	2.519.469,83
Execução dos Atos Potenciais Ativos	2.588.382,67	2.519.469,83
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	2.588.382,67	2.519.469,83
Total	2.588.382,67	2.519.469,83

PASSIVO		
Especificação	2019	2018
Especificação / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Saldo dos atos potenciais passivos	24.773.150,82	35.097.231,86
Execução dos Atos Potenciais Passivos	24.773.150,82	35.097.231,86
Obrigações Contratuais a Executar	24.773.150,82	35.097.231,86
Total	24.773.150,82	35.097.231,86

DEMONSTRATIVO DO DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL - EM R\$ 1,00	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-333.997,74
Recursos Vinculados	22.313,99
Previdência Social (RPPS)	0,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	22.313,99
Total	-311.683,75

O Balanço Patrimonial evidencia os ativos e passivos e sua evolução em 2019 em relação a 2018. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Tribunal, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira de qualquer entidade.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - EM R\$ 1,00			
Variações patrimoniais quantitativas	Nota	2019	2018
Variações patrimoniais aumentativas (I)		70.664.425,12	74.723.042,99
Contribuições		-	291,94
Contribuições Sociais		-	291,94
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		215,09	733,05
Juros e Encargos de Mora		215,09	733,05
Transferências e Delegações Recebidas	09	70.309.747,63	74.009.138,05
Transferências Intragovernamentais		70.234.402,49	73.297.235,32
Outras Transferências e Delegações Recebidas		75.345,14	711.902,73
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		27.763,30	448.895,64
Reavaliação de Ativos		-	125.284,18
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	323.611,46
Ganhos com Desincorporação de Passivos		27.763,30	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	10	326.699,10	263.984,31
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		326.699,10	263.984,31
Variações patrimonial diminutiva (II)		54.806.413,64	60.310.009,08
Pessoal e Encargos	11	38.022.595,75	39.941.910,68
Remuneração a Pessoal		30.609.421,69	32.435.668,11
Encargos Patronais		5.012.130,13	4.549.613,16
Benefícios a Pessoal		1.763.967,74	1.677.627,48
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		637.076,19	1.279.001,93
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		6.337.261,39	5.955.248,87

Aposentadorias e Reformas		3.980.730,68	3.754.446,22
Pensões		1.308.378,38	1.182.579,52
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.048.152,33	1.018.223,13
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	12	9.650.818,22	13.670.965,12
Uso de Material de Consumo		335.571,89	1.152.597,28
Serviços		7.715.679,48	11.133.126,52
Depreciação, Amortização e Exaustão		1.599.566,85	1.385.241,32
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		14,04	24,57
Descontos Financeiros Concedidos		14,04	24,57
Transferências e Delegações Concedidas	13	411.620,25	521.069,62
Transferências Intragovernamentais		326.914,19	305.708,44
Outras Transferências e Delegações Concedidas		84.706,06	215.361,18
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	14	219.801,74	126.014,74
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	98.894,18
Perdas com Alienação		-	26.587,16
Incorporação de Passivos		1.857,98	533,40
Desincorporação de Ativos		217.943,76	-
Tributárias		67.315,30	33.733,47
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		42.566,17	4.469,74
Contribuições		24.749,13	29.263,73
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	15	96.986,95	61.042,01
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		96.986,95	61.042,01
Resultado patrimonial do período (III) = (I - II)	16	15.858.011,48	14.413.033,91

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

Detalhamento dos ajustes na previsão atualizada		-	-	-	-
Créd. Ad. Abertos com Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Total		-	-	69.676.464,55	69.676.464,55

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - EM R\$ 1,00

Receitas orçamentárias	Nota	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas	Saldo
Receitas correntes		-	-	-	-
Receitas de capital		-	-	-	-
Recursos arrecadados em exercícios anteriores		-	-	-	-
Subtotal de receitas		-	-	-	-
Refinanciamento		-	-	-	-
Subtotal com refinanciamento		-	-	-	-
Déficit	17			69.676.464,55	69.676.464,55
Total		-	-	69.676.464,55	69.676.464,55



Despesas orçamentárias	Nota	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas	Saldo da dotação
Despesas Correntes		49.613.164,00	53.595.599,00	53.231.788,89	52.701.222,71	52.651.546,59	363.810,11
Pessoal e Enc. Sociais		38.826.181,00	42.376.778,00	42.184.956,56	41.934.009,32	41.927.938,31	191.821,44
Outras Desp. Correntes		10.786.983,00	11.218.821,00	11.046.832,33	10.767.213,39	10.723.608,28	171.988,67
Despesas de capital		7.721.190,00	16.450.590,00	16.444.675,66	15.988.493,77	15.984.647,37	5.914,34
Investimentos		7.721.190,00	16.450.590,00	16.444.675,66	15.988.493,77	15.984.647,37	5.914,34
Subtotal das despesas	18	57.334.354,00	70.046.189,00	69.676.464,55	68.689.716,48	68.636.193,96	369.724,45
Amort da dívida/refinac.		-	-	-	-	-	-
Subtotal c/ refinanciamento		57.334.354,00	70.046.189,00	69.676.464,55	68.689.716,48	68.636.193,96	369.724,45
Total	19	57.334.354,00	70.046.189,00	69.676.464,55	68.689.716,48	68.636.193,96	369.724,45

ANEXO 1 – DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EM R\$ 1,00

Despesas orçamentárias	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	-	366.129,29	339.651,56	339.651,56	23.074,62	3.403,11
Outras Despesas Correntes	-	366.129,29	339.651,56	339.651,56	23.074,62	3.403,11
Despesas de Capital	-	731.850,68	731.252,68	731.252,68	598,00	0,00
Investimentos	-	731.850,68	731.252,68	731.252,68	598,00	0,00
TOTAL	-	1.097.979,97	1.070.904,24	1.070.904,24	23.672,62	3.403,11

ANEXO 2 – DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS - EM R\$ 1,00					
Despesas orçamentárias	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	46.081,94	150.712,81	113.862,90	51.472,00	31.459,85
Outras Despesas Correntes	46.081,94	150.712,81	113.862,90	51.472,00	31.459,85
Despesas de Capital	1.348,27	8.808,71	7.822,79	0,00	2.334,19
Investimentos	1.348,27	8.808,71	7.822,79	-	2.334,19
TOTAL	47.430,21	159.521,52	121.685,69	51.472,00	33.794,04

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, conforme dispõe o art. 102 da [Lei 4.320/64](#). As receitas no Balanço Orçamentário são detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. As despesas são detalhadas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as liquidadas, as pagas e o saldo da dotação.

BALANÇO FINANCEIRO - EM R\$ 1,00			
	Nota	2019	2018
Ingressos			
Transferências Financeiras Recebidas	21	70.234.402,49	73.297.235,32
Resultantes da Execução Orçamentária		69.822.947,98	66.855.786,37
Sub-repasse Recebido		69.822.947,98	66.855.786,37
Independentes da Execução Orçamentária		411.454,51	6.441.448,95
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		409.000,00	6.431.533,30
Movimentação de Saldos Patrimoniais		2.454,51	9.915,65

Recebimentos Extraorçamentários	22	1.415.102,82	1.583.770,21
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		53.522,52	159.521,52
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		986.748,07	1.097.979,97
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		45.874,68	30.475,93
Outros Recebimentos Extraorçamentários		328.957,55	295.792,79
Arrecadação de Outra Unidade		326.886,11	295.792,79
Demais Recebimentos		2.071,44	-
Saldo do Exercício Anterior		359.379,85	270.246,45
Caixa e Equivalentes de Caixa		359.379,85	270.246,45
Total		72.008.885,16	75.151.251,98
Dispêndios	Nota	2019	2018
Despesas Orçamentárias		69.676.464,55	67.708.759,56
Ordinárias		64.724.603,13	63.220.488,74
Vinculadas		4.951.861,42	4.488.270,82
Seguridade Social (Exceto RGPS)		4.951.861,42	3.640.000,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		-	848.270,82
Transferências Financeiras Concedidas		326.914,19	305.708,44
Resultantes da Execução Orçamentária		-	-
Independentes da Execução Orçamentária		326.914,19	305.708,44
Movimento de Saldos Patrimoniais		326.914,19	305.708,44
Despesas Extraorçamentárias	23	1.236.469,60	6.777.404,13
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		121.685,69	81.532,54
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.070.904,24	6.665.395,66
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		43.879,67	30.475,93
Saldo para o Exercício Seguinte		769.036,82	359.379,85

Caixa e Equivalentes de Caixa		769.036,82	359.379,85
Total		72.008.885,16	75.151.251,98

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. As receitas e despesas orçamentárias foram analisadas no relatório e nas notas explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais. Os ingressos e dispêndios extraorçamentários com alterações relevantes, por se tratarem de grupos de contas do ativo e do passivo, foram analisados especificamente nas notas explicativas do Balanço Patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - EM R\$ 1,00		
	2019	2018
Variações patrimoniais quantitativas		
Fluxo de caixa das atividades operacionais	17.133.379,81	15.979.184,12
Ingressos	70.609.234,72	73.623.504,04
Outros Ingressos Operacionais	70.609.234,72	73.623.504,04
Ingressos Extraorçamentários	45.874,68	30.475,93
Transferências Financeiras Recebidas	70.234.402,49	73.297.235,32
Arrecadação de Outra Unidade	326.886,11	295.792,79
Demais Recebimentos	2.071,44	-
Desembolsos	- 53.475.854,91	- 57.644.319,92
Pessoal e Demais Despesas	- 48.067.324,39	- 52.692.684,43
Judiciário	- 42.778.215,33	- 47.767.052,57
Previdência Social	- 5.289.109,06	- 4.925.631,86
Transferências Concedidas	- 5.037.736,66	- 4.615.451,12
Intragovernamentais	- 5.037.736,66	- 4.615.451,12
Outros Desembolsos Operacionais	- 370.793,86	- 336.184,37
Judiciário	- 43.879,67	- 30.475,93

Previdência Social	- 326.914,19	- 305.708,44
Fluxo de caixa das atividades de investimento	- 16.723.722,84	- 15.890.050,72
Desembolsos	- 16.723.722,84	- 15.890.050,72
Aquisição de Ativo Não Circulante	- 16.704.080,88	- 15.823.342,72
Outros Desembolsos de Investimentos	- 19.641,96	- 66.708,00
Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa	409.656,97	89.133,40
Caixa e equivalentes de caixa inicial	359.379,85	270.246,45
Caixa e equivalentes de caixa final	769.036,82	359.379,85

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. Essa demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM R\$ 1,00

Especificação	Valor Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	21.675.359,95
Ajustes de Exercícios Anteriores	- 282.760,76
Resultado do Exercício	14.413.033,91
Saldo Final do Exercício 2018	35.805.633,10
Saldo Inicial do Exercício 2019	35.805.633,10
Ajustes de Exercícios Anteriores	- 116.695,31
Resultado do Exercício	15.858.011,48
Saldo Final do Exercício 2019	51.546.949,27

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) evidencia a evolução do patrimônio líquido da entidade.

4.3 Desempenho Financeiro e Informações Contábeis

Base de preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Tribunal foram elaboradas em consonância com os dispositivos da [Lei nº 4.320/1964](#), do [Decreto-Lei nº 200/1967](#), da [Lei nº. 10.180/2001](#) e da [Lei Complementar nº 101/2000](#). Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 8ª edição e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações das contas contábeis da unidade gestora 070002 – Tribunal Regional Eleitoral do Acre, administração direta, que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro:

Principais Critérios e Políticas Contábeis

a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas pelo valor original. Caso tivéssemos disponibilidades em moeda estrangeira, na data das demonstrações contábeis, seria feita a conversão de câmbio para moeda nacional, o que não ocorreu. Compreendem o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

b) Créditos e dívidas

Os créditos e dívidas também são mensurados pelo valor original. Se tivéssemos créditos e dívidas em moeda estrangeira, na data das demonstrações contábeis também seria feita a conversão de câmbio para moeda nacional. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

c) Estoques

Os estoques são mensurados com base no valor de aquisição, uma vez que este órgão não constrói ou produz itens estocáveis. As saídas são mensuradas através do custo médio ponderado de cada item requisitado. Compreendem o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

d) Imobilizado

Os bens classificados como ativo imobilizado são os móveis e imóveis, incluindo os gastos adicionais ou complementares. Eles são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, produção ou construção. Sendo que, caso tenham vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são incorporados ao valor desse ativo, quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é reconhecido como despesa do período.

No caso de transferências e baixas de ativos, o valor atribuído é o valor contábil líquido constante nos registros deste Tribunal.

e) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Os bens intangíveis com vida útil definida ficam sujeitos a amortização sistemática durante esse período.

f) Depreciação, Amortização ou Exaustão

Este Tribunal aplica as disposições contidas nas NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão e NBT T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público.

As informações da depreciação dos bens móveis e amortização dos intangíveis são apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão (ASI). A apuração relativa aos bens imóveis ocorre pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União (SPIUnet).

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado/intangível, deduzido do valor residual, quando houver.

Utiliza-se como método de cálculo do encargo de depreciação, amortização e exaustão o das quotas constantes, método esse compatível com a vida útil econômica dos ativos, aplicado uniformemente na totalidade dos bens depreciáveis/amortizáveis.

Para atribuição do período de vida útil e valor residual dos bens do TRE-AC, adota-se a tabela estabelecida pelo Manual Siafi - Macrofunção 02.03.30.

O TSE, por meio da Orientação COFIC/SOF/TSE nº. 01/2010, estabeleceu que urna eletrônica tem tratamento diferenciado em virtude de sua singularidade.

Analisando o relatório de bens móveis, constatou-se que esse tratamento diferenciado não estava sendo aplicado: as urnas eletrônicas deveriam estar registradas com vida útil de 10 anos, não de 5 anos, apesar de serem equipamento de

processamento de dados.

As incorreções apuradas no registro da depreciação das urnas eletrônicas serão sanadas após maiores orientações que virão de unidade técnica do TSE.

Para fins de depreciação dos bens imóveis, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis.



g) Passivo

São as obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade, evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. No Tribunal, as suas maiores obrigações são as trabalhistas, previdenciárias e com fornecedores.

h) Apuração do resultado

❖ Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial corresponde à diferença entre o valor total das Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA e o valor total das Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais do período. As VPA representam os aumentos na situação patrimonial líquida da

entidade não oriundos de contribuições dos proprietários e as VPD correspondem às diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários. Caso o total das VPA sejam superiores ao total das VPD, diz-se que o resultado patrimonial foi superavitário ou que houve um superávit patrimonial. Caso contrário, diz-se que o resultado patrimonial foi deficitário ou que houve um déficit patrimonial.



❖ Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado pelo Balanço Orçamentário.

❖ Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. É possível ser apurado através do Balanço Financeiro.

4.4 Notas Explicativas

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre, inscrito no CNPJ 05.910.642/0001-41, localizado na Avenida Antônio da Rocha Viana, n. 1.389, Bairro Bosque, Rio Branco, Estado do Acre, é um Órgão Público do Poder Judiciário Federal.

Cumprido ao TRE-AC realizar eleições, garantir o exercício da cidadania e solucionar os conflitos eleitorais no Estado do Acre, tendo por garantir a legitimidade do Processo Eleitoral por meio da execução de atividades administrativas e judiciárias que visem a assegurar a integridade do cadastro eleitoral e a realização de eleições, conforme dispõe o Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral, aprovado por meio da [Resolução TSE nº 23.371](#).

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis apresentadas neste Relatório de Gestão foram elaboradas em consonância com os dispositivos da [Lei nº 4.320/1964](#), [Decreto-Lei nº 200/1967](#), [Decreto nº 93.872/1986](#), [Lei Complementar nº 101/2000](#).

Abrangem também as disposições do Conselho Federal de Contabilidade, em cumprimento aos Princípios de Contabilidade, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Manual SIAFI e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP.

As estruturas das Demonstrações Contábeis contidas nos anexos da [Lei nº 4.320/1964](#) foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). A mudança resulta da necessidade de convergência da Contabilidade Pública às Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao Setor Público publicadas pelo *International Public Sector Accounting Standards Board* – IPSASB e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Nota 01 – Caixa e equivalentes de caixa

Em 31/12/2019, o TRE-AC apresentou, com valores disponíveis na Conta Única do Tesouro para atender a despesas do exercício e de exercício anterior, em moeda nacional, o valor de R\$ 769 mil.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA - COMPOSIÇÃO - EM R\$ 1,00			
	2019	2018	AH(%)
Em Moeda Nacional*	769.036,82	359.379,85	113,99%
Total	769.036,82	359.379,85	113,99%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019. *Limite de saque com vinculação de pagamento.

Para fins de apuração do valor passível de inscrição em restos a pagar é considerado, em conjunto com saldo registrado na conta limite de saque, a quantia prevista na conta “8.2.2.2.4.01.01 - Recebimento de RP Autorizado – Inscrição”, que em 2019 foi de R\$ 333.997,74 e em 2018 foi de R\$ 947.286,85.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA POR FONTE DE RECURSOS - EM R\$ 1,00		
	2019	2018
00 Recursos Ordinários	744.727,82	150.347,98
27 Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	20.578,99	207.296,87
50 Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	1.735,00	1.735,00
90 Recursos Diversos	1.995,01	-
Total	769.036,82	359.379,85

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

Nota 02 – Demais créditos e valores a curto prazo

O grupo de contas demais créditos e valores a curto prazo compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis no curso do exercício social subsequente.

Os direitos que permaneceram registrados ao final de 2019 dizem respeito a adiantamento realizados a servidores.

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO - COMPOSIÇÃO - EM R\$ 1,00			
	2019	2018	AH(%)
Adiantamento de salários e ordenados	52.187,35	11.525,58	352,80%
Crédito a receber por folha de pagamento	5.250,70	36.750,16	-85,71%
Total	57.438,05	48.275,74	18,98%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

Nota 03 – Estoques

São registrados em estoques os bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração por este Tribunal, com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades.

O método utilizado para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, método em que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

Em 31/12/2019 o TRE-AC possuía em estoque o montante de R\$ 285 mil, o que representa uma variação de menos 1% em relação a 2018, a totalidade dos itens estocados dizem respeito a material de consumo, assim distribuídos:

ESTOQUES - COMPOSIÇÃO - EM R\$ 1,00			
	2019	2018	AH(%)
Material de expediente	96.852,82	106.777,65	-9,29%
Material elétrico/eletrônico e proc. de dados	91.596,23	100.545,70	-8,90%
Material de cozinha, limpeza e alimentação	52.977,05	43.128,67	22,83%
Material de acondic. e embalagem	10.774,66	7.507,75	43,51%
Material de proteção e segurança	9.403,83	7.099,38	32,46%
Manutenção de bens imóveis	8.608,88	9.161,12	-6,03%
Demais materiais	14.740,52	13.319,48	10,67%
Total	284.953,99	287.539,75	-0,90%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

Nota 04 – VPDs Pagas Antecipadamente

Compreendem pagamentos antecipados de variações patrimoniais diminutivas (VPD) cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

A prestação de serviço de certificados digitais terá validade de 3 anos, enquanto o aluguel de licença de software, 2 anos.

O aumento de 632,22% na rubrica de “Certificados digitais” é reflexo da grande quantidade de aquisição de certificados digitais A3, em virtude da necessidade de que todos os documentos que são levados ao recém implantado Processo Judicial Eletrônico (PJe) tenham sua assinatura certificada

VPDs PAGAS ANTECIPADAMENTE - COMPOSIÇÃO - EM R\$ 1,00

	2019	2018	AH(%)
Certificados digitais	8.600,53	1.174,59	632,22%
Aluguel de licença de software	5.133,03	14.859,04	-65,46%
Total	13.733,56	16.033,63	-14,35%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

Nota 05 – Imobilizado

No imobilizado são controlados os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

O reconhecimento inicial de um direito classificado como imobilizado se dá com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado apenas vão ser incorporados ao valor do ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é reconhecido como despesa do período incorrido.

A seguir são apresentados os saldos das contas que compõem o imobilizado:

IMOBILIZADO - COMPOSIÇÃO - EM R\$ 1,00			
	2019	2018	AH(%)
Bens Móveis	6.708.832,48	5.598.101,41	19,84%

<i>Bens Móveis</i>	14.801.978,89	12.324.952,63	20,10%
Máquinas, equipamentos e utensílios	11.279.171,84	9.424.207,48	19,68%
Mobiliário em geral	1.013.320,20	943.784,35	7,37%
Veículos	2.284.169,17	1.738.969,17	31,35%
Demais bens móveis	225.317,68	217.991,63	3,36%
<i>(-) Depreciação Acumulada</i>	- 8.093.146,41	- 6.726.851,22	20,31%
Bens Imóveis	44.031.973,15	30.098.588,77	46,29%
<i>Bens Imóveis</i>	44.395.612,14	30.231.638,89	46,85%
Edifícios	5.912.237,45	5.912.237,45	0,00%
Terrenos	664.644,33	664.644,33	0,00%
Obras em andamento	37.066.012,65	22.902.039,40	61,85%
Estudos e projetos	415.661,34	415.661,34	0,00%
Instalações	337.056,37	337.056,37	0,00%
<i>(-) Depreciação Acumulada</i>	- 363.638,99	- 133.050,12	173,31%
Total	50.740.805,63	35.696.690,18	42,14%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

Movimentação de bens móveis

As aquisições realizadas totalizam R\$ 2.612.946,00, dentre as quais, destacam-se as seguintes: a compra de 2 (dois) servidores e rack para armazenamento de dados (R\$ 610.000,00), 7 (sete) servidores de rede (R\$ 483.744,00), 3 (três) caminhonetes cabine dupla (R\$ 417.300,00), 80 (oitenta) notebooks (R\$ 416.000,00), 44 (quarenta e quatro) microcomputadores com monitor LCD (R\$ 253.000,00) e 1 (um) sedan executivo (R\$ 127.900,00).

Quanto aos R\$ 109.943,76 de baixas, referem-se ao descarte ecologicamente correto de 75 (setenta e cinco) urnas modelo 2004 e 39 (trinta e nove) módulos de urna eletrônica modelo 2002.

Movimentação de bens imóveis

A movimentação ocorrida nos bens imóveis foi a adição na conta obras em andamento de R\$ 14.163.973,25, que foram investidos na construção da nova sede do TRE-AC.

Após a conclusão das obras, os valores serão incorporados aos imóveis, terão seus saldos baixados no SIAFI e o seu saldo atualizado/registrado no SPIUnet, conforme a Macrofunção SIAFI nº. 020344, item 8.1.1.4.

Importante informar que os quadros constantes nesta nota levam em conta os registros do SIAFI, os quais diferem do SPIUnet. Explica-se: naquele, tanto os valores das benfeitorias quanto os dos terrenos estão contabilizados na conta “Edifícios”, enquanto neste, os valores de benfeitorias e terrenos estão segregados.

A movimentação do imobilizado está demonstrada abaixo:

IMOBILIZADO - MOVIMENTAÇÃO - EM R\$ 1,00

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Adições	Baixas	Transferência entre contas	Transferência entre UGs	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Bens Móveis	5.598.101,41	1.221.348,71	-109.943,76	0,00	-673,88	6.708.832,48
Bens Móveis	12.324.952,63	2.555.773,20	-109.943,76	0,00	31.196,82	14.801.978,89
Máquinas, equip.e utensílios	9.424.207,48	1.936.389,74	-109.943,76	-2.678,44	31.196,82	11.279.171,84
Mobiliário em geral	943.784,35	69.535,85	0,00	0,00	0,00	1.013.320,20
Veículos	1.738.969,17	545.200,00	0,00	0,00	0,00	2.284.169,17
Demais bens móveis	217.991,63	4.647,61	0,00	2.678,44	0,00	225.317,68
(-) Dep. Acumulada	-6.726.851,22	-1.334.424,49	0,00	0,00	-31.870,70	-8.093.146,41
Bens Imóveis	30.098.588,77	13.933.384,38	0,00	0,00	0,00	44.031.973,15
Bens Imóveis	30.231.638,89	14.163.973,25	0,00	0,00	0,00	44.395.612,14
Edifícios	5.912.237,45	0,00	0,00	0,00	0,00	5.912.237,45
Terrenos	664.644,33	0,00	0,00	0,00	0,00	664.644,33
Obras em andamento	22.902.039,40	14.163.973,25	0,00	0,00	0,00	37.066.012,65

Estudos e projetos	415.661,34	0,00	0,00	0,00	0,00	415.661,34
Instalações	337.056,37	0,00	0,00	0,00	0,00	337.056,37
(-) Dep. Acumulada	-133.050,12	-230.588,87	0,00	0,00	0,00	-363.638,99
Total	35.696.690,18	15.154.733,09	-109.943,76	0,00	-673,88	50.740.805,63

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019/ASIWeb/SPIU.net.

a) Depreciação

O TRE-AC utiliza como método de cálculo do encargo de depreciação o das quotas constantes, método esse compatível com vida útil econômica dos ativos e aplicado uniformemente na totalidade dos bens depreciables, tendo a vida útil e valor residual por grupo de contas apresentados a seguir:

IMOBILIZADO - DEPRECIÇÃO - EM R\$ 1,00					
	Vida útil (anos)	Taxa residual	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Aparelhos de medição e orientação	15	10%	13.251,30	5.839,25	7.412,05
Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20%	84.528,61	41.388,41	43.140,20
Equipam/utensílios médicos, odontol., lab. e hosp.	15	20%	56.525,42	16.680,53	39.844,89
Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10%	95.890,60	44.766,12	51.124,48
Maquinas e equipamentos energéticos	10	10%	275.720,30	90.096,17	185.624,13
Maquinas e equipamentos gráficos	15	10%	170,00	153,00	17,00
Maquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%	1.413,05	661,39	751,66
Equipamentos, peças e acessórios p/ automóveis	5	10%	10.419,99	1.094,10	9.325,89
Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10%	5.107,03	1.703,54	3.403,49

Maquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%	7.327,92	1.881,73	5.446,19
Equipamentos de processamento de dados	5	10%	10.048.711,43	6.272.130,44	3.776.580,99
Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%	584.410,25	209.491,23	374.919,02
Maquinas e utensílios de escritório	10	10%	21.848,68	12.044,87	9.803,81
Mobiliário em geral	10	10%	1.013.320,20	591.848,76	421.471,44
Coleções e materiais bibliográficos	10	0%	86.217,21	15.680,16	70.537,05
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%	73.847,26	33.089,96	40.757,30
Obras de arte e peças para exposição	-	-	7.325,90	-	7.325,90
Veículos em geral	15	10%	5.998,94	2.461,25	3.537,69
Veículos de tração mecânica	15	10%	2.278.170,23	661.820,78	1.616.349,45
Pecas não incorporáveis a imóveis	10	10%	131.774,57	90.314,72	41.459,85
Total			14.801.978,89	8.093.146,41	6.708.832,48

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019/ASIWeb

Nota 06 – Intangível

No grupo de intangíveis são registrados ativos não monetários, sem substância física, identificáveis, controlados pela entidade e geradores de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais, sendo mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável.

Ao final de 2019, o saldo contabilizado neste grupo de contas no TRE-AC era de R\$ 333.047,95.

INTANGÍVEL - COMPOSIÇÃO - EM R\$ 1,00

	2019	2018	AH(%)
--	------	------	-------

Softwares	582.795,95	690.795,95	-15,63%
Softwares de vida útil definida	249.748,00	249.748,00	0,00%
Softwares de vida útil indefinida	333.047,95	441.047,95	-24,49%
<i>(-)Amortização Acumulada Softwares de vida útil definida</i>	-249.748,00	-215.194,51	16,06%
Total	333.047,95	475.601,44	-29,97%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019/ASIWeb

A redução de 29,97% deste grupo de bens em relação ao no de 2018 é explicado pela amortização dos softwares de vida útil definida, e pela baixa de R\$ 108.000,00 de softwares de vida útil definida em desuso/obsoletos.

INTANGÍVEL - MOVIMENTAÇÃO - EM R\$ 1,00				
	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Softwares	<i>690.795,95</i>	-	<i>-108.000,00</i>	<i>582.795,95</i>
Softwares de vida útil definida	357.748,00	-	-	357.748,00
Softwares de vida útil indefinida	333.047,95	-	-108.000,00	225.047,95
<i>(-)Amortização Acumulada Softwares de vida útil definida</i>	<i>-215.194,51</i>	<i>-34.553,49</i>	-	<i>-249.748,00</i>
Total	475.601,44	-34.553,49	-108.000,00	333.047,95

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019/ASIWeb

Nota 07 – Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

As obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar de curto prazo compreendem os compromissos referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios a que os empregados ou servidores tenham direito. Compreendem também as aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações com vencimento no curto prazo.

O principal valor registrado (R\$ 559.151,43) se refere a provisão de férias, que é realizada mensalmente e baixada quando do pagamento do adicional devido aos servidores.

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO - COMPOSIÇÃO - EM R\$ 1,00

	2019	2018	AH(%)
Salários, remunerações e benefícios	7.328,83	-	100,00%
Férias a pagar	559.151,43	864.094,15	-35,29%
Total	566.480,26	864.094,15	-34,44%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019

Nota 08 – Demais obrigações a curto prazo

As obrigações não incluídas nos grupos anteriores que terão vencimento em curto prazo estão detalhadas abaixo:

DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - MOVIMENTAÇÃO - EM R\$ 1,00

	Nota	2019	2018	AH(%)
ISS	I	1.760,53	1.183,64	48,74%
Impostos e contrib. diversos devidos ao Tesouro		675,60	-	100,00%
Depósitos retidos de fornecedores	II	65.482,09	160.271,86	-59,14%
Glosa de encargos trabalhistas	III	3.618,79	10.590,50	-65,83%
Depósitos por devolução de valores não reclamados		1.995,01	-	100,00%
Diárias	IV	336,00	29.463,30	-98,86%
Total		73.868,02	201.509,30	-63,34%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.



Nota I – ISS

Valores retidos em consignação por força da Lei Complementar n. 116/20, em situações que este Tribunal, como parte contratante, atua como substituto tributário.

Restou pendente nesta conta o valor R\$ 1.760,53, de serviços prestados no final do exercício, que foram recolhidos em 2020.



Nota II – Depósitos retidos de fornecedores

São valores de obrigações retidos cautelarmente de fornecedores em razão de possível aplicação de multas e (ou) outras determinações.

A diminuição desse passivo em 59,14%, em relação ao exercício anterior, ocorreu pela conclusão dos processos administrativos de apuração de penalidades, possibilitando que os recursos pudessem ser recolhidos ao tesouro ou devolvidos à contratada.



Nota III – Glosa de encargos trabalhistas

A Resolução nº 169/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determina que sejam retidos do pagamento devido as empresas contratadas para prestação de serviço, com previsão de mão de obra residente nas dependências de órgão jurisdicionado

ao CNJ, os valores referentes a encargos trabalhistas, relativos a férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

A Resolução também determina que os recursos provisionados sejam depositados em uma conta corrente vinculada bloqueada para

movimentação. Ocorre que nem todas as empresas procederam à abertura da conta, o que justifica o saldo de R\$ 3.618,79 nessa rubrica.



Nota IV – Diárias

Despesas orçamentárias com cobertura de alimentação, pousada e locomoção urbana do servidor público estatutário ou celetista que se desloca de sua sede em objeto de serviço, em caráter eventual ou transitório, entendido como sede o Município onde a repartição estiver instalada e onde o servidor tiver exercício em caráter permanente.

O saldo de R\$ 336,00 nesta conta ocorreu por impossibilidade de pagamento. O beneficiário não apresentou domicílio bancário apto a receber o recurso.

Nota 09 – Transferências e Delegações Recebidas

As transferências financeiras recebidas são fruto da programação financeira do exercício e para pagamento de restos a pagar. Varia de um ano para outro, de acordo com a lei orçamentária anual e os limites definidos no decreto de programação financeira. Em virtude de 2019 não ser ano eleitoral grande parte das despesas foram menores do que as de 2018, o que justifica a redução de 5% das transferências recebidas.

Nota 10 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

O montante demonstrado no item se refere a multas administrativas cobradas de empresas e pessoas que descumpriram contrato administrativo ou a lei eleitoral, assim como diárias e saldo de suprimentos de fundos devolvidos.

Nota 11 – Pessoal e Encargos / Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Apesar de no ano de 2019 ter sido implementada a última parcela do reajuste remuneratório concedido pela [Lei nº 13.317/2016](#), no percentual aproximado de 7,22%, e mesmo tendo ocorrido o ingresso de novos servidores, este grupo de contas apresentou redução de 4,81% em relação a 2018. Não sendo 2019 ano eleitoral, os custos com pagamento de horas extraordinárias são significativamente reduzidos, como se observa na rubrica de vencimentos e salários, que apresentou redução de 34,03%, no comparativo com 2018.

PESSOAL E ENCARGOS / BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - COMPOSIÇÃO - EM R\$ 1,00			
	2019	2018	AH(%)
Remuneração a Pessoal	30.609.421,69	32.435.668,11	-5,63%
Vencimento e salários	7.325.742,50	11.104.486,13	-34,03%
Abonos	119.559,05	124.379,05	-3,88%
Adicionais	33.751,44	32.467,68	3,95%
Gratificações	18.086.548,14	16.444.032,94	9,99%
Férias	2.865.476,96	2.700.173,52	6,12%
13º Salário	2.174.057,86	2.030.008,91	7,10%
Outros Venc. e Vantag. Fixas e Variáveis	4.285,74	119,88	3475,03%
Encargos Patronais	5.012.130,13	4.549.613,16	10,17%
Contribuição patronal para o RPPS	4.937.831,76	4.486.931,89	10,05%
Contribuições previdenciárias - INSS	50.185,53	49.324,82	1,74%
Complementação previdenciária	24.112,84	13.356,45	80,53%
Benefícios a Pessoal	1.763.967,74	1.677.627,48	5,15%
Auxílio alimentação	1.485.711,67	1.310.178,91	13,40%
Ajuda de custo	12.610,99	0,00	100,00%
Auxílio creche	265.645,08	367.448,57	-27,71%
Outras VPD - Pessoal e Encargos	637.076,19	1.279.001,93	-50,19%
Total	38.022.595,75	39.941.910,68	-4,81%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

Nota 12 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

A VPD dos bens de consumo e serviços apresentaram uma redução de 29,41% entre o período de 31/12/2018 a 31/12/2019, o que representa uma redução nominal de R\$ 4.020.146,90, variação justificada pelo fato de 2019 não ser ano eleitoral, o que diminui as demandas por materiais, diárias e serviços.

USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO - COMPOSIÇÃO - EM R\$ 1,00

	2019	2018	AH(%)
Uso de Material de Consumo	335.571,89	1.152.597,28	-70,89%
Diárias	596.366,23	1.448.779,59	-58,84%
Serviços	7.119.313,25	9.684.346,93	-26,49%
Serviços técnicos profissionais	253.208,00	152.165,61	66,40%
Serv. de apoio adm., técnico e oper.	2.393.510,82	2.304.546,99	3,86%
Serv. transp., pas., locomoção e hosp.	379.434,27	752.853,91	-49,60%
Locações e arrendamentos	608.095,10	1.512.687,03	-59,80%
Serviços educacionais e culturais	504.383,09	549.170,15	-8,16%
Serv. comunicação, gráfico e audiovisual	1.306.829,85	1.613.842,13	-19,02%
Serv. água e esgoto, en. elétrica e gás	476.604,18	508.563,79	-6,28%
Conservação/Manutenção ativos	1.174.339,77	2.279.066,98	-48,47%
Outros serviços	22.908,17	11.450,34	100,07%
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.599.566,85	1.385.241,32	15,47%
Bens móveis	1.334.424,49	1.255.062,39	6,32%
Bens imóveis	230.588,87	50.512,23	356,50%
Intangíveis	34.553,49	79.666,70	-56,63%
Total	9.650.818,22	13.670.965,12	-29,41%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

Nota 13 – Transferências e Delegações Concedidas

As Transferências Intragovernamentais dizem respeito a multas administrativas cobradas de empresas e pessoas físicas que descumpriram contrato administrativo ou a lei eleitoral, assim como diárias e suprimentos de fundos devolvidos e repassados à Secretária do Tesouro Nacional – STN. A conta Outras Transferências e Delegações Concedidas evidencia a redução do patrimônio, que se deu em virtude da transferência de equipamentos de processamentos de dados e material de expediente para outros Tribunais.

Nota 14 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

As desincorporações de ativos ocorridas no ano de 2019 totalizaram R\$ 217.943,76, sendo R\$ 109.943,76 referente a baixa de 75 (setenta e cinco) urnas eletrônicas modelo 2004 e 39 (trinta e nove) módulos impressores de urnas eletrônicas 2002 e R\$ 108.000,00 relativo a intangível (software) em desuso/obsoleto.

Nota 15 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

A quantia registrada em Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas se refere a indenizações a oficiais de justiça, por serviços prestados a este

Tribunal; reembolso de parte de despesas com o compartilhamento de imóveis nos municípios de Santa Rosa do Purus e Assis Brasil, fruto de parceria com Tribunal de Justiça do Acre; ressarcimento a servidores que realizaram pagamento, às suas expensas, de despesa do Tribunal.

Nota 16 – Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial corresponde à diferença entre o valor total das variações patrimoniais aumentativas e o valor total das variações patrimoniais diminutivas de um dado período.

Em 2019, o resultado patrimonial superavitário correspondeu ao montante de R\$ 15.858.011,48, apurado pela diferença da variação patrimonial aumentativa de R\$ 70.664.425,12 e a variação patrimonial diminutiva de R\$ 54.806.413,64. Houve um aumento de 10% no comparativo com resultado de 2018.

Nota 17 – Resultado Orçamentário

O déficit é a diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O resultado deficitário da receita de R\$ 69.676.464,55, no Tribunal Regional Eleitoral do Acre no exercício de 2019 ocorreu em virtude de os recursos serem todos provenientes de sub-repasse do Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Este Tribunal não é um agente arrecadador, apenas executa despesas orçamentárias para prestação dos serviços públicos e realiza investimentos.

Nota 18 – Diferença da Despesa

A execução das despesas orçamentárias foi de 99,47% da dotação inicial atualizada. Nessa execução estão incluídos R\$ 471.743,33, decorrentes de créditos orçamentários recebidos por descentralização do TSE para custeio, em especial, de captação biométrica nos municípios de Feijó, Jordão, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves, Santa Rosa, Sena Madureira e Tarauacá. E não estão incluídos R\$

198.692,20, referentes a créditos orçamentários destinados por descentralização ao TSE para custeio de serviços relacionados ao Contrato TSE nº 16/2015 (serviços de informática na área de sustentação de sistema de informação).

Considerando apenas a execução orçamentária da unidade orçamentária 14102 – Tribunal Regional Eleitoral do Acre, tem-se o seguinte balanço orçamentário:

Despesas orçamentárias	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas	Saldo da dotação
Despesas Correntes	49.613.164,00	53.595.599,00	52.958.737,76	52.430.886,14	52.369.495,12	636.861,24
Pessoal e Enc. Sociais	38.826.181,00	42.376.778,00	42.176.325,30	41.925.378,06	41.919.307,05	200.452,70
Outras Desp. Correntes	10.786.983,00	11.218.821,00	10.782.412,46	10.505.508,08	10.450.188,07	436.408,54
Despesas de capital	7.721.190,00	16.450.590,00	16.444.675,66	15.988.493,77	15.984.647,37	5.914,34
Investimentos	7.721.190,00	16.450.590,00	16.444.675,66	15.988.493,77	15.984.647,37	5.914,34
Subtotal das despesas	57.334.354,00	70.046.189,00	69.403.413,42	68.419.379,91	68.354.142,49	642.775,58
Amort da dívida/refinac.	-	-	-	-	-	-
Subtotal c/ refinanciamento	57.334.354,00	70.046.189,00	69.403.413,42	68.419.379,91	68.354.142,49	642.775,58
Total	57.334.354,00	70.046.189,00	69.403.413,42	68.419.379,91	68.354.142,49	642.775,58

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

Nota 19 - Despesas Orçamentárias em execução

A execução das despesas correntes foi de 99,32% (despesas empenhadas/dotação atualizada), destas 99,00% foram liquidadas (despesas liquidadas/despesas empenhadas) e 99,91% foram pagas (despesas pagas/despesas liquidadas).

Quanto as despesas de capital, a execução foi semelhante, alcançando percentual de 99,96%, tendo sido liquidado 97,23% e pago 99,98% dessa classe de despesas.

Nota 20 – Restos a pagar

Conforme evidenciado no Anexo 1, a grande maioria dos Restos a Pagar Não Processados é relativa a Despesas de Capital – Investimentos. No Anexo 2, inversamente, os valores mais expressivos se referem a Despesas Correntes – Outras Despesas Correntes. Durante exercício, foram pagos cerca de 99% dos restos a pagar de exercício anteriores. Passaram para 2019 R\$ 47.430,21 de Restos a Pagar Processados.

Nota 21 – Transferências Financeiras Recebidas

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre não realiza arrecadação. Sua única fonte de recurso são sub-repasses do TSE. Tanto para cumprimento da execução do orçamento, como para execução dos restos a pagar.

Nota 22 – Recebimentos Extraorçamentários

Os itens desse grupo correspondem aos ingressos não previstos no orçamento, como os saldos dos direitos transferidos do exercício anterior para recebimentos no exercício corrente, bem como as obrigações do exercício a serem pagas no exercício seguinte e os restos a pagar inscritos no exercício.

Dentre os saldos de maior relevância, destacam-se os seguintes:

I – Inscrição dos Restos a Pagar:

Os restos a pagar inscritos no exercício são classificados como recebimentos extra orçamentários, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária, conforme determina o parágrafo único do art. 103 da [Lei 4.320/1964](#).

- a) Inscrição dos Restos a Pagar Processados (R\$ 53.522,52). Valor 66,45% menor que o inscrito no ano de 2018. Composto, majoritariamente, por retenções para possível aplicação de penalidade;
- b) Inscrição dos Restos a Pagar não Processados (R\$ 986.748,07), 10% menor que o inscrito no ano de 2018, sendo que o maior valor inscrito se refere a continuidade da construção da nova sede do TRE-AC (R\$ 287.487,43).

II – Outros Recebimentos Extraorçamentários:

- a) Arrecadação de Outra Unidade (R\$ 326.886,11). Representa valores da arrecadação de guia de recolhimento da União, sendo R\$ 159.983,46 destinados ao Fundo Partidário.

Nota 23 – Despesas Extraorçamentárias

Correspondem aos dispêndios não previstos no orçamento, como os saldos de direitos no exercício corrente, para dispêndio no ano seguinte, e obrigações transferidas do exercício anterior, para pagamento no exercício em curso.

Dentre os saldos de maior relevância, destacam-se:

I – Pagamento dos Restos a Pagar:

- a) Pagamento dos Restos a Pagar Processados: R\$ 121.685,69;
- b) Pagamento dos Restos a Pagar não Processados: R\$ 1.070.904,24.



5

SIGLAS

1ª Zona Eleitoral – 1ª ZE
2ª Zona Eleitoral – 2ª ZE
3ª Zona Eleitoral – 3ª ZE
4ª Zona Eleitoral – 4ª ZE
5ª Zona Eleitoral – 5ª ZE
6ª Zona Eleitoral – 6ª ZE
7ª Zona Eleitoral – 7ª ZE
8ª Zona Eleitoral – 8ª ZE
9ª Zona Eleitoral – 9ª ZE
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM
Assessoria de Licitações – ASLIC
Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão – ASPLAN
Cadastro Nacional de Eleitores – ELO
Central de Atendimento ao Eleitor – CAE
Centro de Processamento de Dados – CPD
Comissão Permanente de Ética e Sindicância - CPES
Comitê Estratégico – COEST
Comitê Setorial – COSET
Conjunto de páginas da internet. – Sítio
Conselho Federal de Contabilidade – CFC
Conselho Nacional de Justiça – CNJ
Conselhos Municipais de Defesa da Criança e do Adolescente – CMDCA
Constituição Federal – CF
Serviço de Distribuição digital de aplicativos desenvolvidos pela Empresa Google – Google Play
Serviço de Informações ao Cidadão – SIC
Serviço de Informações ao Cidadão – SIC
Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP
Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUNET
Sistema Eletrônico de Informação – SEI
Sistema global de redes de computadores interligados – Internet

Contabilidade Aplicada ao Setor Público – CASP
Coordenadoria de Controle Interno – COCIN
Coordenadoria de Gestão de Pessoas – COGEP
Coordenadoria de Infraestrutura – CIE
Coordenadoria de Orçamento e Finanças – COFIN
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido – DMPL
Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP
Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC
Demonstrações Contábeis – DCON
Diário da Justiça Eletrônico – Dje
Dimensionamento da Força de Trabalho – DFT
Diretoria-Geral – DG
E-mail – mensagem eletrônica
Emenda Constitucional – EC
Escola Judiciária Eleitoral – EJE
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS
Gabinete da Presidência – GAPRES
Grupo de Natureza de Despesa – GND
Índice de Governança de TI – iGovTI
International Integrated Reporting Council – IIRC
International Public Sector Accounting Standards Board – IPSASB
Justiça Eleitoral – JE
Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI
Sistema Integrado de Gestão – ASI
Sistema operacional baseado no núcleo Linux utilizado em aparelhos celulares, netbooks e tablets. – Sistema Android
Sistema operacional móvel da Apple Inc. – Sistema IOS
Tablete produzido pela Empresa Apple Inc. – Ipad
Tecnologia da Informação - TI
Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC
Telefone móvel fabricado pela Empresa Apple – iPhone
Título eleitoral digital – e-Título
Tribunal de Contas da União – TCU

Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF
Lei Orçamentária Anual – LOA
Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS
Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP
Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP
Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBCT SP
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS
Patrimônio Líquido – PL
Presidência - PRESI
Processo Judicial eletrônico – PJe
Requerimento de Justificativa Eleitoral – RJE
Seção de Assistência à Saúde e Benefícios – SASBEN
Seção de Cadastro Eleitoral e Processos Específicos – SCPE
Seção de Contabilidade – SECON
Seção de Desenvolvimento e Banco de Dados – SDBD
Secretaria do Patrimônio da União – SPU
Secretária do Tesouro Nacional – STN
Secretaria Judiciária – SEJUD
Serviço de Distribuição digital de aplicativos desenvolvidos pela Empresa Apple Inc. – App Store

Tribunal Regional Eleitoral do Acre – TRE-AC
Tribunal Superior Eleitoral – TSE
Unidade Prestadora de Contas – UPC
Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA
Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD
Vice-Presidência – VICE
Vistorias de Locais de Votação – VLV
Web Content Accessibility Guidelines – WCAG



CRÉDITOS

Participaram da elaboração deste Relatório de Gestão todos os gestores que atuam na Secretaria deste Tribunal.

Coordenação e Supervisão Geral

Jonathas Santos Almeida de Carvalho
Diretor Geral

José Francisco da Silva Galvão
Assessora de Planejamento,
Estratégia e Gestão (ASPLAN)

Aieza dos Santos Bandeira
Assessora Adjunta da Assessoria de Planejamento,
Estratégia e Gestão (ASPLAN)

Execução e Subsídio

Gabinete da Presidência
Gabinete da Diretoria-Geral
Secretária de Administração e Orçamento
Secretaria de Tecnologia da Informação
Secretaria Judiciária
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Coordenadoria de Serviços Gerais
Coordenadoria de Finanças
Coordenadoria de Gestão de Pessoas
Coordenadoria de Controle Interno
Coordenadoria da Corregedoria Regional Eleitoral
Coordenadoria de Infraestrutura
Coordenadoria de Logística e Soluções Corporativas
Coordenadoria das Sessões
Coordenadoria de Registros e Informações processuais
Ouvidoria
Comissão de Ética
Comissão de Acessibilidade
Núcleo Socioambiental
Assessoria de Comunicação
Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão

Diagramação e formatação

José Francisco da Silva Galvão
Assessora de Planejamento,
Estratégia e Gestão (ASPLAN)

Aieza dos Santos Bandeira
Assessora Adjunta da Assessoria de Planejamento,
Estratégia e Gestão (ASPLAN)

Capa e Arte

Aieza dos Santos Bandeira
Assessora Adjunta da Assessoria de Planejamento,
Estratégia e Gestão (ASPLAN)

Fotografia

Paulo Sérgio Teixeira
Assessoria da Comunicação (ASCOM)

Paulo Weiberger Maciel Melo de Nazaré
Estagiário da ASCOM



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE